



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Daniela Mello Mendonça

**Efeitos de sentido de “empoderamento feminino”: entre o  
dicionário e o texto publicitário-jornalístico**

São Gonçalo

2024

Daniela Mello Mendonça

**Efeitos de sentido de “empoderamento feminino”: entre o dicionário e o texto  
publicitário-jornalístico**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos linguísticos.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Juciele Pereira Dias

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

M539  
TESE

Mendonça, Daniela Mello.  
Efeitos de sentido de “empoderamento feminino”: entre o  
dicionário e o texto publicitário-jornalístico / Daniela Mello  
Mendonça. – 2024.  
113 f.: il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Juciele Pereira Dias.  
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) –  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de  
Formação de Professores.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Redação de textos  
jornalísticos – Teses. 3. Empoderamento feminino – Teses. I. Dias,  
Juciele Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 4994

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Daniela Mello Mendonça

**Efeitos de sentido de “empoderamento feminino”: entre o dicionário e o texto  
publicitário-jornalístico**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos linguísticos.

Aprovada em 16 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Juciele Pereira Dias (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Bethania Sampaio Mariani  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Evandra Grigoletto  
Universidade Federal de Pernambuco

São Gonçalo

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha mãe Heloisa, que, pelo seu exemplo de força e superação, me ensinou como ser uma menina superpoderosa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à Espiritualidade amiga, que ampara sempre a minha caminhada nessa existência.

Agradeço a meus pais, exemplos de amor e respeito, por serem a rede de apoio que me permitiu chegar até aqui. Em especial minha mãe que, dentro da singeleza de sua formação acadêmica, sempre ofereceu seu ombro e ouvidos para que eu pudesse falar das minhas incertezas e angústias.

Agradeço ao meu filho Anthonio que, todos os dias, com seus gestos de apoio e carinho, demonstra sua admiração e seu amor por mim, me incentivando a continuar estudando, mesmo sabendo que por isso não estou tão presente como gostaríamos. Que eu possa sempre te orgulhar tanto quanto você me orgulha, meu filho.

Agradeço a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Juciele Pereira Dias, pela sua orientação, sempre de forma gentil e empática, e por todas suas contribuições que enriqueceram esse trabalho.

Agradeço às professoras Bethania Mariani (UFF), Evandra Grigoletto (UFPE) e Milene Maciel (UERJ), que integram essa ilustre banca, pela disponibilidade de ler meu trabalho e por todas as sugestões e questionamentos feitos, imprescindíveis para a minha pesquisa. O cuidado e atenção de vocês na leitura do meu trabalho, na qualificação, me deu a certeza de que eu não poderia ter melhores examinadoras para essa dissertação.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Bethania Mariani, quem me apresentou à Análise de Discurso e orientou minha monografia na Especialização em Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense, onde iniciei meu percurso de pesquisa sobre palavras e dicionários. Tenho por você uma admiração que não cabe nessas poucas linhas de agradecimento.

Agradeço ao grupo de pesquisa CoLHIBri - O Cotidiano na História das Ideias Linguísticas no Brasil (Unicamp), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Ana Cláudia Fernandes.

Agradeço aos colegas analistas de discurso dos grupos *online* dos quais participo, pelas discussões teóricas, compartilhamento de experiências e materiais de estudo: Nelid - Núcleo de Estudos em Língua e Discurso (UERJ), coordenado pela prof.<sup>a</sup> Andréa Rodrigues e o Pallind - Grupo de Estudos Palavra, Língua e

Discurso (UFSM), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Verli Petri, além de um agradecimento especial aos colegas do grupo de orientandos e ex-orientandos da Prof.<sup>a</sup> Bethania Mariani (UFF).

Agradeço aos colegas servidores públicos do Instituto de Estudos Estratégicos (IET-UFF) por todas às vezes que se ofereceram para participar, em meu lugar, das tarefas que coincidiam com o horário das minhas aulas e demais atividades do mestrado. Agradeço também ao diretor do instituto, Prof. Vágner Camilo Alves, pelo incentivo a constante qualificação de nossa equipe.

Agradeço à colega de mestrado Beatriz Quintão (PPLIN-FFP-UERJ), pelas conversas, desabafos, surtos, risadas, cafés e tudo mais.

Agradeço, em especial, a todas as mulheres que abriram caminho para que eu pudesse estar aqui hoje, empoderada, emancipada e independente. Muito obrigada!

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?

*Nísia Floresta*

## RESUMO

MENDONÇA, Daniela Mello. *Efeitos de sentido de “empoderamento feminino”*: entre o dicionário e o texto publicitário-jornalístico. 2024. 113 f. (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Na presente pesquisa, filiada à Análise de Discurso (Pêcheux, 1969; Orlandi, 1986), buscou-se compreender a constituição de sentidos da palavra ‘empoderamento’ nos dicionários monolíngues e como estes sentidos se inscrevem em uma discursividade mercadológica, em circulação pela mídia digital, determinando ou silenciando outros dizeres sobre “empoderamento feminino”. O arquivo de pesquisa foi constituído a partir de uma entrada temática, em que se considerou as palavras em circulação nos discursos sobre/das questões de gênero, tendo sido selecionada a palavra ‘empoderamento’ para uma análise da definição dicionarística, lendo este verbete como discurso. Também foi selecionado o texto “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, publicado no *Blog da Usa*, no site da empresa de calçados femininos *Usaflex*, em que se lê os efeitos de imbricação entre o discurso da publicidade e do jornalismo. A seleção deste texto se justifica por referenciar a definição do verbete registrado no dicionário **Michaelis online** para informar aos leitores do *blog* o que é ‘empoderamento feminino’, ao mesmo tempo em que anuncia seus produtos para venda. A fim de uma maior produtividade nas análises, selecionou-se também o dicionário **Aurélio** digital, cuja estrutura e condições de produção se diferenciam do **Michaelis**. A partir da Lexicografia Discursiva (Orlandi, 2002), abordando o dicionário como um objeto discursivo e histórico, se analisou as definições de ‘empoderamento’ nos dois dicionários, identificando-se que um dos efeitos produzidos no **Michaelis** é o efeito de homogeneização e de apropriação dos dizeres da Sociologia. No **Aurélio**, ao contrário, compreende-se ser produzido um efeito de heterogeneidade, posto que se lê definições com sentidos relacionados a questões de gênero e poder. Na análise do texto publicitário-jornalístico do *Blog da Usa*, identificou-se que a expressão “empoderamento feminino” é apropriada pelos dizeres do mercado para promover a compra de produtos pelas mulheres, reduzindo este conceito teórico, empreendimento coletivo, a uma ação individualizada. Este mecanismo é colocado em funcionamento pela dissimulação ideológica neoliberal, que fabrica consenso (Orlandi, 2004) e opera, pela interdição, silenciando discursos sobre empoderamento feminino.

Palavras-chave: discurso publicitário-jornalístico; discurso lexicográfico; dissimulação ideológica; empoderamento feminino.

## ABSTRACT

MENDONÇA, Daniela Mello. Effects of the Sense of "Female Empowerment": between the Dictionary and the Advertising-Journalistic Text. 2024. 113 f. (Mestrado em Letras e Linguística) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

In this research, aligned with Discourse Analysis (Pêcheux, 1969; Orlandi, 1986), we aimed to understand the construction of meanings for the word 'empowerment' in monolingual dictionaries and how these meanings are inscribed within a market-oriented discourse, circulating in digital media, determining or silencing other interpretations of "female empowerment." The research archive was built from a thematic entry, considering the circulation of words in discourses on gender issues, selecting the word 'empowerment' for an analysis of its dictionary definition, reading this entry as discourse. The text "What is female empowerment and why is it important," published on the Blog da Usa (on the Usaflex women's footwear company website), was also selected to examine the overlapping effects between advertising and journalism. This text was chosen because it references the definition of the term recorded in the Michaelis dictionary to inform blog readers about what 'female empowerment' is, while simultaneously advertising products for sale. To enhance the analysis, the Aurélio dictionary was also selected, whose structure and conditions of production differ from the Michaelis dictionary. Based on Discursive Lexicography (Orlandi, 2002), which approaches the dictionary as a discursive and historical object, the definitions of 'empowerment' in the two dictionaries were analyzed, identifying that one of the effects produced by the Michaelis dictionary is a homogenizing effect. The Aurélio dictionary, in contrast, produces a not homogenizing effect, including entries with meanings related to gender and power issues. In the analysis of the Blog da Usa's advertorial text, it was identified that the expression "female empowerment" is appropriated by market discourse to promote product sales to women, reducing female empowerment, a collective effort, to an individualized action. This mechanism operates through neoliberal ideological dissimulation, which works by silencing discourses and fabricating consensus (Orlandi, 2004).

Keywords: advertising-journalistic discourse; lexicographic discourse; ideological dissimulation; female empowerment.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>print</i> da <i>home page</i> do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa .....	41
Figura 2 – <i>print</i> da apresentação do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa .....	42
Figura 3 – <i>print</i> do app Aurélio – verbete ‘empoderamento’ .....	45
Figura 4 – <i>print</i> do post “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?” .....	50
Figura 5 – <i>print</i> do verbete ‘empoderamento’ no Michaelis .....	52
Figura 6 – <i>print</i> da ausência da etimologia do verbete ‘empoderar’ no Michaelis .....	53
Figura 7 – <i>print</i> da etimologia do verbete ‘empoderamento’ no Aurélio ....	53
Figura 8 – <i>print</i> da etimologia do verbete ‘empoderar’ no Aurélio .....	54
Figura 9 – <i>print</i> significação do sufixo -mento no Michaelis (montagem) ..	58
Figura 10 – <i>print</i> significação do sufixo -mento no Aurélio digital .....	59

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>A ANÁLISE DE DISCURSO: UM EMPREENDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	16
1.1	<b>A constituição da Análise de Discurso: um percurso</b> .....	18
1.2	<b>Do silêncio à constituição da análise: Arquivo, corpus e recorte de referência</b> .....	24
2	<b>A CONSTITUIÇÃO DA PALAVRA EMPODERAMENTO NOS DICIONÁRIOS MICHAELIS E AURÉLIO: UMA LEITURA DISCURSIVA</b> .....	36
2.1	<b>Os dicionários na história: do impresso ao digital</b> .....	38
2.2	<b>A forma da palavra “empoderamento” e seu funcionamento nos dicionários</b> .....	44
3	<b>DA DISSIMULAÇÃO DE EMPODERAMENTO FEMININO EM UMA DISCURSIVIDADE MERCADOLÓGICA</b> .....	62
3.1	<b>Empoderamento feminino: efeitos de imbricação do discurso publicitário com o discurso jornalístico</b> .....	72
3.2	<b>Dissimulação ideológica neoliberal no texto midiático-mercadológico: o empoderamento feminino no discurso publicitário do Blog da Usa</b> .....	77
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
	<b>ANEXO A – Texto “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”</b> .....	105
	<b>ANEXO B – Quadro "Formações Imaginárias"</b> .....	113

## INTRODUÇÃO

Há séculos, os movimentos sociais de sujeitos, outrora segregados e oprimidos socialmente, vêm realizando conquistas importantes e, com a expansão da internet, nas últimas décadas, houve uma popularização de estudos sobre as questões identitárias, impulsionados por compartilhamentos de textos (conhecimento) nos espaços digitais e pela descentralização das mídias tradicionais. Segundo Wanderley (2020, p. 38-39), tal fenômeno proporcionou uma democratização e massificação do debate sobre pautas identitárias, em especial as de gênero, raça e sexualidade, o que, segundo a autora:

produziu muitas positivities em matéria de lutas sociais e conquistas políticas, mas também, em contrapartida, vem expondo problemáticas tanto no que diz respeito à organização da luta política quanto à relação desses discursos com o estatuto do capital e do consumo.

A problemática a que se refere Wanderley é de um esvaziamento dos sentidos dessas lutas, quando afetadas por uma ideologia neoliberal, pela qual é produzida uma evidência de que não há uma apropriação de elementos que identificam tais movimentos sociais e os colocam em funcionamento a favor da lógica do mercado. A noção de ideologia que mobilizamos não é a de mascaramento ou de ocultação, mas é algo próprio dos processos de produção de sentidos em que, segundo Mariani (1997, p. 16), funciona como um mecanismo imaginário pelo qual são produzidas as evidências de sentidos e, na especificidade desta pesquisa, os sentidos se inscrevem em uma “discursividade mercado-lógica” (Nogueira; Dias, 2018, p. 29).

De palavras como ‘empoderamento’, ‘sororidade’ e ‘patriarcado’, por exemplo, significadas em relação a saberes sobre conflitos de classe/gênero, foram descolados sentidos de discursividades identitárias e (dis)simulados<sup>1</sup>, entrando em circulação pela discursividade mercadológica, midiática, da “ordem do digital”

---

<sup>1</sup> A noção de dissimulação como “(dis)simulação”, mobilizada por Dias, Nogueira e Fonseca (2023), será apresentada no capítulo 3. Grafaremos como (dis)simulação, no presente trabalho, sempre que nos referirmos ao funcionamento em conjunto da dissimulação/simulação com base nos referidos autores.

(Orlandi, 2017). No entanto, por serem sentidos “estranhos” a essas discursividades, ou, como afirma Berth (2020, p. 69-70), por serem conceitos “cooptados”, capturados, pelo discurso dominante, é necessário um ponto de sustentação em outros discursos para que confirmem, ao discurso do mercado, legitimidade, como o de um efeito de terem sido produzidos a partir das bases científicas da tradição do discurso lexicográfico e a produção de dicionários, que são tecnologias da linguagem.

Tecnologia de linguagem é uma noção de Sylvain Auroux (1992) definida em relação a três revoluções tecnolinguísticas: a escrita, a gramatização das línguas e a mecanização da linguagem pela informatização. Foi a partir da tecnologia da escrita, a primeira revolução tecnolinguística, que o homem pode fazer o registro de suas práticas cotidianas, transformando também as práticas sociais. Já a gramatização, a segunda revolução tecnolinguística, se deu por um processo de descrição e instrumentalização de uma língua na base de duas tecnologias, a gramática e o dicionário. No Brasil, no que tange às gramáticas, “tivemos uma transferência tecnológica da gramática greco-latina que serviu para a produção de gramáticas portuguesas por portugueses para a colonização linguística” (Dias, 2021, s. p.)<sup>2</sup>. A terceira revolução tecnolinguística toma forma com a mecanização da linguagem, ou seja, “envolve o tratamento eletrônico da informação apresentada em linguagem natural” (Auroux, 1992, p. 289). Quando consideramos o funcionamento da linguagem na/pela mídia na atualidade, não há como escapar da determinação da ordem do digital e do mercadológico constitutivo nas bases do seu funcionamento monetizado.

Em estudo anterior<sup>3</sup>, descrevemos e analisamos como o processo de produção de sentidos da palavra ‘patriarca’ e suas derivações se apresentavam em dicionários monolíngues brasileiros publicados entre os séculos XX e XXI. Compreendemos então que há uma rede de sentidos que traz repetições históricas e são significadas em dicionários do século passado e desse século, atualizando uma memória que tem por base a estrutura de uma sociedade dividida, por classes e gêneros, em que alguns discursos são afetados pela ideologia, de modo que

---

<sup>2</sup> Videoverbete da ENCIDIS-Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins.

<sup>3</sup> Monografia “Efeitos de sentido da palavra ‘patriarca’ nos dicionários brasileiros: por um gesto de análise” (2022).

determinados sentidos são silenciados para colocar outros em evidência, conforme Orlandi (1997).

Já, na presente pesquisa de mestrado, voltamo-nos para a compreensão de como os sentidos sobre um sujeito-mulher, historicamente oprimido e em luta, são produzidos por referência à definição dicionarística da palavra ‘empoderamento’ em um texto publicitário-jornalístico digital. Dito de outro modo, buscamos descrever e analisar como a palavra ‘empoderamento’ é determinada por ‘feminino’, já que aquela vem tomando forma por dizeres que a remetem ao discurso de sujeitos oprimidos historicamente. Todavia, por outro lado, está sendo também significada em relação a consumo de bens ou serviços na discursividade mercadológica.

Nosso trabalho se divide em três capítulos principais, sendo o primeiro, intitulado “A ANÁLISE DE DISCURSO: UM EMPREENDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO”, em que propomos uma leitura sobre como este trabalho está filiado à Análise de Discurso, na perspectiva de Michel Pêcheux (1969) e de Eni Orlandi (1983). Apresentamos, na primeira seção do primeiro capítulo, algumas considerações sobre o percurso histórico da Análise de Discurso na França e no Brasil e seus principais conceitos teóricos. Sem pretensões de esgotar as discussões, articulamos o funcionamento do silenciamento, pela interdição, dos dizeres sobre empoderamento feminino, com o arquivo de pesquisa.

Nessa seção, discorreremos sobre o método da Análise de Discurso, momento em que fazemos considerações sobre como a perspectiva teórico-metodológica que fundamenta nossa pesquisa, prática que se dá, simultaneamente, com a construção dos dispositivos metodológicos, como que em um movimento pendular, um batimento entre teoria e análise (Petri, 2013, p. 45).

Assim, mobilizando conceitos caros para a teoria a qual nos filiamos em nosso trabalho, como sujeito, língua, discurso, ideologia, dentre outros formulados por Pêcheux (1969), buscamos constituir o arquivo. Essa etapa, fundamental deste processo, não se formou apenas com recortes selecionados do texto publicitário-jornalístico e definições de dois dicionários monolíngues brasileiros, mas também se produziu nos processos dos gestos de leitura e de análise.

No que tange ao estabelecimento do *corpus* desta pesquisa, esse se justifica pelo fato de ser empoderamento um conceito ligado diretamente às questões de gênero (Berth, 2020), mas que é apropriado por outros discursos, tendo seus efeitos

de sentido construídos e desconstruídos ao longo dos anos, mas que, não necessariamente, ecoam nos dicionários ou vão ao encontro dos sentidos que circulam nos discursos do movimento feminista contemporâneo. Assim, é imprescindível compreender os discursos em circulação em uma sociedade dividida e desigual, de modo que determinados sentidos são legitimados pela formação ideológica dominante, e outros não, nas relações de gênero na história. Quanto às materialidades discursivas que constituem o recorte de pesquisa, selecionamos o *post* “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, texto de gênero publicitário-jornalístico em circulação pelo *Blog da Usa*, da empresa de venda de calçados femininos *Usaflex*, e dois dicionários monolíngues brasileiros: o Dicionário **Michaelis online**, doravante **Michaelis**, e o Dicionário **Aurélio** digital, doravante **Aurélio**.

No segundo capítulo, “A CONSTITUIÇÃO DA PALAVRA EMPODERAMENTO NOS DICIONÁRIOS MICHAELIS E AURÉLIO: UMA LEITURA DISCURSIVA”, nos debruçamos sobre as questões relacionadas aos dicionários. Na primeira seção, discorreremos sobre a articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas e o percurso histórico dos dicionários brasileiros com base nos trabalhos de Orlandi (2002); Auroux (1989); Nunes (2006); Petri (2020) e Freitas (2020), abordando questões referentes aos dicionários impressos e os dicionários *online* e digitais. Apresentamos, nessa seção, os dicionários como instrumentos linguísticos, uma tecnologia de linguagem de descrição de uma língua e que se constitui por um saber metalinguístico (Auroux, 1992), determinado por práticas sociais e históricas. Na segunda seção, passamos à análise da palavra ‘empoderamento’, sua forma e funcionamento nos dicionários que integram o *corpus* de nosso trabalho, empreendendo um gesto de leitura do dicionário enquanto objeto discursivo “[...] pois, ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua” (Orlandi ([2002] 2013, p. 105). Desse modo, mobilizando conceitos basilares da Análise de Discurso (Pêcheux, [1969] 2014) e da Lexicografia Discursiva (Orlandi, [2002] 2013), tentamos compreender os efeitos de sentidos relacionados à definição de “empoderamento feminino”.

No terceiro capítulo, “DA DISSIMULAÇÃO DE EMPODERAMENTO FEMININO EM UMA DISCURSIVIDADE MERCADOLÓGICA”, empreendemos um

gesto de análise buscando compreender o funcionamento da dissimulação ideológica neoliberal, a partir de Pêcheux (1988), Orlandi (1990) e Guilbert (2020), em relação à produção dos efeitos de sentido de “empoderamento feminino” no texto “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante”, em circulação pelo *Blog da Usa*. O texto, publicitário-jornalístico, é compreendido, a partir de Orlandi ([2008] 2022, p. 66-67), como “a contrapartida do discurso”, um objeto simbólico que é aberto e “a textualidade, enquanto matéria discursiva, dá ensejo a várias possibilidades de leituras”.

No último capítulo do trabalho apresentamos, como efeito de fechamento, nossas “CONSIDERAÇÕES FINAIS”, retomando como a descrição linguístico-gramatical de ‘empoderamento’ e sua definição na materialidade texto publicitário-jornalístico significa de diferentes modos e como os gestos de análise empreendidos nesse trabalho podem contribuir para modos de leitura da materialidade de um texto jornalístico-publicitário, determinado por uma ideologia neoliberal e inscrito em uma discursividade mercadológica.

## 1 A ANÁLISE DE DISCURSO: UM EMPREENDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Lembremos que um imenso trabalho fica por se efetuar antes que essas diversas possibilidades sejam concretamente realizáveis.

*Michel Pêcheux*

A Análise de Discurso é uma teoria fundada por Michel Pêcheux nos anos 1960 na França. No contexto efervescente do movimento do estruturalismo linguístico na Europa, marcado por novas leituras do **Curso de Linguística Geral** de Ferdinand Saussure (1916) em diversas áreas de conhecimento, como Psicanálise, História, Antropologia e Literatura, Pêcheux estabeleceu a base da Análise de Discurso a partir de uma releitura de Saussure e outros estruturalistas.

No Brasil, a Análise de Discurso foi institucionalizada, há quatro décadas<sup>4</sup>, a partir da produção de Eni Orlandi e seus orientandos, cujas pesquisas deram condições para a circulação da teoria e sua disciplinarização nas universidades das diferentes regiões do país. Em sua obra **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** ([1999] 2020), Orlandi afirma que Pêcheux produziu conceitos essenciais, princípios e procedimentos, buscando compreender não apenas como a ideologia toma forma, mas principalmente como se dá seu funcionamento na produção de sentidos, estabelecendo uma intrínseca ligação com os processos discursivos.

Discorreremos, na primeira seção deste capítulo, sobre o percurso histórico da Análise de Discurso, a partir da fundação da teoria por Michel Pêcheux, tecendo breves considerações sobre a “Análise Automática do Discurso (AAD-69)” ([1969]

---

<sup>4</sup> Em setembro de 2023 foi realizado o III Encontro Nacional em Análise de Discurso-ENADIS, que homenageou os 40 anos da obra **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, de Eni Orlandi. Na ocasião, a Editora Pontes lançou a edição comemorativa de 40 anos da obra, sua 7ª edição.

2014, p. 59-158) e outros textos pêcheutianos que servem como estofo para a constituição da Análise de Discurso enquanto disciplina.

### 1.1 A constituição da Análise de Discurso: um percurso

Michel Pêcheux iniciou suas reflexões sobre o objeto discurso como pesquisador filiado ao *CNRS* (Centre National de la Recherche Scientifique)<sup>5</sup>, alguns anos antes de publicar sua tese intitulada **Analyse automatique du discours**, em 1969. Sob o pseudônimo de Thomas Herbert, o autor publicou, no **Cahiers pour l'analyse**, os artigos “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” (1966) e “Observações para uma teoria geral das ideologias” (1968). Assinando com seu próprio nome, Pêcheux publicou, na revista **Psychologie Française** o texto “Analyse de contenu et théorie du discours” (1967) e, na revista **Bulletin du CERP**, “Vers une technique d'analyse du discours” (1968).

Seus primeiros artigos traziam reflexões sobre o materialismo histórico, a psicanálise, a ideologia e a epistemologia das ciências humanas e sociais, já exteriorizando ali suas preocupações em torno dos temas e relacionando-os à linguística. Segundo Maldidier (2017, p. 114, nota 12), o objeto estudado por Pêcheux emerge não só da Linguística, mas também da Psicanálise, como uma ciência do inconsciente, e da História, como uma ciência das formações sociais, sendo, portanto, uma disciplina de entremeio, o que remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias (Orlandi, 2002, p. 21).

Assim, é por meio desses escritos de Pêcheux que, ainda que subrepticamente, são colocadas as teorias da ideologia e do inconsciente e reterritorializadas, na Análise de Discurso, conceitos de outros campos de saber, sejam eles: a Linguística (Saussure), a Psicanálise (Freud) e o Materialismo Histórico (Marx). O resultado desta tríplice aliança é a postulação de uma teoria do

---

<sup>5</sup> CNRS: <https://www.cnrs.fr/>

discurso enquanto teoria geral da produção de efeitos de sentido que, entretanto, não substitui nenhuma teoria de ideologia ou do inconsciente em circulação (Maldidier, 2017, p. 21).

É justamente da posição de pesquisador no *CNRS*, confrontado com a psicologia social e seu sujeito psicológico, que Pêcheux contesta a chancela de “ciência” dada a estas disciplinas que apenas metamorfoseiam atributos de cientificidade sem, no entanto, desenvolver métodos próprios, tomando-os emprestados de outras áreas de conhecimento, como a Estatística e a Linguística.

A proposta pêcheutiana de uma análise automática do discurso passou a se constituir quando, em 1966, Pêcheux se associou aos teóricos e pesquisadores Michel Plon e Paul Henry para construir uma máquina de guerra, uma espécie de cavalo de Tróia científico, um *trojan*<sup>6</sup>, que deveria ser introduzido nas ciências sociais para causar uma reviravolta neste campo de saber. Paul Henry, em seu artigo “Os fundamentos teóricos da ‘análise automática do discurso’ de Michel Pêcheux” ([1975] 2014, p. 12), afirma que “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais e, em particular, da psicologia social”. Pêcheux, a partir daí, começa a dar atenção para as máquinas, pensando numa análise informatizada, ao mesmo tempo em que volta sua atenção para o processo discursivo. Inicialmente, pretendia elaborar um sistema fechado, uma máquina discursiva, de maneira que as condições de produção de discurso fossem bem delimitadas e as possibilidades de enunciados disponíveis fossem previsíveis, através de um sistema informatizado fabricado para atender aos objetivos dessa nova teoria, intitulando seu trabalho de **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**.

Pêcheux, em sua AAD-69, parte de uma problemática da análise de conteúdo, colocando que a ciência clássica da linguagem pretendia ser ciência da expressão e dos meios desta expressão (Pêcheux, [1969] 2014), ou seja, as análises praticadas eram de conteúdo, pois pretendia a ciência linguística que o texto fosse objeto de seu estudo, supondo uma estabilidade e homogeneidade da língua e dos significados. Endossando o deslocamento produzido pelos conceitos de

---

<sup>6</sup> *Trojan*: abreviatura de “*trojan horse*” ou “*Cavalo de Troia*”. Na informática, *trojan* é um programa de computador criado de forma que você, recebendo-o, execute-o, mas que causará algum tipo de dano, muitas vezes irreversível, quando executado.

Saussure em relação aos estudos da linguagem que permitiram analisar o funcionamento da língua como sistema, Pêcheux afirma que o texto em si, ele por ele mesmo, não pode ser o objeto de estudo de uma ciência linguística, posto não ser o texto que funciona e sim a língua:

É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência discursiva fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção [...] (Pêcheux, [1969] 2014, p. 78).

Pêcheux se opõe aqui à prática, muito comum na época, de análise de conteúdo, visto que, para o teórico, a ciência clássica da linguagem pretendia ser ciência da expressão e dos meios desta expressão (Pêcheux, [1969] 2014, p. 60). Dito de outro modo, o que o teórico criticava eram as análises praticadas pelas Ciências Humanas, em especial a Psicologia Social. Criticava também a concepção jakobsoniana de sujeito e de comunicação, a Teoria Gerativa de Chomsky, em especial no que tange à questão da teoria linguística da frase, entre outras teorias linguísticas. Ao criticar aquelas que analisam o texto como uma estrutura fechada em si mesma, Pêcheux passa a formular o conceito de condições de produção do discurso como elemento essencial para a análise do texto.

Sobre as condições de produção do discurso, afastando-se do viés fisiológico e psicológico da comunicação, o teórico apresenta considerações sobre a perspectiva dos sujeitos que “protagonizam” as relações de sentidos na produção discursiva, introduzindo a questão das posições e formações imaginárias<sup>7</sup> que estão postas no discurso:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro. [...]. (Pêcheux, [1969] 2014, p. 81)

Pêcheux formula uma distinção entre lugar social e posição, ao dizer que a noção de lugar enquanto “feixe de traços objetivos característicos” encontra-se

---

<sup>7</sup> Anexo B

representado, ou seja, “presente, mas transformado”, no interior do processo discursivo ([1969] 2014, p. 81-82). Isso ocorre porque, em qualquer formação social, são definidas regras de projeção que irão estabelecer relações entre as situações e as representações das situações. Tais representações são imaginárias e estão relacionadas aos protagonistas dos discursos e ao referente, que designam o lugar que os sujeitos A e B atribuem a si mesmos e em relação ao outro, o que Pêcheux denominou de “sujeitos protagonistas do discurso” ([1969] 2014, p. 82-83). Essas projeções são as chamadas formações imaginárias: não são simplesmente um reflexo de uma realidade objetiva, mas são produzidas discursivamente por meio das práticas languageiras. São atravessadas por ideologias, crenças e representações compartilhadas na sociedade, materializando-se na estrutura do discurso, em que estão representadas as relações de poder. Desse modo, “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” ([1969] 2014, p. 82). Sobre o funcionamento do conceito proposto por Pêcheux, apresentamos algumas questões discursivas relacionadas à palavra ‘guerreiras’, mobilizada no discurso produzido no *Blog da Usa, no post* intitulado “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, que integra o arquivo desta pesquisa:

- **R01:** No dia a dia também podemos dar poder às guerreiras a nossa volta reconhecendo o trabalho e o valor de cada uma. (grifos nossos)

Para lermos as imagens produzidas para (mulher) guerreira, colocamos que as formações imaginárias são constituídas na história e na sociedade, por posições-sujeito, sendo, para análise discursiva, necessário remetê-las às suas condições de produção do discurso, ou seja, analisar como se dão esses processos de produção de sentidos (as imagens dos protagonistas do discurso) em determinada circunstância sócio-histórica, das relações de poder, das práticas sociais e das estruturas institucionais que estão significadas nesses processos e os determinam. Dito de outro modo, é necessário compreender como se dão essas divisões de sentidos desiguais e com dominância no discurso, em uma dada formação social capitalista. A mulher “guerreira” na sociedade capitalista é a mulher trabalhadora, estudante, cuidadora, do lar, da família e, preferencialmente, sem descuidar da

aparência e das suas relações interpessoais. É um imaginário de mulher produzido a partir das mudanças na sociedade e da posição que as mulheres passaram a ocupar no espaço público, mas sem muitas alterações de suas posições no espaço privado.

O movimento feminista, ao reivindicar direitos para as mulheres, como a igualdade de gênero e de condições para as mulheres na sociedade, produz efeitos de sentido para a palavra “luta”, deslocando um imaginário de mulher como sexo frágil, passiva, ocupando o espaço privado do lar, para a mulher combativa que, ocupando também o espaço público da rua, busca pelos seus direitos. Esse imaginário de mulher lutadora, que defende a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, que reconhece seu sofrimento pela violência de gênero, que busca, com dificuldades, o seu lugar em uma sociedade patriarcal é representado, por vezes, nas discursividades feministas, pela palavra ‘guerreira’<sup>8</sup>. Entretanto, é necessário lembrarmos que tais enunciados (guerreira, lutadora) entram em circulação pelo/no discurso mercadológico, produzido em um sistema capitalista afetado por uma ideologia neoliberal, deslocando esses sentidos.

Em “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, publicado em 1975, em meio ao processo de consolidação da Análise de Discurso, Pêcheux e Fuchs teorizam sobre o funcionamento da ideologia a partir do que denominam de região do conhecimento científico do materialismo histórico e descrevem sobre como o empreendimento teórico da Análise de Discurso é constituído por um espaço de entremeio entre diferentes regiões de conhecimento:

Para evitar qualquer equívoco que arrisque confundir o necessário trabalho crítico, próprio a um campo teórico, com as tentativas de recuo visando abandonar o campo, começaremos por apresentar, numa primeira parte, o quadro epistemológico geral deste empreendimento. Ele reside, a nosso ver, na articulação de três regiões do conhecimento científico: 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (Pêcheux; Fuchs, [1975] 2014, p. 159).

---

<sup>8</sup> Já circulam no espaço digital discursos femininos sobre a palavra “guerreira”, cujos efeitos de sentido remetem a um imaginário de uma mulher que atende a todas as demandas que lhe são impostas pela sociedade. A mulher guerreira seria, portanto, a mulher sobrecarregada e exausta.

Com a articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, segundo Mariani (1997, p. 34), Pêcheux promoveu uma ruptura em tais áreas de conhecimento ao deslocar as noções de linguagem, sujeito e ideologia, em uma época que a linguagem era considerada apenas um instrumento de comunicação, o sujeito era visto sob a perspectiva da psicologia e sociologia como “indivíduo” e a ideologia era apenas uma ocultação ou máscara responsável pela contínua dominação de uma classe sobre outra. Mas o que Pêcheux propõe a partir dessas regiões de conhecimento científico?

Segundo Pêcheux, o *materialismo histórico*, enquanto “teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (Pêcheux, [1975] 2014, p. 160), é um dos três pilares da Análise do Discurso. A historicidade, intrínseca no materialismo histórico, é, portanto, um dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso. Conforme Mariani (1997, p. 34), *historicidade* é uma produção simbólica contínua que organiza sentidos para as relações de poder em dada formação social, passível de rupturas discursivas e afetada pela memória do dito e do não-dito. O termo “historicidade”, desse modo, foi mobilizado por Orlandi (1999) para descrever o acontecimento do texto como discurso, isto é, a trama de sentidos do texto ou, ainda, a forma como a história e o sentido se materializam no texto:

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos de historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito ([1999] 2020, p. 66)

Assim, para o analista de discurso, a historicidade é constitutiva da compreensão de como no texto se organiza essa relação entre língua e história, além das relações de sentido que são produzidas no arquivo, que “inscreve traços do acontecimento a partir de uma concepção específica de historicidade, que nega tanto a teleologia quanto a causalidade linear” (Barbosa Filho, 2006, p. 23), ou seja, trata-se de um processo. É a partir das relações de significantes, que são a materialidade da história, que é possível compreender a historicidade, a partir de suas condições, relações e forças de produção. A compreensão da historicidade é,

portanto, fundamental para a teoria do discurso, visto que a teoria do discurso é, conforme Pêcheux ([1975] 2014, p. 159), a “teoria da determinação histórica dos processos semânticos”.

Para a Análise de Discurso, o discurso é aquilo que, na linguagem, faz a mediação necessária entre o homem e o mundo e o que torna possível a permanência, continuidade, deslocamento e transformação não só dele mesmo, mas também da realidade em que vive. Trazendo consigo a ideia de curso, percurso, como o correr de um rio, o discurso é a palavra em movimento e uma prática de linguagem, pois é estudando o discurso que podemos analisar o homem falando e a língua como parte constitutiva do homem, da sociedade e de sua história (Orlandi, [1999] 2020, p. 13). O discurso, como um objeto de análise, não foi previamente definido (apesar de ser esboçado nos primeiros textos de Pêcheux sob o pseudônimo Thomas Herbert<sup>9</sup>), mas sim construído ao longo do desenvolvimento da teoria da Análise de Discurso e de seus procedimentos metodológicos. É a partir de Saussure que Pêcheux estrutura a noção de discurso, quando desloca o conceito saussuriano de língua e fala, afirmando que “a língua pensada enquanto um sistema deixa de ser compreendida como tendo função de exprimir sentido; ela se torna um objeto cujo funcionamento uma ciência pode descrever” ([1969] 2014, p. 60). A partir deste deslocamento, Pêcheux (p.81) define discurso, ponto central de sua teoria, como “efeito de sentidos entre os pontos A e B”, em que A e B são “representações dos lugares determinados na estrutura social”. Esta definição foi reescrita para o Brasil por Orlandi ([1999] 2020, p. 20), que nos apresenta a definição de discurso como “efeito de sentidos entre locutores”.

A Análise de Discurso parte do princípio de que o discurso não é mera transmissão de informação entre indivíduos empíricos, mas um objeto teórico distinto do ato individual de fala que estabelece a relação entre a linguagem, o pensamento e o mundo, sendo também um processo simbólico e ideológico de produção de sentidos. Mas, quem é esse “locutor” que se relaciona através da linguagem? Trata-se aqui de um sujeito que se constitui pela linguagem, um sujeito dividido, tanto quanto por efeito da sua interpelação pelo ideológico, como sua afetação pelo

---

<sup>9</sup> Referimo-nos aqui ao texto Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social, em que Pêcheux apresenta discurso como um “instrumento de transformação política”. ([1966] 2015, p. 35).

inconsciente; um sujeito, portanto, que não é centro e nem a origem dos sentidos produzidos. O sujeito é, pois, interpelado pela ideologia através das práticas discursivas. É o sujeito do inconsciente, atravessado pela ideologia, pela linguagem e pela história, só tem acesso à parte do que diz. Assim, tanto os sujeitos quanto os sentidos não são dados *a priori*, mas constituídos no discurso, refutando Pêcheux a noção de *sujeito empírico* ([1975] 2014, p. 119) e outras teorias idealistas da linguagem que afirmam que a subjetividade seria “fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação”. Trata-se de um sujeito concebido para a Análise de Discurso como posição (Mariani; Lunkes, 2013, p. 40).

Orlandi ([1999] 2020, p. 46) afirma que o sujeito discursivo é dividido desde o momento que se constitui, pois ao mesmo tempo em que é sujeito à língua e à história, submetendo-se a elas, ele também se constitui e produz sentidos que afetam a língua e a história. O sujeito discursivo, ao enunciar, retoma já-ditos, acreditando ser origem de seu próprio dizer. Os sentidos do discurso formulado pelo sujeito são constituídos no interior da formação discursiva na qual ele está inserido e, até mesmo quando o sujeito silencia outros sentidos, esse silêncio significa, visto que, em Análise de Discurso, o silêncio não é o vazio, o nada.

## **1.2 Do silêncio à constituição da análise: Arquivo, corpus e recorte de referência**

No quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, que no Brasil foi introduzida e consolidada a partir da produção de Eni Orlandi, o silêncio é um conceito que consideramos importante para nossa pesquisa, a partir do qual analisamos discursivamente o sintagma “empoderamento feminino”, presentificado em um texto publicitário-jornalístico e seus efeitos de sentido dissimulados/afetados por uma ideologia neoliberal e inscritos em uma discursividade mercadológica. Sobre o silêncio, Orlandi ([1996] 2020, p. 11) afirma que há uma relação importante entre este e a incompletude, que é característica da linguagem. Esta incompletude da linguagem não estaria relacionada ao estado de algo ser ou não inteiro, mas ao fato de que o dizer é aberto e, nas palavras da autora, “é só por ilusão que se pensa

poder dar a ‘palavra final’”. Segundo Orlandi, não há sentido sem silêncio. O silêncio é um sentido contínuo e corresponde a um modo de estar no sentido, sendo através do silêncio que damos abertura para outras interpretações.

Em sua obra **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos** ([1992] 2007, p. 73-74; p. 104), a autora diz que há duas divisões nas formas do silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio (silenciamento). Sobre a primeira forma, Orlandi considera que o silêncio também é história e significa, não sendo apenas a ausência da linguagem, ausência de som, dizendo ser o silêncio “fundante”. Este é o silêncio que existe nas palavras, que significa o não-dito, produzindo as condições para significar e é nomeado pela autora de silêncio fundador. Quanto à política do silêncio, podemos distinguir duas dimensões: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O silêncio constitutivo indica que para dizer é preciso não-dizer, ou seja, que a escolha de uma palavra apaga, necessariamente, as outras. Ou, nas palavras da autora:

[...] a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar um trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, de uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim todos os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (Orlandi, [1992] 2007, p. 73-74).

Vemos, assim, que o silêncio constitutivo está intrínseco na produção do sentido. Há, pois, uma recusa ideológica da significação que resulta no silenciamento, não como forma de censura, mas para dizer uma coisa e, conseqüentemente, não dizer “outras”, sendo responsável por um apagamento dos sentidos que não devem circular. Podemos observar este funcionamento, do silenciamento através do silêncio constitutivo, na leitura do recorte **R02**, selecionado a partir do post intitulado “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, texto publicitário-jornalístico que integra o *corpus* de nossa pesquisa:

- **R02:** Você sabia que, além de serem responsáveis pela maior parte do consumo, o público feminino ainda faz parte de 75% da força de trabalho da indústria da moda globalmente? Pois é! Por esse motivo, medidas nesse setor têm impactos importantes (grifos nossos).

Como veremos mais detalhadamente no capítulo 3, lemos nos dizeres do *Blog da Usa* a construção de um imaginário de engajamento com a pauta do empoderamento feminino que se materializa nos sentidos em circulação no *post* objeto de análise da presente pesquisa. Assim, ao dizer que 75% da força de trabalho da indústria da moda, em termos globais, é feminina, se coloca em evidência alguns sentidos e se silencia outros. No recorte supracitado, ao voltarmos nosso olhar para o que discurso tenta tornar evidente na informação, que “75% da força de trabalho da indústria da moda global é composta por mulheres”, compreendemos que há uma possibilidade de leitura em que o resultado dos esforços da indústria da moda para empoderar mulheres é significado como positivo. No entanto, no fio do discurso, ao apresentar esse dado, são produzidos sentidos sobre o trabalho da mulher nesta indústria e, simultaneamente, silencia e apaga outros dizeres possíveis sobre o trabalho feminino na indústria da moda, recobrando o político, a divisão de sentidos. Um dos dizeres apagados é aquele que está relacionado ao fato de que, das 50 maiores marcas de moda no mundo, apenas 14% eram lideradas por mulheres em 2021. Outro dizer que é silenciado é que não havia, à época da publicação do *post*, mulheres entre os 10 diretores-executivos mais bem pagos da indústria da moda no mundo<sup>10</sup> (Godoi, 2021, p. 2). Então, perguntamos: diante dos sentidos silenciados em relação ao baixo percentual de mulheres em cargos de chefia e liderança no mercado da moda, o que está sendo dissimulado no texto publicitário-jornalístico ao produzir sentidos sobre a mulher e empoderamento feminino? Estes são alguns dos pontos que pretendemos nos deter no capítulo de análise.

Outra forma de funcionamento da política do silêncio é o silêncio local, que, segundo Orlandi ([1992] 2007, p. 73-74), seria a manifestação mais visível de silenciamento, tomando como exemplo dessa dimensão a censura. O silêncio local se refere ao que é proibido dizer em uma certa conjuntura, ou seja, é a própria

---

<sup>10</sup> Apesar de todos os debates dos últimos anos sobre empoderamento das mulheres, em especial em nível organizacional, não observamos avanços quanto ao percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres na indústria da moda. Segundo aponta o estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os homens ocupam 71% das posições de decisão no setor no Brasil. Dados mostram ainda que só 14% das empresas têm áreas específicas dedicadas à promoção de igualdade de gênero no local de trabalho. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/08/mulheres-ocupam-apenas-29percent-dos-cargos-de-lideranca-na-industria-brasileira-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 26 mai 2024.

interdição do dizer, limitando o sujeito no percurso dos sentidos. Segundo Orlandi (p. 74), o silêncio local seria “uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido”, ou seja, uma produção de sentidos que produz, como forma de estratégia política, uma interdição do dizer. Há, portanto, uma proibição no dizer que impede o sujeito de se identificar com dada formação discursiva: ao se impor a censura se proíbe também a circulação de certos sentidos. Entretanto, “a censura é um sintoma que ali pode haver um outro sentido” (p. 118), não havendo, portanto, uma ausência e sim uma interdição.

Moreira (2020; 2023)<sup>11</sup>, ao tratar da censura institucionalizada, aquela que se instaura pelas instituições, entende que há um modo de censura que funciona pelo “batimento silenciamento e evidenciamento” (Moreira, 2023, s. p.) que homogeneiza e naturaliza certos sentidos. A autora reflete sobre como a forma “dos diferentes modos de produção e circulação de sentidos começam a ser afetados” pela censura, passando a funcionar como “produção de saberes e técnicas que se configuram como mecanismos de controle” e “silenciados pela própria instância que os produz” (Moreira, 2020, s. p.). A censura, segundo Moreira (2023, s. p.), “se tornou mais incisiva em sociedades cada vez menos democráticas [...], favorecidas pelos recursos tecnológicos e sua administração pelo poder neoliberal”, operando interdições ou produzindo evidências pelo mecanismo silenciamento-evidenciamento.

Grigoletto e Venturini (2023), ao analisarem uma livre-pregação de André Valadão transmitida pelo Youtube e sua posição-sujeito de porta-voz da palavra de Deus, analisam o funcionamento da interdição, a partir de Orlandi (1992) e Tfouni (2006), como a busca por um sentido único no dizer que, ao calar outros dizeres e homogeneizar sentidos, produz silenciamento:

É na busca do sentido único que funciona a interdição, que cala a voz do outro, do diferente e, por sua vez, produz o silenciamento. É também a interdição que impede a reversibilidade, promovendo a fala do sujeito com ele mesmo, praticando, narcisicamente, o monólogo e a desconsideração do 'outro', aniquilando-o (Grigoletto; Venturini, 2023, p. 03)

A partir da formulação sobre interdição e silenciamento de Grigoletto e Venturini, podemos pensar que, ao dizer 75%, a Usaflex opera interditando outros

---

<sup>11</sup> Vídeoverbetes da ENCIDIS-Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins.

sentidos ao seu leitor/leitora, produzindo um silenciamento sobre outros dizeres possíveis sobre a condição de trabalho da mulher na indústria da moda. Tal questão é determinante dos gestos de análise dos recortes constitutivos do arquivo desta pesquisa, pelo qual é possível lermos como são produzidos os recobrimentos, as dominações e as evidências de sentidos sobre as mulheres na sociedade e as “necessidades” de empoderamento de si, por si e/ou pelo outro.

Arquivo é, no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso, um conceito fundamental para o analista, pois está intrinsecamente ligado não só ao conjunto discursivo, mas também à materialidade atravessada pela ideologia, com sentidos divididos pelas relações de força. Para compreendermos o conceito de arquivo na Análise de Discurso, faz-se necessário deslocar este conceito do sentido de “acervo”, significando um lugar material que organiza e controla documentos, para um lugar teórico. Para tal, é preciso levar em consideração a memória discursiva, assim como a teoria do discurso.

Segundo Orlandi, “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’, possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras.” ([1999] 2020, p. 32). Dessa forma, se o dizer não é propriedade particular, se as palavras não têm origem no sujeito que as enuncia, o discurso é produzido com marcas que significam sentidos outros, ou seja, há uma memória do dizer anterior ao ato de enunciação do sujeito protagonista do discurso. Essa memória não é uma memória material e não é sinônimo de arquivos, museus, acervos, pois trata-se de um saber sobre algo, de espaços de dizer aos quais o sujeito se submeteu e das regiões do *já lá* nas quais o sujeito se filiou em outros momentos. É, pois, a memória discursiva.

Pêcheux em “Ler o arquivo hoje” (1982), afirma que o arquivo é entendido, em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Esse “campo de documentos” não seria um conjunto de documentos físicos mantidos em algum lugar, e sim áreas da memória que foram possíveis ao sujeito protagonista do discurso acessar, assim como os já-ditos aos quais ele se filiou anteriormente, buscando a “voz sem nome” para significar-se. Para Pêcheux, “assim começaria a se constituir o espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em

uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” ([1982] 1997, p. 57).

Ademais, o arquivo se inscreve numa rede de filiação de sentidos, sendo constitutivo do complexo das formações discursivas. Os elementos selecionados para compor o arquivo de um dado campo de conhecimento já estão determinados pelo viés político, pois alguns são mais autorizados do que outros no processo de interpretação dos dados, visto que a existência de formações sociais distintas acarreta uma divisão social do trabalho de leitura, objetivando controlar e administrar a interpretação, apagar ou silenciar alguns sentidos em favorecimento a outros, assim como sedimentar sentidos já dados (Pêcheux, [1982] 1997, p. 58). O autor, para elaborar as questões teóricas sobre arquivo, apresenta noções de gestos de leitura e interpretação.

Em **Discurso: Estrutura ou Acontecimento** ([1983] 2015), Pêcheux discorre sobre o papel do leitor-analista, afirmando que a interpretação é muitas vezes negligenciada, citando como exemplo os textos religiosos e científicos (positivistas), em que não há espaço para interpretações diversas no processo de construção de significado. Em ambos os casos, a interpretação é reduzida a um reconhecimento de sentidos já preestabelecidos, não sendo um ato de interpretação em si. Ele destaca, ainda, que essas abordagens visam a uniformizar e homogeneizar a realidade, objetivando alcançar uma ciência tão infalível quanto a matemática (p. 35-36). Pêcheux explica que, com o surgimento do estruturalismo saussuriano, surge a possibilidade de contemplar um tipo diferente de real, visto que a teoria estruturalista proporciona espaço para a interpretação antes inexistente na linguística. No entanto, paradoxalmente, as próprias abordagens estruturalistas tendem a congelar a interpretação, uma vez que elas se concentram na descrição dos arranjos textuais. Essa descrição é apresentada como simples tradução de enunciados empíricos comuns em enunciados estruturais conceituais, assemelhando-se a uma simulação de processo matemático, buscando a objetividade e uniformidade. Entretanto, Pêcheux afirma que a falha no pensamento estruturalista reside no fato de que a descrição e a interpretação são inseparáveis, argumentando que toda expressão linguística exige interpretação, já que o sentido não existe sem ela (Pêcheux, [1983] 2015, p. 50). Isso ocorre porque é impossível escapar do caráter intrínseco e ambíguo da linguagem. Cada enunciado, portanto, pode se transformar em algo

diferente de si mesmo, deslocando-se discursivamente de seu significado “original” para se dirigir a outro sentido, a menos que seja flagrantemente limitado pela estabilidade lógica:

[...] toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual (...) – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (Pêcheux [1983] 2015, p. 53).

Pensemos agora, a partir da citação acima, na noção de equívoco. Para Análise de Discurso, o equívoco não é um “defeito” do discurso, uma falha do dizer ou do sujeito, que gera uma ambiguidade a ser reparada ou um erro que torna a língua imperfeita. Para o autor, o equívoco “é fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, ou seja, o “ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos ‘mundos normais’” (Pêcheux [1983] 2015, p. 51). Ele é parte inseparável do funcionamento da linguagem, já que uma língua perfeita, sem falhas, é da ordem do impossível. O equívoco, portanto, tem seus efeitos de sentido inscritos na história, assim como o silêncio e a lacuna. E é nesses espaços, do equívoco, da lacuna, do desvio e até do silenciamento, que a interpretação emerge. Ela surge e é viável graças à existência do “outro” nas sociedades e na história, correspondendo ao “outro” inerente ao discurso linguístico. Esse “outro” possibilita a conexão, identificação ou transferência, estabelecendo relações que abrem caminho para a interpretação.

Orlandi, na obra **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** (1996), elaborou, a partir de Pêcheux, a noção de interpretação que consideramos produtiva para a nossa pesquisa, entendendo a interpretação como um gesto, um ato no nível simbólico, que se dá num espaço, também simbólico, marcado pela incompletude, sendo a interpretação “o vestígio do possível” (Orlandi, [1996] 2020, p. 18).

Nunes (2005) aponta, sobre a interpretação do material arquivístico, que o arquivo é uma materialidade discursiva onde estão impressas as marcas da construção de significados e não pode ser reduzido a um simples conjunto de dados ou informações objetivas, fora das suas condições de produção sócio-históricas.

Isso implica que o material arquivístico não está sujeito apenas à interpretação do analista, mas também ao confronto entre diferentes gestos de leitura. Nesse sentido, o arquivo não representa um espaço de validação com uma única interpretação verdadeira, mas sim um lugar com possibilidades de gestos de interpretação outros. Desse modo, o arquivo, sob a perspectiva da Análise de Discurso, é compreendido como um espaço de polêmica, em que se contrapõem posições interpretativas diversas, visto que, de acordo com o autor:

A noção de compreensão, portanto, se distingue tanto de uma perspectiva psicológica, quanto de uma perspectiva lógica: trata-se de uma noção histórico-política. Praticar a compreensão na leitura é não somente levar em consideração uma ou outra interpretação, mas ter em vista os "conflitos" de interpretação. É atentar para os vários direcionamentos de sentido que funcionam em um mesmo espaço discursivo. Podemos mencionar aí as injunções à interpretação, os gestos de reprodução de sentidos, as coerções e os interditos, os controles da interpretação, a censura, e também as diversas formas de resistência à interpretação: as oposições e as migrações de sentido, as desidentificações, as desconstruções interpretativas, enfim, os gestos que colocam em suspeição a estabilidade de uma interpretação. O arquivo nesse contexto é tido como um espaço de polêmica, em que se confrontam as posições interpretativas. É preciso primeiro observar os gestos de interpretação a partir das posições de sujeito e, em seguida, mostrar as relações entre essas interpretações, identificando as filiações discursivas, as contradições, as retomadas e deslocamentos, enfim, explicitando o movimento dos sentidos e dos sujeitos, no espaço tenso em que o real da interpretação pode tanto apaziguar quanto ameaçar (Nunes, 2005, p. 3)

Sobre a noção de gesto, Orlandi ([1996] 2020, p. 18) afirma que, na perspectiva discursiva, "serve para deslocar a noção de 'ato' da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la". Dessa forma, considerando os gestos de interpretação sobre os materiais de arquivo como gestos simbólicos que se inscrevem na história, podemos pensar no arquivo como uma categoria teórica por meio do gesto interpretativo do analista, que seleciona e recorta diferentes materialidades. Nessa opacidade, o arquivo se estabelece como um espaço discursivo onde é possível descrever e interpretar como se dão as relações de poder, que são relações de sentidos com dominância, configurando-se como uma forma de memória institucionalizada. Portanto, a compreensão do arquivo e dos gestos interpretativos é fundamental para nossa pesquisa, especialmente para a construção de uma estrutura analítica. É através do conceito de "arquivo" aqui compreendido que conseguimos observar a transição do arquivo para o *corpus*, em um movimento alternado entre descrição e interpretação. Esse movimento, sob o

viés da Análise de Discurso, é essencial para o desenvolvimento de nosso trabalho. No entanto, tal transição, de arquivo para o *corpus*, não pode ser reduzida a um mero movimento, uma vez que tanto a construção do arquivo de pesquisa quanto a formação do *corpus* de análise envolvem complexos gestos de interpretação. Estes gestos não apenas influenciam a composição do arquivo e do *corpus*, mas também desempenham um papel fundamental na produção de sentidos. A partir dessas reflexões sobre arquivo e gestos de leitura e interpretação, vejamos agora a noção de recorte<sup>12</sup>, categoria mobilizada para trabalharmos a materialidade do texto.

Orlandi define recorte como “unidade discursiva”, entendendo-a como “fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação”, ou seja, os recortes são fragmentos de discursos produzidos em dadas condições sócio-históricas e os critérios de sua seleção podem variar “segundo os tipos de discursos, segundo a configuração das condições de produção, e mesmo o objetivo e o alcance da análise” (Orlandi, 1984, p. 14). Entendemos, assim, que o recorte é uma estratégia metodológica que permite direcionar o olhar do pesquisador para elementos específicos do discurso, possibilitando a identificação das formações discursivas, dos efeitos de sentido e das relações de poder em jogo. Assim como os sentidos, que estão sempre em relação a outros sentidos, os recortes também estão sempre em relação a outros recortes. Por isso, na posição de sujeito-analista, inscrito no gesto de recortar e de sujeito-autor, entendemos que, para além de uma estratégia metodológica, recortar também é uma tomada de posição. Devemos, portanto, possibilitar uma visibilidade de como o método toma forma pelos gestos de recortar, para que o sujeito-leitor possa compreender o percurso da pesquisa e a construção do dispositivo teórico-analítico.

Como a Análise de Discurso não possui uma metodologia única, mas sim uma metodologia em constante movimento, que relativiza as abordagens sobre o mesmo objeto, buscamos elementos das teorias que orientaram nossas análises, simultaneamente com a construção dos dispositivos metodológicos. Como a Análise de Discurso concebe a linguagem como uma parte constitutiva do ser humano e de sua história, atuando como mediação indispensável entre este e a realidade social e

---

<sup>12</sup> Michel Pêcheux refere-se em suas obras à *sequência discursiva*: um fragmento específico de discurso que serve como ponto de partida para a análise discursiva (1969; 1975). Jean-Jacques Courtine mobiliza “sequência discursiva de referência” referindo-se ao trecho específico do discurso a partir do qual “o conjunto de elementos do corpus receberá sua organização” (2016, p. 25).

natural, nós, analistas de discurso, não lidamos com a língua como um sistema abstrato, mas sim como modos de significar as relações estabelecidas pela língua com os sujeitos e as condições de produção do discurso (Orlandi, [1999] 2020, p. 13-14). Logo, a constituição do corpus se deu filiada às bases teóricas da Análise de Discurso, no/pelo percurso de leitura do arquivo, orientadas por Orlandi ([1999] 2020) tendo em vista: a) reconhecimento que há um real de sentido em sua materialidade linguística e histórica, não sendo um sentido verdadeiro, único ou original, pois ele abraça não apenas a opacidade presente na linguagem, mas também sua historicidade; b) reconhecimento da presença de um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, incorporando na análise as contradições, deslizamentos, rupturas, resistências e silenciamentos possíveis no discurso. Assim, é impossível para o analista trabalhar com uma metodologia fixa, como uma fórmula ou lista de procedimentos, pois cada análise é única.

O arquivo da presente pesquisa foi construído a partir de leituras sobre as questões relacionadas às lutas de classes, que são lutas de gênero, e sobre os efeitos de sentidos produzidos para palavras que circulam em profusão na *internet* e acabam por estar em alta, como ‘sororidade’, ‘machismo’, ‘feminismo’, ‘heteronormatividade’ etc. Em meio a essas leituras, nos deparamos com uma notícia de que a palavra ‘empoderamento’ havia sido a palavra cuja definição foi a mais procurada no **Aurélio** digital no ano de 2016. Buscando compreender, pois, qual fato este dado estaria significando, elegemos ‘empoderamento’<sup>13</sup> a palavra-polo<sup>14</sup> de nossa pesquisa, passando a buscá-la, através do *Google*. Em um gesto de interpretação, voltado para a delimitação do objeto discursivo da pesquisa, selecionamos materialidades linguísticas que consideramos produtivas para analisarmos quais os efeitos de sentido para empoderamento estão em circulação e

---

<sup>13</sup> Para outras leituras sobre ‘empoderamento’ como palavra-polo nos trabalhos em Análise de Discurso na atualidade, recomendamos os trabalhos de Laís Virgínia Alves Medeiros, da Unicamp (ver em “Referências”).

<sup>14</sup> Adotamos para o presente trabalho a expressão palavra-polo, mobilizada autores distintos: Pêcheux e Fuchs ([1975] 2018, p. 184), ao tratar do funcionamento das condições de produção de discurso quanto à construção do corpus. Courtine ([1981] 2009, p. 77), expressão mobilizada para referir-se às palavras selecionadas em dados contextos de frase “sistematicamente levantados num campo discursivo restrito e submetido ao tratamento da AAD.”. Fernandes e Vinhas (2019, p. 142), tratam palavras-polo (“*mots-pivots*”) como as unidades lexicais formadas a partir das operações de segmentação dentro do corpus e que formam as redes de formulações de dentro das formações discursivas.

como se dá a divisão de sentidos sobre a palavra. Assim, selecionamos um texto publicitário-jornalístico, digital, intitulado “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, postado em um *blog* corporativo, *Blog da Usa*, de uma empresa de calçados femininos, a *Usaflex*.

Estabelecemos, no texto, em uma das etapas iniciais, quais elementos, em sua superfície linguística, seriam recortados para que empreendêssemos o gesto de análise. Dentre esses recortes, nos voltamos para uma problematização das maneiras de ler “empoderamento feminino” em um texto publicitário-jornalístico e selecionamos, no texto, uma citação direta e um efeito de citação indireta, ambas em referência ao **Michaelis**. Assim, tanto o verbete ‘empoderamento’ quanto o próprio **Michaelis** passaram a integrar o *corpus* de análise e o arquivo da pesquisa. Na leitura do verbete havia uma única definição para ‘empoderamento’, o que nos levou a buscar por outros dicionários, também da ordem do digital, para que pudêssemos ler o recorte do verbete no **Michaelis** em relação a outro recorte. Assim chegamos à definição de ‘empoderamento’ no **Aurélio**, que foi selecionado por entendermos ser ele um instrumento linguístico de referência entre os dicionários de Língua Portuguesa e por ser, dentre os dicionários consultados, o único a registrar palavra ‘empoderamento’ em sua versão impressa (2022).

Este movimento entre teoria e análise, como em um batimento, é a noção de movimento pendular, descrita por Pêcheux em **Discurso: estrutura ou acontecimento** ([1983] 2015), que implica em um vai e vem entre teoria e análise, sem um ponto de partida fixo. A teoria funciona como um conjunto de noções provisoriamente estabilizadas, e a inércia marca o ponto de encontro entre o analista, o arquivo e os conceitos teóricos utilizados na análise (Petri, 2013). Na Análise de Discurso, o analista não apenas descreve gestos de interpretação, mas atravessa a transparência da linguagem, do sentido e do sujeito, além de trabalhar nos limites da interpretação, construindo um dispositivo que altera a posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Nesse espaço, se revela a alteridade do cientista, a leitura diferente que pode ser produzida. O analista, assim, situa e compreende o movimento da interpretação no objeto simbólico alvo (Orlandi, [1999] 2020).

Ainda sobre o objeto da análise, devemos dizer que este não é pré-determinado em Análise de Discurso: o *corpus* é instável, heterogêneo e provisório,

resultando da construção do analista. Na textualidade, seja ela imagética ou verbal, a materialidade discursiva se constitui, mas a relação não é direta entre o material linguístico e as discursividades. O trabalho do analista, portanto, por meio da construção do dispositivo teórico-metodológico, permite o estudo do funcionamento do discurso e dos processos de instauração dos sentidos. A produção não decorre apenas da teoria e do método, mas também da resistência dos materiais e de sua capacidade de desafiar nossa compreensão (Orlandi, 2010). Observamos, portanto, que em Análise de Discurso não há um caminho pré-estabelecido para a metodologia; o dispositivo analítico é construído a cada análise. A construção do dispositivo de análise leva o analista do simples gesto de leitura (lugar de leitor) ao gesto de análise (lugar de analista de discurso), sendo a definição do *corpus* um movimento analítico que ocorre na primeira etapa metodológica.

É relevante destacar que, na Análise de Discurso, não há pretensão de esgotar a análise, pois a metodologia não se baseia em uma leitura horizontal, mas sim na construção em profundidade, possibilitada pela descrição e interpretação. Conforme Mariani (1998, p. 52), "para a AD, a exaustividade e a completude, mitos integrantes de análises empíricas, são critérios que não se colocam". E, de acordo com Orlandi (2010, p. 20), a escrita é fundamental para evidenciar o que compreendemos e o que permanece por entender, indicando que a análise nunca é concluída, mas mantida em suspenso devido a seu caráter provisório. Em outras palavras, o analista do discurso aborda diferentes materialidades e o ato de ler implica no gesto de escrever, sendo a escrita da análise fundamental para estabelecer de maneira clara o recorte e descrever o dispositivo teórico-analítico.

## 2 A CONSTITUIÇÃO DA PALAVRA EMPODERAMENTO NOS DICIONÁRIOS MICHAELIS E AURÉLIO: UMA LEITURA DISCURSIVA

No Brasil, pela articulação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, se constituiu um campo de estudos voltado para análise discursiva dos dicionários: a Lexicografia Discursiva (Orlandi, 2000). Ao tomar o dicionário enquanto objeto discursivo, a Lexicografia Discursiva propõe pensar a relação entre sujeito, língua, sociedade e história na constituição desse instrumento linguístico, o dicionário, permitindo ao analista de discurso compreender que, apesar de suas condições de produção serem constantemente apagadas nos gestos de leitura, o dicionário é construído na relação direta sociedade-história e com o sujeito-lexicógrafo (Nunes, 2006, p. 11; 2007, p. 170). Diante disso, um dos objetivos dessa pesquisa foi compreender como o discurso lexicográfico é materializado na definição do verbete ‘empoderamento’, instituída nos dicionários **Michaelis** e **Aurélio**, e como se inscreve na história e na sociedade pela circulação midiática de sentidos sobre empoderamento feminino, em especial nos dizeres no *post* “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”. Para uma descrição do funcionamento dos efeitos de sentido de empoderamento nos dois dicionários, buscaremos situar esse instrumento no campo de saberes da História das Ideias Linguísticas, estabelecendo, primeiramente, o que entendemos por “ideias linguísticas”.

Ideias linguísticas definem como objeto da História das Ideias Linguísticas o conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas, em especial aquele que Sylvain Aurox (1989) designa como conhecimento metalinguístico. Para o autor, na nomeação de História das Ideias Linguísticas como campo teórico, o substantivo ‘ideias’ se refere a saberes produzidos sobre a linguagem e representados, construídos e manipulados enquanto tais por meio de uma metalinguagem, como nos apresentam Ferreira e Aquino, retomando Aurox:

“Por ideias, queremos simplesmente dizer saberes ou representações gerais” (1989, p. 15, tradução nossa). Desse modo, “ideias linguísticas” pode ter um sentido amplo de saberes ou representações concernentes à linguagem e um sentido mais específico de saberes ou representações linguísticas (da ciência da linguagem) (2024, p. 139).

Já o adjetivo ‘linguístico’, articulado ao substantivo ‘ideias’, é empregado, em sentido lato, como concernente à linguagem (Auroux, 1989). Ferreira e Aquino (2024), ainda referenciando Auroux (1992), explicam que

Uma tal delimitação do objeto, com um escopo temporal bastante vasto, leva Auroux a distinguir dois sentidos para linguística, um como adjetivo e outro como substantivo. Como adjetivo, linguística seria concebida no sentido amplo de concernente à linguagem. Como substantivo, essa palavra passaria a designar um domínio de saber, concebido, a partir do século XIX, como a ciência da linguagem (Ferreira e Aquino, 2024, p. 138).

Costa (2023. s. p.)<sup>15</sup> no videoverbete “Ideias Linguísticas”, afirma que, sendo o discurso o objeto do analista de discurso, as ideias linguísticas seriam, na perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, “o que tem o propósito de chamar de discursos sobre metalinguagem, isto é, sobre língua, sobre linguagem e sobre metalinguagem”. Para Nunes (2008, p. 109), seria esse o lugar de encontro entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso Materialista: a visão histórica da ciência e, particularmente, da chamada ciência da linguagem, compartilhada por ambas as teorias.

Orlandi (2001, p. 7), a partir de Auroux (1992), afirma que as ideias linguísticas compreendem os instrumentos tecnológicos, em especial as gramáticas e dicionários, e o processo de constituição da língua nacional. Assim, os estudos em História das Ideias Linguísticas têm interesse específico pelo que Auroux (1992, p. 65) chama de “bases do nosso saber metalinguístico”, buscando, através destes instrumentos, compreender a relação entre a língua e as línguas e sua historicidade. A partir dessa perspectiva, o dicionário é considerado, portanto, um objeto discursivo e histórico: discursivo, por ser um espaço de circulação de saberes, que institui/legitima sentidos ao mesmo tempo que os atualiza, construindo assim a relação entre língua e saber linguístico. Histórico, por se constituir em uma materialidade discursiva em que é possível “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (Nunes, 2006, p.11).

Ler o dicionário sob a perspectiva da Lexicografia Discursiva, ou seja, da História das Ideias Linguísticas em seu entremeio com a Análise de Discurso, nos

---

<sup>15</sup> Videoverbete da ENCIDIS-Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins.

possibilitou observar o percurso histórico e a inscrição (ou não) da formação da palavra 'empoderamento' e de seus efeitos de sentido. Podemos assim afirmar que ambas as teorias foram imprescindíveis para a análise quanto aos acontecimentos, históricos e discursivos, que determinaram os efeitos dos sentidos das palavras que significam nossa palavra-polo. Retomamos, portanto, a afirmação inicial: o conhecimento produzido pela História das Ideias Linguísticas está na base de nossa compreensão sobre a constituição dos saberes linguísticos e constituição de uma língua.

## 2.1 Os dicionários na história: do impresso ao digital

No Brasil, os primeiros dicionários produzidos foram obras bilíngues, em português e tupi, elaborados pelos jesuítas entre os séculos XVI e XVIII, a partir de listas de palavras com comentários sobre as suas significações, assim como nomes de animais, plantas, dentre outras. Havia o interesse em conhecer a língua e a cultura dos indígenas, mas, primordialmente, havia o interesse em facilitar a comunicação para catequizá-los (Nunes, 2010, p. 9).

Em 1789 foi publicado o primeiro dicionário monolíngue da língua portuguesa em Lisboa, o **Dicionário da Língua Portuguesa**, elaborado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. A obra, que ficou conhecida como “Dicionário Moraes”, é considerada um marco na lexicografia brasileira, haja vista representar um importante papel na consolidação da língua oficial no Brasil, tendo sido tomada como base por diversos outros dicionaristas. No entanto, embora o dicionário introduzisse algumas palavras brasileiras, era uma obra muito distante da nossa realidade e do que circulava nos discursos de nossa sociedade à época (Nunes, 2006, p. 57-58).

Quase um século após a publicação do **Dicionário Moraes**, marco lexicográfico em Portugal, começaram a surgir os primeiros dicionários monolíngues brasileiros. A lexicografia brasileira iniciou sua trajetória por duas vias distintas, em que a primeira seguiu a tradição portuguesa e passou a enriquecer e complementar os dicionários, incorporando os brasileirismos. Como exemplo desta via temos o

**Dicionário Aulete**, cuja primeira edição data de 1881. A segunda via optou pela produção dos chamados dicionários de brasileirismos, buscando uma representação de forma mais próxima da língua no Brasil, dentre os quais salientamos o **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, de Macedo Soares (1888) e o **Dicionário de Vocábulo Brasileiros**, do Visconde de Beaurepaire-Rohan (1889). No século XX, a produção dicionarística se intensificou, criando uma lexicografia com uma identidade nacional e os dicionários brasileiros passaram a ser mais utilizados que os dicionários portugueses.

Conforme Nunes (2002, p. 105-106), os dicionários passaram a registrar uma visão histórica da língua, em que autores clássicos e modernos participavam do processo dicionarístico, além de incluírem discursividades populares e da mídia. Neste período foram publicados o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, de H. Lima e G. Barroso (1938), o **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**, de L. Freire (1939); o **Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa** (1943); o **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Antenor Nascentes, pela ABL (1961); o **Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa**, Editora Melhoramentos (1969) e o **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, de Aurélio B. de Holanda (1975). No século XXI, foi publicado o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, Instituto Antônio Houaiss (2001).

Com o avanço da internet e das tecnologias de comunicação, surgiu a possibilidade de atualizações constantes dos arquivos, além de uma facilidade de acesso às ferramentas digitais. Nessas condições de produção, passaram a circular no meio digital instrumentos que se apresentavam, anteriormente, como dicionários impressos, convertidos em dicionários *online*, assim como aplicativos de dicionários a serem instalados em dispositivos eletrônicos. Os dicionários online se diferenciam dos dicionários em CD ROM e daqueles instalados através de programas no dispositivo eletrônico do consulente, como nos esclarece Freitas (2020):

[...] definimos como online os dicionários eletrônicos disponibilizados na web para consulta, sem opção de download ou instalação de programas no computador do usuário, ou com a opção de instalação de interface no dispositivo do usuário (os “apps” de celulares), mas com manutenção do banco de dados em computador remoto, exigindo a conexão com a rede para o funcionamento nesse dispositivo, uma vez que nesse modelo se apresentam as especificidades de funcionamento que rompem com o as formas tradicionais de publicação de dicionários (Freitas, 2020, p.16).

Segundo a análise Freitas (2017, p. 771), os dicionários *online* podem ser classificados em quatro categorias distintas, sejam elas, a) os dicionários que migraram do formato impresso para o digital, mantendo sua nomeação, como, por exemplo, **Dicionário Aulete Digital**, **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, **Infopédia.pt** e **Dicionários Porto Editora**; b) os dicionários que migraram do impresso para o digital, mas alteraram sua nomenclatura, como, por exemplo, **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**; **Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa** e c) os dicionários denominados colaborativos, criados a partir da materialidade digital, com colaboração<sup>16</sup> dos usuários, como, por exemplo, **Wikipedia** e **Dicionário Informal** e os dicionários criados por algoritmos, como o **Google Dicionário**. A partir das formulações de Freitas, estabeleceremos os dois dicionários que integram o *corpus* de nossa pesquisa, sejam eles o dicionário **Michaelis** e o dicionário **Aurélio**, como dicionário *online* e digital, respectivamente.

O **Dicionário Michaelis** foi publicado no formato impresso como o **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**, entre os anos de 1950 e 2014. Em 2015, se inscreveu exclusivamente no espaço digital, em formato *online*, no site da **UOL**:

---

<sup>16</sup> Ver nota de rodapé n. 18.

Figura 1 - *print*<sup>17</sup> da *home page* do Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa



Novas palavras e expressões surgem na língua diariamente e numerosos empréstimos são feitos de idiomas estrangeiros. Por isso, logo após o lançamento do **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**, a equipe de lexicografia da Editora Melhoramentos começou a trabalhar na ampliação da obra. Em 2015, quase 15 anos e meio depois, o trabalho ficou pronto. Totalmente revisto, atualizado e ampliado, o novo dicionário recebeu o nome **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, e está disponível para consulta apenas em formato digital.

Segundo a apresentação da Editora Melhoramentos, o dicionário foi “totalmente revisto, atualizado e ampliado”, recebendo o nome **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Na apresentação a editora pontua que, além dos sessenta profissionais envolvidos na edição da obra, houve possibilidade de acréscimo de novas palavras através da participação dos consulentes pela campanha “O Português é seu”, em parceria com a *UOL*:

<sup>17</sup> Optamos por apresentar em alguns trechos do nosso trabalho *prints* da tela do nosso próprio celular e não da tela do computador por nos afiliarmos ao que afirma Costa (2017, p.14): “o celular – para nós, a tela primordial de nosso tempo sócio-histórico - também se tornou objetos de dizeres, que, de distintas maneiras, configuram sua significação em nosso tempo, bem como a do sujeito e(em) suas práticas”.

## Figura 2 - *print* da apresentação do Michaelis

Mais de 60 profissionais se envolveram para manter a tradição da Melhoramentos na edição de dicionários de qualidade. O novo dicionário traz aproximadamente 167 mil verbetes, 350 mil acepções, 27 mil expressões e 47 mil exemplos e abonações.

Entre os novos vocábulos constam sugestões recebidas de consultentes, muitas através da campanha “O Português é seu”, em parceria com o UOL. Foram registrados termos que surgiram com o desenvolvimento das ciências e da tecnologia e novas palavras utilizadas nos mais variados meios de comunicação, além de regionalismos, coloquialismos e gírias. Importante registrar que a elaboração de verbetes das várias áreas de conhecimento contou com a assessoria de especialistas.

Observemos que a editora diz ter recebido “sugestões” dos consultentes, tanto através da campanha divulgada pela *UOL* quanto por outros meios não explicitados. Seria este um projeto lexicográfico colaborativo, mesmo os verbetes sugeridos passando por um filtro e, se escolhidos, editados por especialistas antes de serem colocados disponíveis para consulta? Recorremos a Dolar (2021) para descrever a característica da colaboração nos dicionários *online*:

Os dicionários inteiramente colaborativos nos quais, sem nenhum tipo de mediação editorial, as contribuições dos internautas são diretamente publicadas no site; os dicionários colaborativos com a validação dos verbetes propostos antes da publicação. Essa etapa pode ser efetuada tanto pelos internautas quanto pelo administrador do site, o webmaster; os dicionários parcialmente ou semi-colaborativos, são bases lexicais em que o webmaster ou o editor administra as proposições dos internautas e realiza um verdadeiro tratamento editorial (Dolar, 2021, p. 115)

De acordo com a autora, existem três tipos de dicionários colaborativos<sup>18</sup> online: o totalmente colaborativo, o colaborativo com validação de internautas ou de um administrador e o semi-colaborativo, que passa por um processo editorial profissional. Com base nessa classificação, o **Michaelis** se alinha ao modelo semi-colaborativo, uma vez que envolve filtragem e edição lexicográfica realizadas pela sua equipe de profissionais. Outro ponto a observar é que, ao analisarmos o verbete ‘empoderamento’, não se verifica nenhuma referência ao fato de ser uma palavra registrada por sugestão do público leitor. Assim, não há como sabermos se o verbete teve sua definição delineada por um usuário não-linguista e editada por um especialista, linguista ou não-linguista, se foi uma definição exclusivamente elaborada por um linguista ou por um especialista não-linguística, como um sociólogo, antropólogo, cientista social etc. Entretanto, como o escopo do presente trabalho não é analisar a posição do sujeito-lexicográfico, não nos deteremos nessas questões.

O segundo instrumento linguístico que integra o *corpus* da pesquisa é o **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, uma obra original do século XX, publicada inicialmente como o **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, cuja primeira edição é datada de 1975 e atualmente apresenta uma versão escolar, uma versão “mini” e uma versão digital. É considerada uma obra de grande porte devido aos extensos números de verbetes: na primeira edição havia cerca de 150 mil entradas e sua última edição é apresentada com 435 mil verbetes. A versão consultada em nossa pesquisa foi o **Aurélio** digital versão gratuita. Cabe salientar que, no decorrer da elaboração deste trabalho, o *app Aurélio* foi retirado de circulação, não sendo mais possível a consulta. Não há, no momento, nenhuma versão, *online* ou digital, em circulação.

A seguir, passaremos à análise do modo como são formulados sentidos para “empoderamento feminino” a partir de uma definição do conceito remetida ao **Michaelis** e ao **Aurélio**. Para isso, o arquivo da pesquisa é constituído por textos dos referidos dicionários, a partir dos quais estabelecemos os recortes que

---

<sup>18</sup> Importante distinguir a noção de “dicionário *online* do tipo colaborativo” de “plataformas digitais colaborativas”. Estas são: “espaços virtuais em que os sujeitos ‘usuários’ estabelecem conexões com outros ‘usuários’ da plataforma e fazem parte também de uma “comunidade virtual” que tem como característica possibilitar a troca de materiais via essas plataformas” (Silva, 2018, p. 38). Nas plataformas digitais colaborativas, “os próprios ‘usuários’ que ‘alimentam’ seu acervo com seus materiais e (com)partilham estes com outros membros” (*idem*, p. 71).

constituem o *corpus* de análise. Cabe salientar que esse *corpus* toma forma por relações de sentidos (relações de força e de poder em disputa) que são parte dos gestos de análise desses recortes correlacionados.

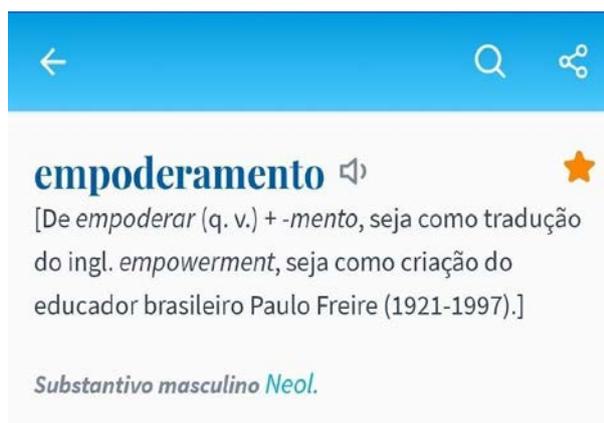
## 2.2 A forma da palavra “empoderamento” e seu funcionamento nos dicionários

Empoderamento é uma palavra em evidência nos discursos que significam a luta e resistência não só por espaços, mas por respeito e direitos, sendo uma inscrição recente no léxico da nossa língua. A pesquisa bibliográfica realizada para este trabalho nos deu pistas de que o primeiro dicionário de Língua Portuguesa impresso a registrar a palavra ‘empoderamento’ foi, possivelmente, o **Aurélio**, no ano de 2022. No entanto, ‘empoderamento’ foi a palavra mais buscada no mesmo dicionário, em sua versão digital, no ano de 2016<sup>19</sup>. Isto coloca em evidência a alta circulação da palavra-polo do presente trabalho nas discursividades contemporâneas. Vejamos como é apresentado o verbete ‘empoderamento’ no aplicativo **Aurélio**:

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://virgula.me/comportamento/empoderamento-e-a-palavra-mais-buscada-no-aurelio-em-2016/>>.

Figura 3 – *print* do app Aurélio – verbete ‘empoderamento’<sup>20</sup>



01. Ação, processo ou efeito de empoderar(-se).

02. *Sociol.* Conquista e distribuição do poder de realizar ações, ao adquirir-se consciência social e conhecimento, de forma a produzir mudanças a partir destas aquisições.

03. *Educ.* Processo pelo qual indivíduos e grupos sociais passam a refletir sobre – e a tomar consciência de – sua condição e a de seus pares, e, assim, formulam e objetivam mudanças que levem à transformação da condição individual e coletiva.

04. *P. ext.* Superação da falta de poder político e social, coletivo ou individual das populações pobres.

<sup>20</sup> Apresentamos, inicialmente, o print dos verbetes ‘empoderamento’ e ‘empoderar’ nos dicionários **Aurélio** e **Michaelis** para visualização da interface do dicionário online. Quando da análise, o verbete virá transcrito como os demais recortes.

Conforme Rute Baquero (2012, p. 174), a intensa circulação da palavra ‘empoderamento’, classificada pela autora como um neologismo, se deu pela profusão de movimentos sociais por igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, além do avanço dos estudos identitários. A construção da definição de empoderamento enquanto conceito teórico se constituiu, assim, por uma *práxis* militante e passou a fazer parte dos estudos acadêmicos. Entretanto, há sentidos em circulação que determinam o “lugar de fala” das mulheres, assim como seus direitos, o que ainda demanda a devida atenção, respeito e até mesmo credibilidade, visto que a desigualdade de gênero se faz presente, produzindo questionamentos e embates sobre a necessidade de reconfigurar-se práticas sociais que, historicamente, subjagam o sujeito-mulher e silenciam seus dizeres. São diversas as práticas de opressão por elas sofridas, sendo possível identificar censuras estabelecidas a partir de um poder-dizer que impõe um dado silêncio.

Um efeito dessa configuração é a ausência de registro da palavra ‘empoderamento’ na maior parte dos dicionários brasileiros publicados no século XXI, mesmo em suas edições mais recentes. Além disso, a lacuna em nosso acervo lexicográfico<sup>21</sup>, assim como a natureza ambígua da palavra e seu caráter polissêmico contribuem para a possibilidade de significação do termo em diversas áreas de conhecimento, não apenas nas questões de gênero, mas também nas discussões referentes à raça, à classe social, à estética corporal, à educação, à política, entre outros. Desse modo, o empoderamento se faz presente em diferentes condições de produção de sentidos, constituindo-se em instrumento de governos, organizações da sociedade civil e agências com propostas direcionadas à melhoria da qualidade de vida e dignidade humana de grupos sociais economicamente hipossuficientes.

Sobre a palavra ‘empoderamento’, podemos pensar as lacunas nos dicionários como uma prática de silenciamento das minorias, em especial, na nossa questão, a de gênero, da mulher em luta. Outrossim, a ausência do verbete nos dicionários contemporâneos pode ser pensada como um efeito próprio da resistência

---

<sup>21</sup> Cabe aqui distinguir a *lexicografia* da *lexicologia*. A *lexicologia* se ocupou em estudar o léxico da língua, preocupando-se diretamente com a noção de palavra (Mendonça, 2022, p. 29 *apud* Seabra; Welker, 2011, p. 29-34). Já a *lexicografia* é a prática e técnica de produzir dicionários. No Brasil, a *lexicografia* integra as ciências do léxico juntamente à *lexicologia* e à *terminologia*, inserindo-se no domínio da linguística aplicada (Mendonça, 2022, p. 29-30).

desses movimentos sociais, que não permitiriam uma homogeneização, um sentido único sobre empoderamento. Afinal, como nos aponta Orlandi (2007, p.85), o silêncio significa em si e a retórica da resistência responde à retórica da opressão, fazendo o silêncio significar de outros modos. E acrescentamos: a resistência também pode acompanhar esses outros modos, não produzindo um fechamento dos sentidos da palavra 'empoderamento'.

É importante compreendermos que, apesar da profusão na circulação da palavra nos discursos de resistência à dominação patriarcal, há que se considerar uma deriva que se dá pelas tentativas de recobrimento da divisão de sentidos sobre a mulher (guerreira, consumidora, trabalhadora, mãe, dona de casa etc.<sup>22</sup>), fabricando um consenso (Orlandi, 2004) sobre o empoderamento feminino em relação ao mercado, a partir de um efeito de homogeneização de sentidos. Dito de outro modo, é pela ausência de uma discussão voltada às relações de classes que se dá uma abertura para a apropriação desses sentidos em outras discursividades, como a midiática.

Como já dito, a Lexicografia Discursiva propõe uma leitura do dicionário sob a perspectiva da análise do discurso, considerando que não há palavra nem sentido sem interpretação e ideologia (Orlandi, [2002] 2013, p. 120). Ler discursivamente o dicionário é compreender que os sentidos se consolidam, mas estão sempre sujeitos a serem reinterpretados, assim como os equívocos, deslizamentos de sentido e contradições. Na esteira dessa reflexão é que leremos o verbete dicionarístico e as informações enunciadas abaixo da cabeça do verbete, sejam elas, 1. 'empoderamento' como tradução do inglês 'empowerment', 2. criação do Educador Paulo Freire e 3. *neologismo*. Para a Análise de Discurso, o neologismo é o resultado do fenômeno discursivo denominado 'neologia' e seu aparecimento numa língua

é um processo complexo em que podem intervir, ao mesmo tempo, a dinâmica das relações polissêmicas, a existência de palavras da mesma família já carregadas de valores próximos, mas também os discursos em que se constroem e se renovam o sentido das palavras e um imaginário

---

<sup>22</sup> Sentidos sobre mulher referidos nos posts publicados no *Blog da Usa*, no site da *Usaflex* (quadro em anexo).

da língua favorável a neologia. (Branca-Rosoff; Guilhaumou, 2002, p. 10-11 *apud* Furlanetto, 2008, tradução da autora)<sup>23</sup>

Assim, na medida em que há “um imaginário da língua favorável a neologia”, novas palavras emergem em discursos já constituídos, mas sempre passíveis de ultrapassagem, permitindo inovação, podendo ser produzida também por tradução e empréstimos de palavras que já circulam em línguas estrangeiras, como o caso da palavra ‘empoderamento’, em relação ao inglês ‘empowerment’. Não pretendemos discutir, no presente trabalho, sobre estudos que apontam a língua inglesa como ferramenta de dominação ou que descrevem as políticas linguísticas de implementação do inglês como imposição imperialista dos Estados Unidos e Inglaterra. No entanto, cabe dizer que a palavra ‘empoderamento’ ao ser registrada pelo **Aurélio** como tradução de ‘empowerment’, se filia a uma rede de memórias que inscreve sentidos relacionados a um saber “cosmopolita”, de prestígio, que evoca a língua falada pela comunidade linguística de uma potência mundial, os Estados Unidos.

Há, ainda, a informação em que lemos o verbete ‘empoderamento’, como “criação” do educador Paulo Freire. Colocamos a palavra ‘criação’ entre aspas duplas por compreendermos não ser possível determinar o momento de surgimento de quaisquer palavras e, portanto, determinar a sua “criação” ou seu “criador”. Conforme Wanderley (2020, p 42), não é possível “registrar um momento específico de surgimento de uma palavra sem que ela esteja ligada a redes de memória lexical-etimológica já dantes sinalizadas em outros campos semânticos”. No entanto, não podemos desconsiderar a contribuição de Freire para a circulação da palavra ‘empoderamento’ nos dizeres sobre a educação emancipadora. Em sua obra **Medo e ousadia - O cotidiano do professor** (1986), Freire reforça o sentido de empoderamento significando emancipação “individual”<sup>24</sup> e social, entendendo-o como um processo necessariamente do coletivo e atrelado à questão das classes sociais. Segundo o autor:

---

<sup>23</sup> Branca-Rosoff, S.; Guilhaumou, J. De “société” à “socialisme”: l’invention néologique et son contexte discursif. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 2, p. 9-50, dez. 2002.

<sup>24</sup> Nas citações diretas e indiretas transcritas ao longo do trabalho, que não estejam inscritas nos preceitos da Análise de Discurso (como no caso de Freire (1986), Berth (2020) e nos recortes do texto midiático (2021) e dos dicionários), lê-se “individual” como sinonímia de “singular”, em oposição a “coletivo”.

[...] a questão do empowerment da classe social envolve a questão de como a classe trabalhadora, através de suas próprias experiências, sua própria construção de cultura, se empenha na obtenção do poder político. Isto faz do empowerment muito mais do que um invento individual ou psicológico. Indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta (Freire, [1986] 2013, p. 60).

Assim, para o filósofo, empoderamento é concebido como um processo de libertação, reflexo do pensamento crítico, e pelas ações de intervenção na sociedade que objetivam superar as desigualdades sociais existentes. Para que esta libertação se concretize, os indivíduos, em posse de suas próprias vidas, interagem socialmente e, a partir dessa interação, há, gradativamente, uma transformação social. Segundo Freire:

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido de empowerment ou da liberdade (Freire, [1986] 2013, p. 58).

Freire enfatiza a importância da conscientização e da transformação social por meio da educação. Sua abordagem pedagógica, conhecida como "educação problematizadora" ou "educação libertadora", busca capacitar os indivíduos para que se tornem sujeitos críticos, conscientes de sua realidade e capazes de agir de forma transformadora. Compreendemos, outrossim, que o conceito de empoderamento mobilizado pelo educador abarca uma definição cujos efeitos de sentidos estão em relação à liberdade individual como instrumento de fortalecimento social e consequente transformação da sociedade, distanciando-se da autoemancipação cujos efeitos de sentido estão inscritos em uma formação ideológica neoliberal, em que aos sujeitos é imputada a responsabilidade do autoempoderamento para superação dos obstáculos sociais e econômicos. Para Freire, deve haver, portanto, um autoempoderamento dos grupos oprimidos, "desconfiando da docilidade das classes dominantes e das estruturas de poder" (Freire, [1986] 2013, p. 65).

Em nosso percurso de pesquisa, em um gesto de análise em que buscamos estabelecer o *corpus* a partir de uma leitura de discursos sobre empoderamento feminino na mídia digital, selecionamos o *post* "O que é o empoderamento feminino e porque ele é importante?" (2021) posto em circulação pelo *site* da empresa de

calçados e bolsas femininas *Usaflex*. No texto, publicitário-jornalístico, é apresentada uma definição *ipsis literis* do verbete ‘empoderar’, tal qual registrado no **Michaelis**, além de ser formulada uma definição de ‘empoderamento’ a partir do verbete ‘empoderamento’, registrado no mesmo dicionário:

Figura 4 - *print* do post “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”<sup>25</sup>



#### O que é empoderamento feminino?

O verbo “empoderar”, segundo o dicionário Michaelis, significa investir (se) de poder, a fim de promover ações que possam provocar mudanças positivas no grupo social. Ao consultar a palavra “empoderamento”, o dicionário vai ainda mais além e nos dá uma definição sociológica.

Podemos dizer, então, que o empoderamento feminino é um esforço coletivo para promover a independência das mulheres, dando-lhes mais poder político, social e econômico. Assim, diminuiremos a desigualdade e chegaremos a uma igualdade de gênero. Vale lembrar que o empoderamento feminino existe porque houve – e ainda há – uma diferença muito grande entre as oportunidades dadas aos homens e às mulheres ao longo da história.

A leitura dos dizeres sobre o que é ‘empoderamento feminino’ no texto midiático, assim como as reflexões sobre a alta circulação da palavra ‘empoderamento’ nos conduziram a pensar sobre a presença da palavra, seus sentidos e suas condições de produção no discurso dos dicionários e no discurso mercadológico. Consideramos importante para nossa pesquisa, desse modo, a leitura da palavra a partir do campo da morfologia, como análise inicial, para refletirmos sobre a formação da palavra em uma perspectiva da sua “história

<sup>25</sup> O texto encontra-se na íntegra no Anexo A.

interna”, ou seja, a etimologia da palavra, sobre a qual passaremos a discorrer brevemente.<sup>26</sup>

A palavra ‘empoderamento’ tem em sua raiz o verbo ‘poder’ (Gaffiot, 2020). Em língua portuguesa, o verbo ‘poder’, é oriundo do latim *potis*, -e (adj.), aquele que exerce o poder, poderoso, capaz, mais o verbo *sum*, es, esse, *fui* (ser, estar), daí *potis sum*>*possum*, eu posso. A raiz *\*pot-* aparece também em outras palavras latinas como *potens*, -tis, poderoso, e *potentia*, -ae, potência, força, poder, e ainda em *potestas*, -tatis, *potesdade*, domínio, autoridade. Provavelmente, a raiz encontra um étimo comum no indo-europeu, uma vez que é possível perceber a mesma raiz no grego, *\*potés* (daí, por exemplo *pósis*, -ios, noivo ou esposo) e no sânscrito *\*path*. Sob a conjugação do indo-europeu, formou-se *dems-pota-* (despótēs), da aglutinação de *\*dem-* (lar), e *poti-*, aqui já entendido como poder. A palavra ‘déspota’ deriva de uma interpretação cujo sentido se referia àquele que era o senhor da casa e, por extensão, às pessoas escravizadas tomadas como parte de sua propriedade, para então deslocar o sentido do sujeito chefe da família para uma imagem do sujeito como opressor ou ditador, aquele que abusa da sua posição: o *déspota*. Percebemos, assim, que as palavras poder, potência, déspota, advindas do latim *\*pot-*, nos permitem colocar em cena efeitos de sentido que relacionam força, domínio, autoridade ao sujeito homem desde a antiguidade.

O **Michaelis** registra a categoria de processo formativo da palavra ‘empoderamento’, indicando a etimologia da palavra como uma derivação do vocábulo composto de em+poder+ar+mento:

---

<sup>26</sup> Agradecemos às contribuições da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rívia Silveira Fonseca (UFRRJ) quanto à história interna da palavra ‘poder’.

Figura 5 - *print*<sup>27</sup> do verbete ‘empoderamento’ no Michaelis

The image shows a screenshot of the Michaelis website. At the top, there is a navigation bar with the UOL logo and various service links like 'INGRESSO.COM', 'UOL HOST', 'PAGBANK', 'CURSOS', 'UOL PLAY', and 'UOL ADS'. To the right, there are search and communication icons for 'BUSCA', 'BATE-PAPO', and 'EMAIL'. Below the navigation bar, there is a promotional banner for 'Usaflex' shoes, featuring five different styles of sandals. The main content area is a green header for the 'Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa'. It includes a search bar with a dropdown menu set to 'Português Brasileiro' and a search icon. The search results for 'empoderamento' are displayed below, showing the word in blue, its syllabified form 'em-po-de-ra-mento', and its grammatical class 'sm'. The definition is provided in a text box, and the etymology is listed at the bottom.

## empoderamento

em-po-de-ra-mento

sm

**[SOCIO]** Ação coletiva desenvolvida por parte de indivíduos que participam de grupos privilegiados de decisões. Envolve consciência social dos direitos individuais para que haja a consciência coletiva necessária e ocorra a superação da dependência social e da dominação política. É um processo pelo qual as pessoas aumentam a força espiritual, social, política ou econômica de indivíduos carentes das comunidades, a fim de promover mudanças positivas nas situações em que vivem. Implica um processo de redução da vulnerabilidade e do aumento das próprias capacidades dos setores pobres e marginalizados da sociedade e tem por objetivo promover entre eles um índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais.

### ETIMOLOGIA

der do voc comp de em+poder+ar<sup>1</sup>+mento.

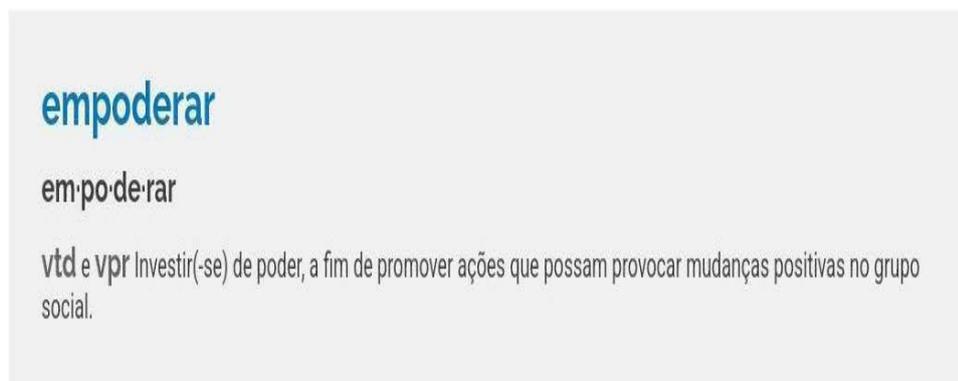
Assim, para o **Michaelis**, o substantivo ‘empoderamento’ é formado por derivação<sup>28</sup> parassintética através do acréscimo do prefixo *em-*, do sufixo verbal *-ar* e do sufixo nominal *-mento*, simultaneamente, ao radical ‘poder’. Ao consultarmos o

<sup>27</sup> Observamos na imagem uma abertura de pop-up para propaganda dos calçados Usaflex na página do verbete ‘empoderamento’. O pop-up, na Web, é a janela, ger. indesejada, destinada a exibir propaganda (cf. definição no aplicativo do Aurélio digital). Mas é possível “resistir” ao apelo da propaganda fechando a janela.

<sup>28</sup> Há uma discussão entre os gramáticos e linguísticas sobre o processo de formação das palavras por prefixação. Segundo Monteiro (2002, p. 139-140), a maioria dos gramáticos e linguísticas entende ser um processo de derivação e não de composição, apesar de termos gramáticos e linguistas de renome no segundo grupo, como Mattoso Câmara Jr. (1968). Para a presente pesquisa, adotaremos o posicionamento de que a prefixação é um processo derivacional de formação de palavra.

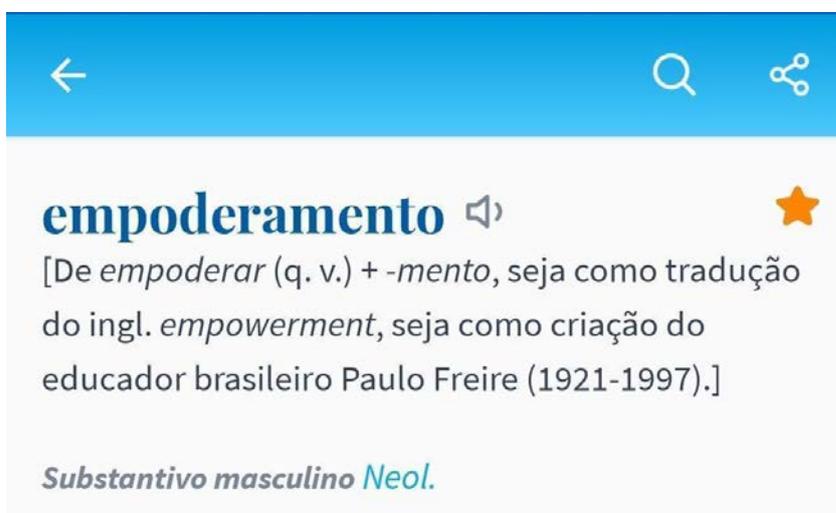
verbeta ‘empoderar’ no mesmo dicionário, vemos que não há registro de sua etimologia ou indicação dos processos formativos da palavra, vemos abaixo:

Figura 6 - *print* da ausência da etimologia do verbete ‘empoderar’ no Michaelis



O **Aurélio** digital, por sua vez, formula a estrutura do verbete ‘empoderamento’ de modo distinto do **Michaelis**, apresentando a etimologia da palavra, abaixo da cabeça do verbete, uma formação através do acréscimo do afixo *-mento* à palavra ‘empoderar’:

Figura 7- *print* da etimologia do verbete ‘empoderamento’ no Aurélio



Empreendendo um gesto de leitura que nos leva, dentro do dicionário, do verbete ‘empoderamento’ para o verbete ‘empoderar’, metodologia denominada por

Silva (2003) como “palavra-puxa-palavra” (Petri, 2018, p. 56), recortamos a etimologia descrita pelo **Aurélio** para a palavra ‘empoderar’, conforme lê-se a seguir:

Figura 8 - *print* da etimologia do verbete ‘empoderar’ no Aurélio



Em nosso gesto de interpretação sobre os processos de formação da palavra, nos filiamos à posição marcada no **Aurélio**: no procedimento de formação da palavra ‘empoderamento’, temos uma dupla combinação, por meio de afixos<sup>29</sup>, determinada por uma ordem. Segundo Bechara (2009, p. 394), “os procedimentos de formação de palavras podem combinar-se uma ou mais vezes, sendo decisiva a ordem das combinações para o significado do produto final [...]”. Assim, observamos que o primeiro procedimento<sup>30</sup>, na formação da palavra-polo, foi o acréscimo simultâneo do prefixo *em-* e do sufixo verbal *-ar* no substantivo “poder”, formando o verbo ‘empoderar’. Em uma segunda combinação, temos o acréscimo do sufixo nominal *-mento*, de origem latina, ao verbo ‘empoderar’, resultando na palavra ‘empoderamento’.

Buscaremos agora compreender e analisar os efeitos de sentido do prefixo *em-* e do sufixo *-mento* na palavra ‘empoderamento’. Conforme observado na literatura especializada, os processos de transformação das formas de uma língua,

<sup>29</sup> Os afixos são os morfemas lexicais que se anexam ao radical para mudar-lhe o sentido ou acrescentar-lhe uma ideia secundária ou ainda, para mudar-lhe a classe gramatical.

<sup>30</sup> Nossa afirmativa se baseia no fato de que não seria possível uma derivação sufixal como primeiro processo de combinação, já que nunca existiu e nem existe a palavra “poderar” ou “poderamento”

passando da dialeção do latim para o português, houve uma significativa redução no número de preposições, com muitas partículas que antes funcionavam como preposições, agora assumindo o papel de prefixos. Segundo Câmara Jr.:

[...] sistema de prefixos latinos era paralelo ao sistema de preposições. Em princípio, uma mesma partícula aparecia tanto autonomamente, como preposição diante de um nome funcionando em complemento verbal, como integrada num verbo ou num nome para criar uma palavra. (Câmara Jr, 1977, p. 367)

Assim, à medida que o latim vulgar foi se transformando em português, o sistema de preposições encolheu, quebrando o paralelismo entre preposição e prefixo que era evidente na estrutura do latim. Para Bechara (2009, p. 365), os prefixos latinos têm significados semelhantes às preposições de origem grega, formando palavras de sentidos semelhantes. Para José Carlos de Azeredo (2011, p. 451) muitas vezes prefixos são variantes de preposições, como, por exemplo, os casos de *com*, *sem*, *entre*, *em*. O autor ressalta que “a maior parte dos prefixos expressa ideias relacionadas com “localização” – posição ou movimento – seja no espaço, no tempo ou numa escala de valores”. Segundo o autor, palavras como “transformação” e “metamorfose” ou “circunferência” e “periferia,” assim como “composição” e “síntese” podem ter efeitos de sentido semelhantes, mas não podem ser usadas indistintamente, posto que os prefixos gregos e latinos não são intercambiáveis entre si, já que há diferenças semânticas. A partir dessa proposição, percebemos que, ao analisarmos o prefixo “em-”, este produz efeitos de sentido distintos de acordo com sua origem latina ou grega. Ao compararmos, portanto, o prefixo grego *em-* na palavra “embrião” e o prefixo latino *em-* na palavra “embarcar”, é possível significar o prefixo grego como mobilizando um sentido de posição (dentro), enquanto o prefixo latino se inscreve em um sentido de movimento (de fora para dentro) ou sentido de transformação. Transformação, conforme o próprio **Auréliol**<sup>31</sup> registra, é o ato de tornar algo diferente do que era, mudar, alterar, modificar e, enquanto verbo pronominal, converter-se, tornar-se, transfigurar-se, como na palavra ‘embeleazar’

<sup>31</sup> Leremos os sentidos produzidos para o prefixo somente no **Auréliol** e não no **Michaelis** pelo motivo que este não apresenta o prefixo em- não sua lista de afixos e tampouco na etimologia dos verbetes ‘empoderar’ e ‘empoderamento’.

Há um efeito de consenso entre os estudiosos da gramática de que uma parte dos verbos forma estruturas verbais complexas, incorporando a antiga preposição latina ‘em-’ que adquiriu, na língua portuguesa, um caráter prefixal. Essa preposição, que hoje atua como um prefixo (bem como um sufixo em alguns casos), desempenha um papel fundamental na significação desses verbos. Frequentemente, efeitos de sentido do ‘em-’, enquanto antiga preposição, estão relacionados com a noção de lugar e tempo e ao funcionamento do verbo. No entanto, é importante notar que existem outros verbos que, embora formados com o prefixo ‘em-’, não incorporam os efeitos de sentido da preposição, como é o caso de ‘enfrentar’ (Abreu; Rodrigues, 2013, p. 8). Perguntamo-nos, assim, a partir destas formulações teóricas, se o prefixo ‘em-’, na palavra ‘empoderar’, mobilizaria uma noção de lugar, ou seja, colocar poder em um indivíduo, ou se inscreveria no sentido de transformação, como em ‘embeleazar’. A partir deste questionamento, tomando a forma e o funcionamento da palavra ‘empoderamento’, como recorte para a constituição do *corpus*, buscaremos descrever a seguir a estrutura da palavra ‘empoderar’ e sua derivação linguístico-discursiva ‘empoderamento’ em relação as suas definições no **Aurélio**, em que lemos a construção “em- + poder + ar” (empoderar) e “empoderar + -mento” (empoderamento).

Primeiramente, ao lermos o prefixo ‘em-’ como efeito de sentido de lugar e que esse lugar seria “dentro”, pensaríamos o poder como algo que pode ser transferido, ou seja, o poder estaria em algum lugar ou dentro de alguém e seria colocado em um indivíduo ou em um grupo social. O poder seria, portanto, algo a ser entregue, dado a alguém, como registrado no dicionário Aurélio nas entradas 01 e 02 do verbete ‘empoderar’ e da entrada 02 do verbete ‘empoderamento’:

- **R03:** empoderar 01. Dar autoridade legal ou poder a. 02. *Restr.* Dar poder a (alguém), esp. o de realizar tarefa(s), atividade(s), sem precisar de permissão de terceiros.
- **R04:** empoderamento: [...] 02. *Sociol.* Conquista e distribuição de poder de realizar ações, ao adquirir-se consciência social e conhecimento, de forma a produzir mudanças a partir destas aquisições.

Já as entradas 03 e 04 do verbete ‘empoderar’ e as 03 e 04 do verbete ‘empoderamento’ definem ‘empoderar’ e ‘empoderamento’ relacionando-as, a indivíduos ou grupos sociais, a palavras como “conscientização”, “mudanças”, “transformação”, “superação”, compreendendo, desse modo, o prefixo ‘em-’ como efeito de sentido de transformação:

- **R05:** empoderar [...] 03. Promover a conscientização e a tomada de poder (esp. o de influência) de (pessoa ou grupo social). 04. Adquirir consciência e/ou conquistar poder e influência para realizar mudanças de ordem social, política, econômica e cultural.
- **R06:** empoderamento [...] 03. *Educ.* Processo pelo qual indivíduos e grupos sociais passam a refletir sobre a – e a tomar consciência de – sua condição e a de seus pares, e, assim, formulam e objetivam mudanças que levem à transformação da condição individual e coletiva. 04. *P. ext.* Superação da falta de poder político e social, coletivo ou individual das populações pobres.

A partir dessa leitura do prefixo ‘em-’ podemos afirmar que o **Aurélio** mobiliza em suas definições sobre ‘empoderar’ e ‘empoderamento’ dois dos efeitos de sentido possíveis para o prefixo ‘em-’, o de dentro/lugar e o de transformação. Isto se justifica pela instabilidade que existe na constituição da palavra ‘empoderamento’ e sua inscrição em discursividades de campos do saber distintos, como tivemos oportunidade de discorrer no presente trabalho.

Considerando a formação da palavra ‘empoderamento’ quanto ao processo de derivação sufixal, passamos à leitura discursiva do sufixo ‘-mento’ para analisar seus efeitos de sentido em relação à palavra-polo. Freitas (2008), em sua tese de doutorado intitulada “Em busca do mento perdido: Análise semântico-diacrônica do sufixo *-mento* no português”, afirma que as gramáticas do português, de maneira geral, conceituam a formação de substantivos derivados em *-mento* como um processo de afixação, caracterizando esse sufixo como uma adição a verbos para gerar substantivos que expressam uma ação, evoluindo, posteriormente, para descrever o meio ou produto desta ação (Freitas, p. 37) Já as palavras ‘documento’ e ‘monumento’, por exemplo, incorporaram um sentido especializado do latim ao

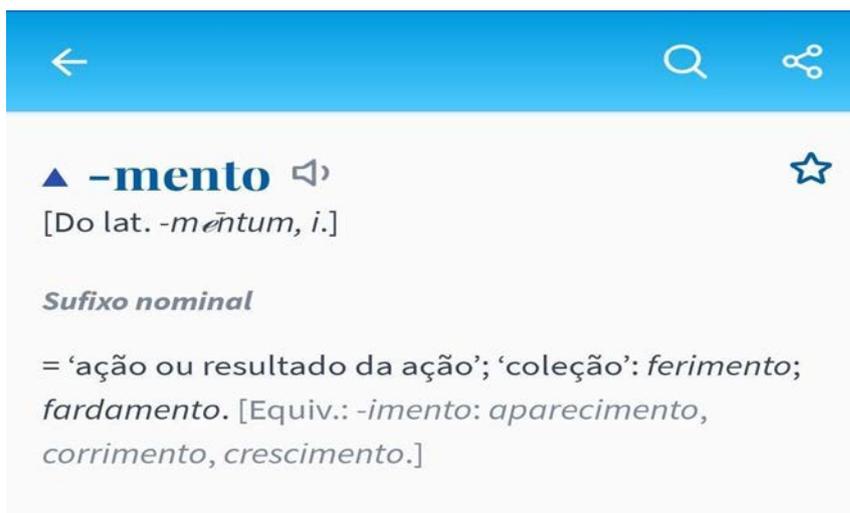
português. Há ainda diferentes palavras, como 'acolhimento', 'ferimento', 'sofrimento', 'rompimento', 'lançamento', em que se observa o sufixo '-mento' derivado de verbos, cuja construção linguística expressa o "estado resultante de uma ação". (Said Ali, 1964, 2ª parte, p. 15). Segundo uma análise quantitativa realizada por Freitas, aproximadamente 20% das formações regulares envolvem a estrutura com -mento e, em alguns dicionários, como o **Dicionário Houaiss** eletrônico, a quantidade de palavras formadas em -s/ção é significativamente superior àquelas criadas em -mento, indicando uma preferência pela utilização do primeiro sufixo. Ainda em sua análise quantitativa, a autora observou uma presença significativa do sufixo na formação de substantivos oriundos de verbos terminados em -ar. (Freitas, 2008, p. 72)

Vejam agora como significa o sufixo -mento nos dicionários **Michaelis** e no **Aurélio**:

Figura 9 - *print* significação do sufixo -mento no Michaelis (montagem)

The image shows a screenshot of the Michaelis dictionary website. At the top, there is a navigation bar with the Michaelis logo and language options: Português, Inglês, Espanhol, Alemão, Italiano, and Francês. Below this is a green header for the 'Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa' with links for 'Sobre o dicionário', 'Como consultar', 'Noções gramaticais', and 'Créditos'. A search bar is present with a dropdown menu set to 'Português Brasileiro' and a search icon. The main content area is titled 'Etimologia' and contains a section titled 'Lista de elementos de derivação (sufixos, vogais temáticas e elementos de ligação) de étimo variado'. This section contains a table with two rows of data.

Lista de elementos de derivação (sufixos, vogais temáticas e elementos de ligação) de étimo variado		
-mente	advérbio de modo	felizmente, redondamente, vilãmente
-mento	resultado, coletivo	abaixamento, casamento, descongelamento, empicotamento, nivelamento, vazamento, zunimento

Figura 10 - *print* significação do sufixo -mento no Aurélio digital

De acordo com a formulação proposta acima, lemos no sufixo -mento efeitos de sentido de ação ou resultado de ação, como em 'casamento' e 'falecimento' (resultado da ação de casar-se; ação de morrer), ou sentido de coletivo/coleção, como em 'acampamento', 'fardamento' e 'armamento'. Desse modo, retomando os recortes supracitados, é possível compreender 'empoderamento' como resultado da ação de 'empoderar', a partir de uma leitura discursiva dos verbetes em relação ao prefixo em, significando uma ação de transformação; O resultado desta transformação, como define o **Aurélio**, seria, por empréstimo da Sociologia, uma "conquista e distribuição do poder de realizar ações, ao adquirir-se consciência social e conhecimento, de forma a produzir mudanças a partir destas aquisições", ou, por extensão, a "superação da falta de poder político e social, coletivo ou individual das populações pobres".

Na esteira dessas reflexões, compreendemos que há uma constante busca por estabelecer regras, normas, formas e significados no processo de construção do conhecimento sobre a língua, o que se manifesta de maneira mais evidente nas gramáticas e dicionários. Esses instrumentos linguísticos, como já definido anteriormente, desempenham papéis de descrição, prescrição, codificação e legitimação do modelo idealizado de língua correta, predominante na gramática. São, portanto, elementos linguístico-históricos que têm como objetivo a preservação e transmissão do conceito de uma língua legítima, representando tesouros do patrimônio cultural de uma língua e de uma nação. Orlandi destaca que, em relação

ao dicionário, a língua é percebida como "nossa" língua, a língua "comum" e a língua dos "brasileiros" ([2002] 2013, p. 121).

Todavia, é importante ressaltar que a língua presente no dicionário é uma representação imaginária, pois a língua é heterogênea, opaca e incompleta. Segundo Nunes (2008, p. 360), há uma distinção entre a língua imaginária, fixada pelos analistas com suas sistematizações, e a língua fluida, que não se deixa aprisionar nas redes dos sistemas e fórmulas. O dicionário contribui para a construção desse imaginário da língua nacional, não apenas registrando formas de expressão da sociedade, mas também promovendo a sedimentação histórica dos sentidos.

Nunes (2010, p. 6-7) afirma ser o dicionário "um dos lugares que sustenta as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos". Assim, esses instrumentos linguísticos não se limitam a ser apenas normativos, mas constituem-se como objetos discursivos, produzidos por práticas sociais e históricas em determinadas condições de produção de discurso.

É relevante destacar que a escolha dos verbetes e sua descrição nos dicionários refletem o imaginário do lexicógrafo sobre a língua ali representada. Isso muitas vezes resulta em um processo de censura e silenciamento de outras formas de expressão e possibilidades de significados. A produção dicionarística, lida discursivamente, revela como os sujeitos histórico-sociais, influenciados pelo simbólico e pelo político, constroem linguagem. Assim, ao ler discursivamente o dicionário, é possível compreender as indicações de como os sujeitos produzem na/pela linguagem, direcionando-se para uma leitura crítica do dicionário (Nunes, 2006, p. 18).

Nesse contexto, a Lexicografia Discursiva propõe uma leitura do dicionário compreendendo que os sentidos se consolidam, mas estão sempre sujeitos a serem reinterpretados, assim como os equívocos, deslizamentos de sentido e contradições. Ao analisar discursivamente a produção dicionarística, é possível perceber em que sentidos sociais, históricos e ideológicos os verbetes são concebidos no dicionário. O dicionário deixa de ser visto como um modelo ideal e passa a ser entendido como uma obra de singularidade histórica, um espaço para refletir sobre a língua e explorar os deslizamentos de sentido presentes nos dicionários (Nunes, 2006, p.11).

Na Lexicografia Discursiva, a falta e os não-ditos são constitutivos, pois é no silenciamento, na textualidade do dicionário, que se compreende como os discursos estão inscritos. Ao analisarmos discursivamente a definição de um verbete, buscamos analisar as formas como os sentidos são apagados e silenciados (Orlandi, [1992] 2007, p. 102), o que remete para uma declinação política dos sentidos indesejáveis, representados a partir de outras formações discursivas. Destaca-se que o dicionário não consegue abarcar a totalidade de uma língua, e suas escolhas são determinadas pela ideologia (Petri *et al*, 2020, p. 40). Assim, ao colocarmos os textos do verbete 'empoderamento' em correlação, podemos descrever, quanto à história da palavra, o funcionamento do silenciamento, operado pela interdição. O **Aurélio** apresenta ao leitor (consulente) efeitos de sentido para a palavra em análise (neologismo, tradução do inglês, criação de educador brasileiro), "dando voz" a outros saberes que são constitutivos da história da formação da palavra e ampliando as possibilidades de leituras. Por outro lado, o **Michaelis** constrói a estrutura do verbete, sem referir-se à história da palavra ou a qualquer outro saber que não seja o da Sociologia, produzindo um efeito de homogeneidade. Em nossa análise, entendemos que tais lacunas significam o silenciamento de outros dizeres, operado pelo mecanismo da interdição, em que se apaga possíveis dizeres como "neologismo", "tradução do inglês", "criação do educador Paulo Freire".

Compreendemos a partir do gesto de análise empreendido, portanto, que não há neutralidade nos dicionários, uma vez que são instrumentos linguísticos produzidos a partir da posição sujeito-lexicógrafo, que não é neutra. Em suma, a própria organização do dicionário é ideológica, o que determina as escolhas e os conhecimentos linguísticos específicos. A Lexicografia Discursiva emerge como a via para uma leitura crítica dos efeitos de sentido presentes nos discursos lexicográficos, permitindo ao analista de discurso tornar opacas as definições e expor a materialidade dos textos dicionarísticos, abrindo para leituras de que os sentidos e as definições dos verbetes podem sempre ser outros (Nunes, 2006, p.11).

### 3 DA DISSIMULAÇÃO DE EMPODERAMENTO FEMININO EM UMA DISCURSIVIDADE MERCADOLÓGICA

Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, irmãos, subam conosco.

*Angela Davis*

Orlandi, em sua obra **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** ([1999] 2020, p. 18), afirma que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós”. Desse modo, quando falamos, nós nos filiamos a dadas redes de sentidos, “determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia” ([1999] 2020, p. 32). Assim, podemos dizer que a significação das palavras se dá a partir da enunciação por uma posição-sujeito determinada por processos de identificação com saberes de uma ou outra formação discursiva. As formações discursivas correspondem a um espaço em que os sentidos se constituem, representando, no discurso, as formações ideológicas. Segundo o teórico:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas definido mais acima (Pêcheux, [1975] 1995, p. 161-162).

O interdiscurso, o “todo complexo com dominante” das formações discursivas, igualmente se submete à lei de desigualdade-contradição-subordinação que também caracteriza o complexo das formações ideológicas. Desse modo, segundo Pêcheux, toda formação discursiva dissimula a contradição que é própria do interdiscurso pela transparência do sentido que se forma e que determina essa formação discursiva como tal (p. 162).

O interdiscurso pode ser evidenciado sob a forma<sup>32</sup> de pré-construído e discurso transverso. Sobre o pré-construído (p. 164), este “corresponde ao ‘sempre-já-lá’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)”. Exemplifiquemos com o imaginário sobre o dicionário, para um entendimento sobre este funcionamento: há um pré-construído sobre o dicionário como o instrumento linguístico que contém todo o léxico de uma língua e um pré-construído de univocidade de sentidos das palavras dicionarizadas. No entanto, a língua em funcionamento no dicionário reflete o imaginário do sujeito-lexicógrafo sobre a língua ali representada e contribui para a construção e manutenção desse imaginário da língua nacional. O pré-construído impõe, portanto, um direcionamento de sentido pela interpelação ideológica, fazendo com que o discurso produzido em dada formação discursiva pareça uma evidência inquestionável. Observemos este funcionamento a partir da leitura da definição de ‘empoderamento’ no **Michaelis** e as condições de produção deste dicionário:

Empoderamento. *Sociol.* Ação coletiva desenvolvida por parte de indivíduos que participam de grupos privilegiados de decisões. Envolve consciência social dos direitos individuais para que haja a consciência coletiva necessária e ocorra a superação da dependência social e da dominação política. É um processo pelo qual as pessoas aumentam a força espiritual, social, política ou econômica de indivíduos carentes das comunidades, a fim de promover mudanças positivas nas situações em que vivem. Implica um processo de redução da vulnerabilidade e do aumento das próprias capacidades dos setores pobres e marginalizados da sociedade e tem por objetivo promover entre eles um índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais (Michaelis, verbete ‘empoderamento, recurso eletrônico).

No capítulo 2 do trabalho descrevemos as condições de produção do **Michaelis**, empreendendo um gesto de leitura da apresentação deste instrumento linguístico e de suas condições de produção: trata-se de um dicionário (semi)colaborativo, com definições produzidas pelos consulentes e por uma equipe de especialistas de diversas áreas de conhecimento, lexicógrafos e não-lexicógrafos. Ao lermos a estrutura do verbete ‘empoderamento’ observamos uma única entrada, com definição construída por empréstimo da Sociologia, que coloca em evidência um pré-construído sobre o saber científico como discurso de autoridade e impondo um direcionamento de sentidos que, na definição de

<sup>32</sup> O interdiscurso pode ser evidenciado também sobre a forma de discurso transverso, sobre o qual não discutiremos aqui.

‘empoderamento’ no **Michaelis**, significa a apropriação, pelo discurso lexicográfico, do discurso das ciências sociais. No entanto, essa tomada de posição silencia, no discurso lexicográfico, outros dizeres sobre empoderamento que não estão significados na definição ora registrada, impossibilitando que outros sentidos circulem, ou seja, operando-se o mecanismo da interdição. Não há, por exemplo, nenhuma produção de sentido com a palavra ‘poder’, raiz da palavra ‘empoderamento’, relação que consideramos importante para as reflexões sobre empoderamento enquanto constructo teórico das ciências sociais e humanas. É sobre essa relação de poder e empoderamento que nos debruçarmos a seguir enquanto relações de sentidos, divididos, em confronto, disputa.

Partindo dos aportes teóricos que permeiam nosso percurso de pesquisa, pensemos agora na relação entre a noção de poder e a formação da palavra ‘empoderamento’. Se tomarmos a gramática e o dicionário no campo das ciências da linguagem e suas tecnologias, entendemos que não há uma estabilidade quanto ao processo de formação da palavra ‘empoderamento’, tendo em vista que nos dicionários há registros de processo de formação tanto por derivação parassintética do substantivo ‘poder’ e por derivação sufixal do verbo ‘empoderar’ quanto classificação como neologismo ou ainda um estrangeirismo posteriormente traduzido do inglês para o português. De todo modo, consideramos produtiva, da descrição linguístico-gramatical da palavra ‘empoderamento’, trazer o radical ‘poder’ para empreendermos um gesto de análise, posto compreendermos que a (dis)simulação ideológica neoliberal se propõe a manutenção do poder econômico, conforme apresentaremos nesta seção.

Michel Foucault (1978), filósofo e historiador francês, analisou o poder a partir de seus mecanismos, efeitos e relações em diferentes dispositivos e níveis da sociedade. Para o teórico, o poder não é um objeto natural ou algo que possua em sua essência características universais, e sim uma prática social constituída historicamente. Dessa forma, não haveria de um lado aqueles que detêm o poder e, do outro, aqueles que se encontram desprovidos do poder, mas sim práticas ou relações de poder, de forças, desiguais e, por esse motivo, o poder não estaria em nenhum ponto específico da estrutura social e sim disperso pela sociedade na forma do que o autor denomina de micropoderes.

Para Pierre Bourdieu (1989), sociólogo francês, o poder é simbólico: há um efeito de invisibilidade em funcionamento, já que o poder só pode ser exercido com a colaboração daqueles sujeitos que não querem saber se fazem parte dessa relação de comando/dominação ou que posição nela ocupam. Desse modo, para o autor, o poder simbólico serve como instrumento da classe dominante para perpetuar o domínio sem a insurgência das classes dominadas (Bourdieu, 1989, p. 7-8). Apesar de não ter trabalhado especificamente com a questão de gênero, Bourdieu ([1999] 2002) compreende a dominação masculina como uma forma específica de violência simbólica, imbricada ao poder simbólico. Haveria, assim, a imposição de significados, dados como legítimos, dissimulados nas relações de força que sustentam o próprio poder, ou seja, “é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença, cuja produção não é das palavras” (Bourdieu, 1989, p. 15). Desse modo, o poder simbólico produziria, em seu funcionamento, um efeito de consenso sobre as posições ocupadas pelos sujeitos (dominantes e dominados) a partir de uma suposta condição natural, como, por exemplo, a justificativa biológica de que os homens seriam superiores às mulheres: um imaginário construído historicamente e que contribui para a manutenção da estrutura social patriarcal em que vivemos.

Para a Análise de Discurso, essa “crença” e esse “consentimento”, teorizados por Bourdieu, são próprios do funcionamento da ideologia, “prática significante, discursiva” que “aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a história, para que signifique” (Orlandi, 1996, p. 28). Desse modo, na Análise de Discurso, a história tem relação com práticas e não com o tempo, tendo como guia as relações de poder e de sentidos, que não são temporais, já que

não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da análise de discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos (Orlandi, [1990] 2008, p. 42).

Desse modo, o trabalho do analista de discurso é tornar explícito o funcionamento do discurso, pela ideologia, em suas determinações históricas e, ainda, considerar, discursivamente, a ideologia em relação ao poder.

Ideologia e inconsciente, na Análise de Discurso, estão materialmente ligados: a interpelação do sujeito pela ideologia “traz necessariamente o

apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique” (idem) e se dá de modos distintos de acordo com o momento da história. Para o sujeito medieval a interpelação se dá do exterior para o interior e é religiosa. Para o sujeito moderno, o sujeito capitalista, a intervenção se dá pelo direito, a lógica e a identificação, sem uma separação entre interioridade e exterioridade (Orlandi, [2006] 2017, p. 23). Essa exterioridade a que a Análise de Discurso se refere não é uma exterioridade empírica, um objeto fora da linguagem, mas a “objetividade material contraditória do interdiscurso [...] que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’ [...]” (Pêcheux, [1988] 1995, p. 162). No entanto, para o sujeito, há uma separação evidente que é produzida por uma dupla ilusão: de que ele seria a origem de seu dizer e de que aquilo que ele diz só pode ser aquilo.

Tomemos agora o conceito teórico de poder em um processo de dissimulação ideológica neoliberal, noção mobilizada por Thierry Guilbert em sua obra **As evidências do discurso neoliberal na mídia**<sup>33</sup> (2020). Guilbert afirma que “como todo discurso ideológico, ele [o discurso ideológico neoliberal] se dissimula enquanto tal”, propondo que se modifique o olhar “para que aquilo que se parece evidente, sendo dissimulado pela ideologia, se revele propagandista - dito de outro modo, para que a ‘evidência neoliberal’ lhe pareça [ao leitor] como propaganda” (p. 42). Para isso, é preciso compreender que, a fim de promover uma dominação nas relações de poder, ou seja, de sentidos para os sujeitos, fazendo com que assumam as comandas da ideologia neoliberal por meio do discurso midiático, neoliberal, em que opera a dissimulação e se reforça. O autor afirma que “importa aos poderes econômicos e políticos em nossas ‘sociedades liberais’ assegurar não somente o consentimento voluntário dos cidadãos [...], mas também criar uma adesão ‘natural’” (p. 42). Para tal feito, o poder da ideologia, e a ideologia do poder, cumpre o seu papel elementar.

Para cumprir seu objetivo de assegurar um efeito de consentimento voluntário dos cidadãos, a ideologia funciona dissimulando os imperativos neoliberais (como produtividade, eficácia econômica, rentabilidade financeira etc.) para que o discurso neoliberal não se torne evidente como tal, ou seja, para que não apareça como

---

<sup>33</sup> L’“*évidence*” du discours néolibéral. *Analyses dans la presse écrite* (2011), traduzido no Brasil sob o título **as evidências do discurso neoliberal na mídia** (2020).

realmente é. Segundo o autor (2009, p. 43), este funcionamento se dá porque todo discurso exerce uma dupla dissimulação:

Baseando-se em Reboul (1980), que considera que os discursos ideológicos escondem o sagrado, ou seja, o poder, sob um discurso aparentemente “racional”, elaboramos a hipótese (Guilbert, 2007) de que esses discursos ideológicos produzem o efeito óbvio por um processo de dupla ocultação [...] (Guilbert, [2009] 2013, p. 8, tradução nossa<sup>34</sup>)

Este mecanismo da dupla dissimulação funciona evocando, pela ideologia, motivações profundas do poder que se localizam na ordem do “sagrado” e do “tabu”: “o sagrado constitutivo do poder (constitutivo no sentido do que o faz ser aquilo que ele é) é a busca do poder e/ou a conservação do poder”, como explica o autor:

Segundo Weil (2004) “que importa [no estudo da moral] é a diferença que existe entre os valores fundamentais dos sistemas. Estes são os valores aos quais estamos dispostos a sacrificar todos os outros se ocorrer um conflito. Na verdade, nos parece que não podemos falar de moralidade sem falar de valor e sacrifício. Chamaremos a estes valores fundamentais de “sagrados” para mostrar a natureza profundamente icônica e simbólica de uma determinada comunidade. Concordamos com Olivier Reboul (1980), segundo o qual o sagrado é o que o homem não tem o direito de tocar: “tocar o sagrado é violência”. Assim, o sagrado gera - por meio dessa proibição - uma outra violência que muitas vezes não é percebida como tal, precisamente porque é legitimada pelo sagrado de onde provêm” (Reboul, 1980) (Guilbert, [2009] 2013, p. 7, tradução nossa<sup>35</sup>).

Assim, “todo poder utiliza a linguagem para evitar recorrer constantemente à violência física generalizada, ele precisa de um discurso para assentar e conservar seu poder” (Guilbert, 2020, p. 43). Como não se pode apenas enunciar “Eu quero manter o poder”, faz-se necessário “mascarar”, pela dissimulação, o sagrado (Guilbert, 2020, p. 43). E perguntamos: como o sagrado significa/determina sentidos

---

<sup>34</sup> No original: “Nous appuyant sur Reboul (1980), qui considère que les discours idéologiques dissimulent le sacré, c’est-à-dire le pouvoir, sous un discours apparemment rationnel, nous avons fait l’hypothèse (Guilbert 2007) que ces discours idéologiques produisent l’effet d’évidence par un procédé de double dissimulation [...]”.

<sup>35</sup> No original: “Selon Weil (2004), « ce qui importe [dans l’étude des morales], c’est la différence qui existe entre les valeurs fondamentales des systèmes. Ces valeurs sont celles auxquelles on est prêt à sacrifier toutes les autres si un conflit se produit avec elles... » En effet, il nous semble qu’on ne peut parler de morale sans parler de valeur et de sacrifice. Nous appellerons « sacrés » ces « valeurs fondamentales » afin de montrer la nature profondément iconique et symbolique que leur confère l’ensemble d’une communauté donnée. Nous rejoignons en cela Olivier Reboul (1980), selon lequel le sacré, c’est ce que l’homme n’a pas le droit de toucher: « toucher au sacré est une violence ». Ainsi le sacré engendre lui-même – par cet interdit – une autre violence qui n’est souvent pas perçue comme telle, « précisément parce qu’elle est légitimée par le sacré dont elle procède » (Reboul 1980)”.

em uma formação social capitalista atravessada por uma ideologia neoliberal? Para Guilbert, esse funcionamento do sagrado se dá por um poder econômico dominante.

Vejamos o funcionamento da dupla dissimulação tal qual formulada por Guilbert: a primeira dissimulação tem como função “mascarar” o sagrado constitutivo do poder, sua manutenção, pelo discurso que anuncia outro sagrado, um sagrado mostrado. Assim, para manter o poder, se dissimula o compartilhamento do poder econômico, garantindo, pela circulação do discurso, que o caráter sagrado desse valor (o valor do poder econômico) seja partilhado, de forma voluntária, “pelo conjunto da comunidade a que ele se dirige” (Guilbert, 2020, p. 44). A segunda dissimulação opera por um “mascaramento” da primeira dissimulação, visando atenuar seu caráter flagrante e evitar que a manobra ideológica seja percebida, que a estratégia discursiva seja muito visível. Nas palavras do teórico:

[...] esses discursos ideológicos produzem o efeito óbvio por um processo de dupla ocultação: (i) escondem o sagrado constitutivo de toda ideologia, o poder, sob uma ideologia sagrada mostrada (a Nação, a democracia, a ciência, Deus etc.); (ii) escondem o caráter ideológico desse sagrado mostrado sob um discurso aparentemente racional. Essa dupla ocultação produz o efeito óbvio. Esse processo é acima de tudo discreto: apelando ao sagrado compartilhado, as ideologias, como instituições, fazem discursos que visam usar a naturalidade do óbvio e atualizar sua própria legitimidade por meio de uma racionalidade de fachada, um discurso de senso comum (Guilbert, 2007, p. 8, tradução nossa<sup>36</sup>)

É o que o Guilbert chama de “o recurso à evidência”, pois quando o discurso se apresenta como senso comum ou evidência, o seu funcionamento é de outra ordem, mas inversamente quando “a evidência deixa de ser evidente é quando é percebida” (Guilbert, 2020, p. 45). Tal funcionamento se dá na forma do discurso racional, retirando dele sua força argumentativa, recobrando a primeira dissimulação sob a aparência de neutralidade racional. É, portanto, por essas duas dissimulações que se complementam e articulam, que se dá a evidência do discurso ideológico.

---

<sup>36</sup> No original: “[...] ces discours idéologiques produisent l’effet d’évidence par un procédé de double dissimulation: (i) ils dissimulent le sacré constitutif de toute idéologie, le pouvoir, sous un sacré idéologique montré (la Nation, la démocratie, la science, Dieu, etc.), (ii) ils dissimulent le caractère idéologique de ce sacré montré sous un discours d’apparence rationnel. Cette double dissimulation produit l’effet d’évidence. Ce processus est avant tout discursif : en faisant appel aux sacrés partagés, les idéologies, en tant qu’institutions, émettent des discours qui visent à utiliser la naturalité de l’évidence et à actualiser leur propre légitimité par une rationalité de façade, un discours de bon sens.”

Guilbert (2020) mobiliza o termo “mascaramento” para descrever o funcionamento da (dis)simulação ideológica neoliberal. O termo “mascarar” foi mobilizado por Pêcheux em sua obra **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, para dizer sobre como opera a ideologia pelo jogo entre evidências e ocultações:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Pêcheux, [1988] 1995, p. 160, grifos nossos)

Apesar de referir-se a “mascarar” para discorrer sobre o funcionamento da ideologia e sobre o efeito de consenso presentificado no “todo mundo sabe”, o teórico não estava formulando a ideologia enquanto uma “máscara” e, segundo Mariani (1997, p. 36), “Pêcheux [em outros escritos] fez questão de realçar o aspecto de falha ou enfraquecimento que sempre pode existir no ritual da interpelação ideológica”. Desse modo, entendemos que o que Guilbert descreve como “mascaramento” é, na Análise de Discurso, o mecanismo imaginário pelo qual a ideologia “coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, *ie*, natural para ele enunciar daquele lugar” (Mariani, 1997, p. 35). Nessa perspectiva, Dias, Nogueira e Fonseca formulam o conceito de dissimulação como um jogo de sentidos, uma simulação-dissimulação:

A simulação ou o efeito de simular traz os sentidos de disfarce, de fingimento, de fazer ‘parecer real o que não é’, podendo inclusive ser pensada numa relação de sinonímia com dissimulação e numa relação de antonímia com real. A dissimulação, por sua vez, carrega ainda sentidos de fingimento, de disfarce, de ocultação de propósitos, mas na especificidade de tornar algo imperceptível (Dias; Nogueira e Fonseca, 2023, p. 92).

Há aqui também uma dupla dissimulação que, segundo os autores, seria uma “(dis)simulação”: o ocultamento da posição-sujeito X (dissimulação) e, de outro, a criação (simulação) de uma outra posição-sujeito X. Esses processos funcionam em conjunto, como um processo casado (Dias; Nogueira e Fonseca, 2023, p. 92). Cabe salientar que, na formulação pêcheutiana do conceito de formação discursiva, temos que a dissimulação opera, em uma dada formação discursiva identificada por um

dado domínio de saber, recobrando as contradições pela transparência de sentidos que nela se constitui. Dito de outro modo, é na instância do interdiscurso que se constrói o sentido, sendo inerente a toda formação discursiva dissimular sua dependência do interdiscurso, como se os sentidos nascessem sempre no momento da enunciação. Assim, pensando no *corpus* de análise, o post do *Blog da Usa*, podemos dizer que se enuncia de uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva mercadológica, de vendas de produtos, mas que dissimula seu discurso de vendas de produtos produzindo dizeres sobre empoderamento feminino.

Retomando Guilbert (2020) e o conceito de sagrado constitutivo do poder, o que o representa para o discurso mercadológico é o poder econômico, o lucro, alcançado pela venda de seus produtos. Mas como dizer apenas “Quero que você compre os produtos da Usaflex” não é mais aceitável diante das novas práticas de marketing, faz-se necessário ocultar ao seu público este sagrado constitutivo, oferecendo, o sagrado mostrado, seja ele efeitos de informação. Desse modo, a partir do funcionamento da dissimulação ideológica neoliberal, tendo por base a materialidade do linguístico-textual publicitário-jornalístico, midiático-mercadológico, passaremos a analisar como a imagem de mulher empoderada é significada no post “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?” e como se opera no texto uma (dis)simulação do discurso de venda dos produtos da *Usaflex*.

Para que possamos entender as estratégias discursivas colocadas em funcionamento pelo mercado faz-se mister compreender que existe um discurso empresarial, da marca *Usaflex*, cujos efeitos de sentido dependem dos interesses do mercado. Esse discurso, na lógica capitalista, é atravessado pela ideologia neoliberal e seu funcionamento produz o efeito de “homogeneizar para toda sociedade certas maneiras de fazer e de ser” (Dardot e Laval, 2010, p. 38). Na perspectiva da Análise de Discurso, essa prática de homogeneização determina o discurso mercadológico, afetado pela ideologia neoliberal, que coloca em funcionamento a língua de algodão: cria-se um efeito de consenso, pois o discurso é enunciado de tal forma a fim de evitar questionamentos e discordâncias (Nogueira; Dias, 2018, p. 33). Vejamos este funcionamento no recorte selecionado do *post* que integra o *corpus* de análise:

- **R07**: empoderar mulheres – ou seja, investi-las de poder – é uma forma de tornar a sociedade mais igualitária, justa e, conseqüentemente, próspera. Por isso é um trabalho coletivo que envolve a comunidade, os governos e as empresas também.

No recorte **R07**, é posto um dizer sobre como empoderar mulheres torna a sociedade mais igualitária e justa, sendo a prosperidade a consequência dessa relação igualdade-justiça. É construído no fio do discurso, desse modo, um efeito de sentido único para empoderamento: empoderar mulheres é uma ação comunitária, governamental e empresarial que torna a sociedade mais próspera. Questionamos, assim: considerando ser possível investir alguém de poder, empoderar mulheres brancas, com nível superior, por exemplo, se daria da mesma forma que empoderar uma mulher preta da periferia<sup>37</sup>? Seriam necessárias as mesmas ações para resolver essas desigualdades e tornar a sociedade mais próspera? Esse efeito homogeneizante em funcionamento no discurso da *Usaflex* nos autoriza a dizer que o texto faz funcionar uma língua caracterizada por fabricar a evidência da universalização, na medida que contraditoriamente recobre outros sentidos e outros dizeres sobre empoderamento feminino. Este é o funcionamento que define a chamada “língua de algodão”, a língua do consenso, um funcionamento de ordem neoliberal cuja circularidade transforma a tentativa de deslocamento, de mudança, de direcionamento ao novo em um gesto esvaziado. Funciona, portanto, “abafando” a dureza da língua de madeira, “maquiando” uma imposição que existe no sistema capitalista atual, tornando a dominação mais sutil (Nogueira, 2015, p. 306).

Ao definir língua de algodão, Nogueira (2015) também mobiliza o termo “embromation” para caracterizar o modo de “falar sem dizer nada”, através de um jogo de frases cuja combinação produz uma sentença correta gramaticalmente, muitas vezes com um efeito de legitimidade ancorado em algum outro discurso (científico; dicionarístico etc.), mas com ausência de conteúdo. É este o funcionamento que já apontamos em nosso trabalho, o que Nogueira, ao analisar o

---

<sup>37</sup> Compreendemos que existem singularidades dentro do movimento feminista, principalmente referente às questões de raça. Não pretendemos produzir um apagamento por não discutirmos as posições-sujeito mulher branca x mulher negra; no entanto, dadas as especificidades das discussões sobre o feminismo negro, entendemos que estas questões extrapolariam os limites estruturais do presente trabalho, mas podem ser objeto de trabalhos futuros.

discurso empresarial, afirma ser esvaziamento de sentidos através do funcionamento da língua de algodão, em que “se diz tudo para não dizer nada”.

Assim sendo, pela perspectiva discursiva, compreendemos que o discurso que estamos analisando é um discurso midiático-mercadológico, que tem como materialidade o texto publicitário-jornalístico, pois, ao mesmo tempo em que se coloca como produzindo conhecimento, tal conhecimento é dissimulado enquanto informação sobre empoderamento feminino, ou seja, ele é atravessado, constituído, pela ideologia neoliberal. É na materialidade do texto, pela língua em funcionamento, que esse atravessamento toma forma, pois esta é a materialidade do discurso que, por sua vez, é a materialidade da ideologia, conforme Orlandi ([1999] 2020, p. 15). Nesse discurso em que a ideologia neoliberal se faz representar, o funcionamento da língua ocorre de uma maneira específica que, como já descrevemos anteriormente, tem sido denominado de língua de algodão. É a partir deste funcionamento próprio, da ideologia neoliberal e da língua de algodão, que analisaremos o mecanismo de (dis)simulação ideológica neoliberal e o efeito de imbricação do discurso publicitário com o jornalístico (Dela-Silva, 2008; 2015; 2021) no post do *Blog da Usa*.

### **3.1 Empoderamento feminino: efeitos de imbricação do discurso publicitário com o discurso jornalístico**

A partir de uma leitura discursiva do texto colocado em circulação no *Blog da Usa*, compreendemos se tratar de um texto publicitário-jornalístico: na medida que o post é colocado como espaço de dizer para informar (prática própria do discurso jornalístico) ao leitor/leitora sobre empoderamento feminino, mas também é apresentado como um texto publicitário, e por isso inscrito nas discursividades do mercado, servindo como instrumento de divulgação das qualidades dos produtos da empresa e incentivando sua compra. Isso se dá porque a mídia, enquanto lugar privilegiado de construção e circulação de sentidos, é um espaço discursivo que contém as práticas jornalísticas, publicitárias e de entretenimento, podendo se ler no

*post* em análise as relações adjacentes entre os dois discursos, jornalístico e publicitário, em um efeito de imbricação (Dela-Silva, 2008; 2015).

Sob essa perspectiva, podemos pensar o *Blog da Usa* como um espaço de propaganda da *Usaflex* de seus produtos, ao mesmo tempo que se vale dos discursos sobre questões de gênero e a necessidade de fortalecimento das mulheres para conferir um caráter informativo ao seu dizer. Este funcionamento se dá por algumas estratégias discursivas que podem ser observadas nos recortes seguintes (**R08**, **R09** e **R10**)

- **R08:** O verbo “empoderar”, segundo o dicionário Michaelis, significa investir (se) de poder, a fim de promover ações que possam provocar mudanças positivas no grupo social. Ao consultar a palavra “empoderamento”, o dicionário vai ainda mais além e nos dá uma definição sociológica. Podemos dizer, então, que o empoderamento feminino é um esforço coletivo para promover a independência das mulheres, **dando-lhes mais poder político, social e econômico**. (grifos nossos)

Pela leitura do recorte, observamos que há um enunciado definindo o que é empoderamento feminino, presentificado no sintagma “o empoderamento feminino é”, que é construído a partir de uma citação *ipsis litteris* do verbete ‘empoderar’ e de uma referência indireta da definição do verbete ‘empoderamento’ no **Michaelis**.

Nesse movimento de construir sua própria definição para empoderamento feminino, observamos o funcionamento da formulação de um enunciado definitório, presentificado no sintagma predicativo “o empoderamento [feminino] é”. Este movimento de formular definição se repete ao longo do texto:

- **R09:** empoderamento feminino é um movimento que requer ação (grifos nossos).
- **R10:** empoderamento é elevar a autoestima (grifos nossos).

No recorte **R08**, do texto do *Blog da Usa*, recorte de referência do *corpus* de pesquisa, são produzidos sentidos para empoderamento feminino, processo que se dá pelo mecanismo discursivo de “definição de palavras”. Mariani (1998), ao tratar do papel das definições em sua tese “O PCB e a imprensa: os comunistas no

imaginário dos jornais (1922-1989)”, afirma que “[definição de palavras], mais ligada à construção de dicionários, objetiva dizer qual a significação de uma palavra, sendo submetida ao valor de verdade quanto ao seu uso” (1998, p. 145). Dessa forma, “empoderamento feminino” é inscrito, pelo/no texto publicitário-jornalístico, na ordem do discurso dicionarístico, e atualiza um suposto saber científico por dizeres do discurso científico, das ciências sociais, visto que o **Michaelis**, referido no texto, constrói sua definição de empoderamento por referência à Sociologia.

É, portanto, pelo funcionamento do enunciado definitório que, no fio do discurso do *Blog da Usa*, o texto publicitário-jornalístico se ancora em um suposto saber científico, da ordem de um discurso de autoridade: o dizer do dicionário e da sociologia. Lemos, desse modo, que, enquanto no recorte **R08** os dizeres se organizam numa suposta ancoragem “científica”, nos recortes **R09** e **R10** as definições sobre empoderamento feminino se deslocam para um campo de um suposto saber do senso comum, produzindo um efeito de evidência (movimento requer ação; empoderamento eleva a autoestima). A este funcionamento Orlandi chama de “fabricação de consenso” (Orlandi, 2004): as formas de estabilização de sentidos em dadas formações discursivas que fixam sentidos hegemônicos.

Este funcionamento se dá por um processo discursivo próprio do discurso jornalístico em que há um deslizamento de sentidos no imaginário dos limites das definições, valendo-se dessas “fórmulas definitórias” (Mariani, 1998, p. 146), o que podemos observar pela leitura dos recortes analisados. Há, desse modo, a produção de um efeito de fechamento, de limitação, sobre o que é empoderamento feminino, operado por um discurso pedagogizante, materializado nas definições, e encenado como um discurso de divulgação de conhecimento, com efeito de informação. Esses são mecanismos discursivos próprios do discurso jornalístico e podem ser lidos no *post* tomado como objeto de nossa análise. As fórmulas definitórias, tal qual descritas por Mariani na obra **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)** (1998), são, como já dito, da ordem do discurso jornalístico, mas se atualizam nas condições de produção do texto do *Blog da Usa*, sendo constitutivas da própria definição de “empoderamento feminino”.

Definição, em uma perspectiva discursiva, de acordo com Dias (2012), é uma prática social. A autora ainda propõe que

a compreensão da definição está para além de uma descrição de limites, na medida em que o trabalho sobre os efeitos de sentidos traz, para dentro dessa noção, a problemática do deslimite. Se definir carrega uma ideia de limitar, pode-se considerar que uma leitura da definição se abre em um movimento de implosão das práticas sociais do gesto de definir (Dias, 2012, p. 56).

Na esteira da reflexão de Dias, compreendemos que delimitar também é falar outro sentido, do que não é, já que, ao definir o que é “empoderamento feminino” também se produz sentidos sobre o que não é “empoderamento feminino”. Assim, ao enunciar que “empoderamento feminino é um movimento que requer ação” (R09), formula-se também um sentido outro, fora dos limites da definição “empoderamento é”, seja ele: o empoderamento não é passividade. No entanto, da mesma forma que perguntamos quem é compelido a agir para concretizar a ação de empoderar mulheres, também é possível questionar quem poderia ser passivo neste movimento: as mulheres que serão empoderadas, que devem buscar o autoempoderamento, ou os grupos ou indivíduos que lhe “darão” o poder? Este é, portanto, um efeito da delimitação como prática social constitutiva da relação do sujeito com o discurso, visto que, por serem os sentidos históricos e ideológicos, “trazem para dentro o deslimite, o sentido que vaza, o sentido que explode, que vai em diversas direções, mas não em quaisquer direções” (Castellanos Pfeiffer, 2003, p. 106 *apud* Dias, 2012, p. 56).

Retomando nossas reflexões sobre os efeitos de sentido do texto em análise enquanto texto jornalístico em imbricação com texto publicitário, buscamos compreender como o texto, pelas estratégias mobilizadas no discurso publicitário, midiático e mercadológico, busca atribuir sentidos para o sujeito-mulher empoderada na atualidade:

- **R11:** Mas como empoderar as mulheres? Bem, uma forma é **dar [...] às mulheres mais** oportunidades de se tornarem independentes financeiramente, entre outras coisas.
- **R12:** Na Usaflex, nós buscamos incessantemente utilizar a moda para **dar mais poder** às consumidoras. Todos os nossos produtos são desenvolvidos com o intuito de tornar a vida da mulher mais confortável, saudável, leve e bonita (grifos nossos).

- **R13:** Toda brasileira que trabalha fora, é dona de casa e/ou faz a jornada dupla merece um calçado que não machuque os pés, causando incômodos e problemas futuros. As mulheres merecem sapatos que tornem seus caminhos mais leves e seguros. As trabalhadoras merecem se sentirem elegantes e bonitas, pois parte do empoderamento é elevar a autoestima (grifos nossos).

Pela leitura dos recortes compreendemos que são produzidos dizeres sobre o imaginário de mulher em relação a diferentes lugares de significação, atribuindo o empoderamento feminino a determinadas características (mulheres empoderadas têm independência, elegância e beleza) e lugares sociais (consumidora, trabalhadora). No recorte **R11**, são produzidos sentidos de que para a mulher ser empoderada é preciso, de um lado, “dar mais oportunidades” para se tornarem, de outro lado, “independente financeiramente”. No recorte **R12**, é construída a imagem de mulher empoderada que é consumidora (de moda), de modo é que preciso “dar mais poder” de compra a essas mulheres, ou seja, mais opções de produtos para o consumo. Há neste recorte um deslizamento de sentidos do substantivo “poder”, ou seja, poder econômico para o verbo “poder”, ou seja, poder comprar, ter a possibilidade de comprar mais. Tal movimento de sentidos leva a questionar se no recorte **R11** a “independência financeira” não seria em uma direção de sentidos de empoderamento feminino para “poder “comprar mais”.

No recorte **R13**, a mulher empoderada é “trabalhadora” e, por se sentir elegante e bonita (usando os calçados *Usaflex*), tem a “autoestima elevada”. Há um jogo de sentidos no enunciado em que a mulher que trabalha fora de casa já tem autoestima, entretanto para que seja alcançada/alçada como possível consumidora é preciso dar/comandar a ela mais condições de compra criando a demanda de, supostamente, “elevar sua autoestima”.

Estas marcas linguísticas no fio do discurso do *Blog da Usa* trazem o modo como o post, em sua prática discursiva, busca significar a mulher inscrevendo-a em um jogo de comanda/demanda mercadológica de sentidos sobre como ser mulher empoderada na contemporaneidade. Em todos esses casos, não há um fato enquanto acontecimento empírico que sustenta esses dizeres, sendo apenas um gesto de interpretação do *Blog da Usa*, que produz sentidos para o sujeito-mulher empoderada na atualidade (Dela-Silva, 2015, p. 229). Observa-se, desse modo, o

funcionamento da (dis)simulação ideológica neoliberal, posto que se dissimula, no fio do discurso, a venda de produtos da *Usaflex*, ocultando-a pela simulação da divulgação de conhecimento, ou seja, de efeito de informação sobre o que é empoderamento feminino. Há, portanto, uma homogeneização de sentidos sobre o que ser mulher empoderada na atualidade, silenciando-se, através do mecanismo da interdição, não apenas a possibilidade de outros dizeres, mas as outras possíveis construções de imagem de sujeito-mulher empoderada.

### **3.2 Dissimulação ideológica neoliberal no texto midiático-mercadológico: o empoderamento feminino no discurso publicitário do *Blog da Usa***

Partindo dos já-ditos na seção anterior, compreendemos se tratar, o *post* do *Blog da Usa*, de um texto publicitário-jornalístico, produzindo um efeito de imbricação entre os discursos da publicidade e do jornalismo. Nessa seção, empreenderemos um gesto de análise para compreender os efeitos de sentidos mobilizados para "empoderamento feminino" pelo discurso publicitário da *Usaflex*, materializado nos dizeres do *Blog da Usa*.

Para tentarmos estabelecer o que entendemos ser o discurso publicitário, devemos lembrar, primeiramente, que a palavra discurso tem em si "a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento" (Orlandi, [1999] 2020, p. 13). Nessa perspectiva, analisar o discurso é, assim, observar o homem falando, a língua fazendo sentido em seu trabalho simbólico de significação. É pela linguagem em funcionamento que se dá o processo de significação, sendo essa determinada pelas condições sociais de sua existência, pela sua historicidade.

Em nossa leitura, compreendemos o *post* do *Blog da Usa* como publicidade, sendo essa uma prática discursiva em circulação nos meios de comunicação no sentido de divulgação de um produto, marca, empresa ou serviço, e sua materialidade discursiva como inscrita no discurso publicitário. Há um funcionamento próprio da língua da publicidade que, segundo Pêcheux ([1979] 2015), p. 89), filiando-se a R. Debray (1978), é próprio da língua de vento, "de que se sustenta a política do performativo". A língua de vento está em funcionamento, ao mesmo

tempo, produzindo enunciados performativos “a cada um” e “a ninguém” numa “ordem do parecer em que os gestos e as declarações substituem as práticas”, (Pêcheux, [1979] 2015, p. 89), sendo constituída por enunciados que são formulados a partir de dadas representações imaginárias (empresa anunciante-consumidor).

Consideramos a publicidade um modo de dizer da sociedade que possibilita ao analista de discurso compreender os efeitos de sentidos das palavras, ao atravessar a ilusão de transparência desses dizeres, pois, como afirma Petri:

É pelo discurso que se luta para que a sintaxe – enquanto superfície – não seja tomada como “plana”, perfeita e bem delimitada, pois a cada aparição o discurso se revela como uma forma de sedução, na qual os efeitos de sentidos entre os interlocutores podem sempre ser outros (Petri, 2003, p. 4-5).

Para pensarmos o discurso publicitário, consideramos que este se inscreve, como todo discurso, em determinada formação discursiva, “aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, [1999] 2020, p. 41). Desse modo, o sentido que se produz não existe em si, visto que está determinado pelas “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (Orlandi, [1999] 2020, p. 42).

No discurso publicitário as posições ideológicas estão postas entre **A**, sujeito-anunciante, que pelo mecanismo da antecipação “tem a capacidade de se colocar no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras” (Orlandi, [1999] 2020, p. 37) e **B**, sujeito-consumidor, aquele para quem os sentidos são projetados. Dito isto, partindo dos já-ditos, das condições de possibilidades de leitura, para analisarmos o discurso publicitário do *Blog da Usa* e os dizeres sobre empoderamento feminino, descreveremos, primeiramente, as condições sócio-históricas que possibilitam a formulação e a circulação desses dizeres na mídia brasileira.

Tomando a conjuntura sócio-histórica brasileira frente às questões identitárias, em especial as de gênero, podemos dizer que o fortalecimento do movimento feminista no Brasil contribuiu para a consolidação desses estudos no país ao final da década de 1970. Sob impacto dessas mudanças, na década de 1980, foram implementadas as primeiras políticas públicas de gênero. Para efeito de exemplificação, citamos, dentre as primeiras iniciativas governamentais, a criação do

primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo.

No mesmo ano foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Foi também a mobilização de mulheres que levou à instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983 (Saffioti, 1994). Já a década de 1990 foi um período complexo quanto às questões de gênero, pois ao mesmo tempo que foi especialmente produtiva pela inclusão dos direitos das mulheres na agenda mundial de direitos humanos e na pauta política dos governos. Ciclos de conferências internacionais, regidas pelas Nações Unidas, fortaleceram a luta pelas pautas identitárias e o reconhecimento dos direitos das mulheres, o que contribuiu para alicerçar políticas de enfrentamento à violência baseada em gênero.

Discussões em âmbito internacional e nacional, iniciadas no século XX, fizeram com que o Brasil trouxesse, para o debate público, os ideais do movimento feminista para o combate à violência contra a mulher e às desigualdades de gênero. A partir do século XXI, como resultado das medidas iniciadas no século anterior, foram desenvolvidas políticas públicas para proteger, apoiar e defender os direitos das mulheres, como a criação da Lei Maria da Penha, em 2006; a Central de Atendimento à Mulher (180), em 2005; a Casa da Mulher Brasileira, em 2015 e, mais recentemente, a Lei da Igualdade Salarial e o Pacto Nacional de Prevenção ao Femicídio, ambos instituídos em 2023.

Há sentidos em circulação sobre o modo como a mulher é significada em sua participação no mercado de trabalho e, dentre as diversas construções, podemos colocar em questão a forma como as organizações internacionais, em especial a ONU-Mulheres, entidade das Nações Unidas para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, determinam esses processos de produção de sentidos. No site da ONU-Mulheres é enunciado que o programa *Women's Empowerment Principles*<sup>38</sup> tem como objetivo alavancar a igualdade de gêneros no mercado através do fortalecimento da liderança de mulheres no mundo empresarial. Segundo informações coletadas no site da entidade, em 2015 havia sessenta empresas brasileiras signatárias do programa e, atualmente, o Brasil ocupa o 1º

---

<sup>38</sup> Disponível em: <https://unwomen.org>

lugar no ranking internacional de países signatários, com 767 empresas brasileiras privadas e públicas aderindo ao pacto.

Ao lermos o discurso da ONU-Mulheres, compreendemos que este sustenta-se em dados estatísticos sobre o aumento do número das empresas signatárias do pacto no Brasil. Em Análise de Discurso, há um deslocamento que pode ser produzido da noção de dado para a noção de fato e, segundo Orlandi ([1995] 2012, p. 115), “o dado tem sua organização, o fato se produz como um objeto da ordem do discurso (linguístico-histórico). [...] Em outras palavras, os dados não têm memória, são os fatos que nos conduzem à memória linguística. Nos fatos, temos a historicidade.” Desse modo, ao lermos a apresentação dos supostos dados supracitados faz-se necessário tomá-los como fatos, compreendendo, assim, que o ranqueamento estabelecido pela ONU-Mulheres quanto aos países que aderem ao pacto *WEPs* significa uma deriva para uma “competitividade” própria da discursividade mercadológica, do neoliberalismo.

Nesse cenário em que as pautas identitárias de gênero são colocadas em evidência nos discursos sobre empoderamento das mulheres no mercado de trabalho, há que se considerar que estamos imersos em uma sociedade capitalista e que o capitalismo tem como base a premissa de que os bens são privados e que há irrestrita liberdade industrial e comercial. Na atualidade, toma forma o acontecimento da luta por igualdade de gênero, em que a mulher é sim já investida historicamente de poder, entretanto ainda em condições de desigualdade econômica em diferentes setores do mercado de trabalho. Os gestos de análise trazem uma direção de como os sentidos de empoderamento feminino podem ser afetados por uma ideologia neoliberal. Para isso, é produzido um efeito de (dis)simulação de sentidos da própria noção de empoderamento enquanto supostamente determinado por um conhecimento (saber científico), que, por sua vez, é reduzido à informação que serve ao consumo. Nesse jogo, pela suposta informação (conhecimento) a mulher é inscrita em um jogo mercadológico de comanda/demanda para consumir produtos

Como já observado, todo discurso funciona em relação às suas condições de produção. Dessa forma, empreendemos o gesto de análise pensando sobre as condições sócio-históricas da criação do *site* da empresa *Usaflex*, como espaço digital de propaganda para vender e divulgar informações sobre seus produtos e as condições de produção do discurso da marca sobre empoderamento feminino a

partir do *post* intitulado “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, cujos recortes fazem parte do *corpus* de análise de nossa pesquisa.

O *post* é colocado em circulação pelo *blog* corporativo que faz parte do site da *Usaflex*, uma empresa brasileira que vende calçados no Brasil e exporta para o exterior e tem, como principal objetivo, o lucro, que é o foco das narrativas empresariais, no sistema capitalista, para atingir o público. Esse modo de produção capitalista, segundo Pêcheux ([1979] 2015, p. 80-81), “se apresenta sob os traços da burguesia exemplar, fundada na *ideologia jurídica do contrato livre e igual*, que constitui, através da forma econômica das ‘leis de mercado’, a mola essencial da divisão de classes”.

Dessa forma, o site de vendas da marca se faz presente como estratégia de marketing, objetivando informar às suas consumidoras as ofertas e produtos disponíveis, sendo o *Blog da Usa*, mais uma ferramenta de publicidade na era do Marketing 4.0. Este conceito teórico foi desenvolvido por Kotler, Kartajaya e Setiawan, autores da obra *Marketing 4.0: do tradicional ao digital* (2017). Os autores teorizaram sobre como as transformações da sociedade provocaram uma mudança na prática das empresas quanto às ações para promover e vender seus produtos e serviços, o chamado marketing. Kotler e seus colegas afirmam que a conectividade global trazida pela internet resultou em mudanças drásticas na sociedade, como a eliminação das barreiras geográficas e demográficas, que ocasionaram um desenvolvimento de senso de comunidade e ações individuais cada vez mais influenciadas pelas opiniões sociais compartilhadas nas comunidades digitais (p. 35). As empresas passaram a apostar, portanto, na ideia de que não poderiam tratar seu público-alvo como mero consumidor, mas sim como pessoas únicas, cada uma com sua própria história e valores. Por esse motivo, as marcas de hoje, para gerar uma “identificação” com cada pessoa, produzem discursos identitários, relacionados a uma ou várias causas atreladas aquele grupo que desejam atingir (p. 40).

Desse modo, segundo os autores, houve também uma mudança na publicidade, que continua funcionando segundo a lógica do mercado, visando lucro, mas evitando associar a sua marca a rótulos politicamente incorretos, e, ao mesmo tempo, se apropriando de outros dizeres, principalmente dos discursos das minorias, no processo de construção de seu discurso empresarial. Mas, ao interpretarmos esses dizeres produzidos na fase atual do marketing, que buscam construir a

imagem das marcas como aquelas que buscam entender o consumidor para atender melhor suas necessidades, formulamos o seguinte questionamento: há efetivamente o objetivo de atender uma demanda ou o próprio mercado cria uma demanda/comanda social?

Pensando o sentido de demanda/comanda social a partir de Pêcheux ([1966] 2015, p. 21-54), funcionando em um duplo sentido, como a relação entre pedido e ordem, poderíamos afirmar que para haver uma demanda, há necessidade de sujeitos dessa demanda, assim como sujeitos que realizem a comanda. Dessa forma, podemos pensar que o mercado cria um efeito de ilusão para o sujeito consumidor, que acredita ser sua demanda o ponto de partida para a prática do mercado de gerar uma “identificação” de uma marca com seu público, quando é o mercado que desenvolve serviços e produtos cada vez mais específicos, buscando ampliar seu público-alvo e (re)formulando as comandas sociais em relação ao consumo.

O funcionamento descrito acima pode ser compreendido a partir de um gesto de análise dos discursos publicitários que articulam o *femvertising* (female advertising), estratégia do mercado para atingir o público feminino através do discurso sobre empoderamento, sororidade, igualdade e demais pautas de gênero. O mercado, a partir de reivindicações das mulheres por uma maior representação que atenda a diversidade feminina, busca ajustar o seu discurso para explorar um nicho mercadológico em expansão. Mas, para além de uma estratégia publicitária, o *femvertising* pode ser compreendido como um processo discursivo, fruto de uma formação discursiva dominante, que é a do capitalismo. Podemos pensar, desse modo, considerando a imbricação do discurso do mercado, do capital, com o discurso da publicidade, que a mulher “empoderada”, para o discurso publicitário, é aquela que consome. Assim, nos perguntamos que estratégias são mobilizadas pelo discurso publicitário, nesse entremeio com o discurso mercadológico/empresarial, para construir uma imagem de mulher empoderada e um enunciado definitório de empoderamento feminino. Para tentarmos responder a essa questão, retomemos agora a leitura do recorte **R08** para pensarmos a definição construída pelo *Blog da Usa* para “empoderamento feminino”:

- **R08:** O verbo “empoderar”, segundo o dicionário Michaelis, significa **investir**

**(se) de poder**, a fim de promover ações que possam provocar mudanças positivas no grupo social. Ao consultar a palavra “empoderamento”, o dicionário vai ainda mais além e nos dá uma definição sociológica. Podemos dizer, então, que o empoderamento feminino é um **esforço coletivo** para promover a independência das mulheres, dando-lhes mais poder político, social e econômico (grifos nossos).

Como lemos na parte final do recorte supracitado, o empoderamento feminino é significado como “esforço coletivo”, sem a determinação do que ou quem compõe a coletividade a qual o sintagma faz referência. Para compreendermos os movimentos dos sentidos sobre empoderamento feminino no texto midiático objeto da pesquisa, analisaremos os efeitos de sentido de “coletivo” pelos recortes a seguir:

- **R07:** empoderar mulheres – ou seja, investi-las de poder – é uma forma de tornar a sociedade mais igualitária, justa e, conseqüentemente, próspera. Por isso é **um trabalho coletivo** que envolve a **comunidade, os governos e as empresas também** (grifos nossos).
- **R08.1:** o empoderamento feminino é um **esforço coletivo** para promover a independência das mulheres (grifos nossos).
- **R14: Michaelis online.** Empoderamento. *Sociol.* **Ação coletiva** desenvolvida por **parte de indivíduos que participam de grupos privilegiados de decisões**. Envolve consciência social dos direitos individuais para que haja a consciência coletiva necessária e ocorra a superação da dependência social e da dominação política. É um processo pelo qual as pessoas aumentam a força espiritual, social, política ou econômica de indivíduos carentes das comunidades, a fim de promover mudanças positivas nas situações em que vivem. Implica um processo de redução da vulnerabilidade e do aumento das próprias capacidades dos setores pobres e marginalizados da sociedade e tem por objetivo promover entre eles um índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais (grifos nossos).

Na correlação de recortes supracitados é possível observar um efeito de evidência sobre o significado de “coletivo”, qualificando o trabalho, e em seguida, o esforço de empoderar mulheres como uma atribuição da comunidade, dos governos e das empresas. Mas, considerando a diversidade feminina, e por que não, uma “coletividade feminina”, composta de mulheres de raça, cor, crença, status social, formação acadêmica, poder econômico, idade distintas, seria possível que um trabalho ou esforço coletivo, mas homogêneo, desenvolvido de forma igual para todas as mulheres, atendessem a essa coletividade heterogênea? O esforço coletivo empreendido pela comunidade, pelos governos e pelas empresas privadas para empoderar a mulher brasileira é o mesmo para a mulher estrangeira refugiada no Brasil? São necessárias as mesmas ações para empoderar a mulher “bela, recatada e do lar”, sustentada por outrem, e a mulher da periferia, que é forçosamente “do lar” por que está desempregada? As ações para empoderar uma mulher jovem, recém-formada no nível superior e em busca do primeiro emprego serão as mesmas ações empreendidas para empoderar uma mulher com mais de 40 anos, “recém-demitida” e em busca de uma recolocação no mercado de trabalho?

Compreendemos, desse modo, que ao atribuir, de uma forma reducionista, sentidos para “coletivo”, limitando-o como uma atribuição da comunidade, dos governos e das empresas, o texto midiático interdita dizeres sobre os sujeitos que integram uma coletividade feminina, heterogênea, produzindo um efeito de homogeneidade sobre o significado de mulher. Há, portanto, um recobrimento do político, visto que ao reduzir efeitos de sentido para “coletivo” como uma palavra sem historicidade, transparente, inequívoca, o texto silencia a luta de classes e as desigualdades sociais de nossa sociedade capitalista. Afinal, o trabalho “coletivo” para empoderar mais mulheres, em uma sociedade capitalista, serve ao propósito de gerar empoderamento econômico, sendo o sujeito-mulher reduzido à condição de consumidora, ou seja, o que importa ao mercado.

Em análise de empoderamento feminino no *Blog da Usa*, retomamos a pergunta que compõe o título desta seção: “o que é empoderamento feminino no discurso publicitário do *Blog da Usa*?”. Pelos gestos de descrição já produzidos, temos que o post cita, *ipsis literis*, a definição do verbete ‘empoderar’ no **Michaelis**, logo no início do texto, dizendo que “O verbo ‘empoderar’, segundo o dicionário Michaelis, significa investir (se) de poder, a fim de promover ações que possam

provocar mudanças positivas no grupo social”, tornando possível ao leitor/a uma interpretação da palavra ‘empoderamento’ também como um processo ou ação individual, o que desloca o sentido de empoderamento coletivo para o autoempoderamento. No entanto, os gestos de análise se voltam para uma compreensão de como os sentidos se inscrevem no discurso mercadológico que, por sua vez, funciona (dis)simulando as contradições que são próprias de toda formação discursiva (Pêcheux, [1983] 1995, p. 162).

Há assim, contradições, relações de sentidos em disputa, que lemos nos recortes **R07** e **R08.1**, compreendendo que há também, no fio do discurso do *Blog da Usa*, um movimento parafrástico de repetição de empoderamento com efeito de sentido de processo ou ação coletiva, conforme apresentado na definição dicionarística (**R14**), de um grupo em favor de um indivíduo ou grupo. Essa ideia de empoderamento como processo ou ação coletiva, não singular, nos remete às condições de produção da palavra ‘empowerment’, na década de 1950, nos Estados Unidos, relacionando-a ao *Civil Rights Movement*, como nos apresenta Baquero (2006, p. 78, grifos nossos):

Na segunda metade do século XX, a categoria *empowerment* passa a ser utilizada, nos EUA, nos movimentos emancipatórios [...] fazendo eclodir movimentos de libertação e de contracultura, também conhecidos, conforme Pinto (1998), como movimentos de cidadania, sendo que os principais foram: a) Movimento pelos direitos cívicos e Poder Negro nos EUA [...]. b) Feminismo [...]. c) Movimento de emancipação homossexual [...]. d) Movimento pelos direitos da pessoa deficiente [...].

Com o advento deste movimento, inicialmente para protestar e discutir questões de raça, fomentaram-se noções básicas de empoderamento em grupos de conscientização sobre direitos civis que desencadearam a chamada 2ª onda feminista<sup>39</sup>: uma resposta às desigualdades e opressões enfrentadas pelas mulheres. No entanto, esta abordagem teórica de empoderamento como processo ou ação coletiva avançou, pelos estudos de gênero, e, nas últimas décadas, atualizou os sentidos, na referida teoria, para empoderamento, passando a abarcar, na definição, uma ação individualizada, denominada de autoempoderamento. Isto se deu a partir dos questionamentos no movimento feminista sobre as estratégias de

<sup>39</sup> A primeira onda do feminismo, também conhecida como movimento sufragista, teve início no século XIX, tendo como pauta principal de luta, o direito ao voto (sufrágio) feminino e o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

desenvolvimento e as intervenções mobilizadas pelos projetos e políticas em favor das mulheres, visto que não refletiam em mudanças estruturais na sociedade e perpetuavam a opressão e exploração das mulheres, em especial das mulheres negras e pobres. Assim, passam a ser produzidos efeitos de sentido para empoderamento, nos dizeres feministas, não mais como um processo ou ação coletiva, mas como ação reflexiva, de autoempoderamento, buscando o fortalecimento não apenas da coletividade feminina, mas estimulando que cada sujeito-mulher, individual(izada)mente, tenha ferramentas para desafiar as estruturas de poder patriarcal (Berth, 2020, p. 44 *apud* Batliwala, 2007 [online]).

Como pudemos observar, o texto midiático retoma, inicialmente, os sentidos de empoderamento relacionados aos movimentos sociais, já que atualiza uma memória sobre empoderamento como um processo ou ação coletiva de um grupo investindo outro grupo ou um indivíduo de poder. Este efeito de sentido de ‘empoderamento’ como ação de “dar poder, investir de poder” se sustenta ao longo do texto, como veremos no conjunto de recortes a seguir:

- **R01:** No dia a dia também podemos dar poder às guerreiras a nossa volta reconhecendo o trabalho e o valor de cada uma (grifos nossos).
- **R07:** empoderar mulheres – ou seja, investi-las de poder – é uma forma de tornar a sociedade mais igualitária, justa e, conseqüentemente, próspera. Por isso é um trabalho coletivo que envolve a comunidade, os governos e as empresas também.
- **R15:** Na Usaflex, nós buscamos incessantemente utilizar a moda para dar mais poder às consumidoras. Todos os nossos produtos são desenvolvidos com o intuito de tornar a vida da mulher mais confortável, saudável, leve e bonita (grifos nossos).

Considerando o corpus discursivo de análise, há algumas reflexões importantes a serem feitas. Diante da afirmação “podemos dar poder às guerreiras”, cabe a pergunta: podemos quem? Quem pode dar poder às mulheres? Se compreendermos que o texto formula a definição de empoderamento, inicialmente,

como “esforço” e “trabalho coletivo” da “comunidade, governo e empresas”, quem integraria essa comunidade? Em uma sociedade binária como a nossa, é fato que o binarismo integra o discurso machista e mantém as estruturas do patriarcado, ou seja, a dominação dos homens sobre as mulheres. Haveria então interesse dos homens em partilhar o poder, em especial o poder econômico, para promover o empoderamento feminino?

Como já tivemos oportunidade de dizer, o recobrimento do político, da divisão de sentidos, se presentifica no interdiscurso, sendo próprio de toda formação discursiva o funcionamento da (dis)simulação ideológica do discurso dominante. A mídia, pela profusão e saturação, contribui para uma manutenção dos sentidos dominantes, visando um efeito de hegemonia. No conjunto de recortes apresentados (**R01**; **R07** e **R15**), observamos o movimento dos sentidos, direcionados pela ideologia, para empoderamento feminino como condição, que só pode (poder não é dever) ser “dada” às mulheres, significando uma passividade feminina. Em nosso gesto de análise, compreendemos que, no discurso do mercado, a mulher não assume o protagonismo nesse processo de empoderamento. A mulher, na materialidade linguística dos recortes, é significada apenas como o objeto que complementa a ação de empoderar, “empoderar mulheres”, praticada por outrem e não o sujeito que pratica a ação, como em “empoderar-se”.

Poderíamos dizer, dessa forma, que os sentidos de empoderamento no post do *Blog da Usa* repetem, em um primeiro momento, os sentidos registrados na definição do **Michaelis** para a palavra ‘empoderamento’, seja ele, “um processo pelo qual as pessoas aumentam a força espiritual, social, política ou econômica de indivíduos carentes das comunidades, a fim de promover mudanças positivas nas situações em que vivem” (**R14**). Além disso, como já expomos ao falarmos sobre o movimento feminista, houve, nas discussões das pautas de gênero após a segunda onda feminista, um deslocamento do sentido de empoderamento como algo coletivo, para empoderamento como uma ação individualizada e em benefício próprio, o autoempoderamento. Não lemos nos recortes, no entanto, uma atualização dessa memória de sentidos para empoderamento como autoempoderamento. Entretanto, ao avançarmos na leitura do post e analisarmos o fio do discurso do *Blog da Usa*, verificamos que esta posição não se sustenta até o final do texto, como discorreremos a partir dos recortes a seguir:

- **R16:** Toda brasileira que trabalha fora, é dona de casa e/ou faz a jornada dupla merece um calçado que não machuque os pés, causando incômodos e problemas futuros. **As mulheres merecem sapatos que tornem seus caminhos mais leves e seguros.** As trabalhadoras merecem se sentirem elegantes e bonitas, pois parte do empoderamento é elevar a autoestima (grifos nossos).
- **R17:** Chega de sofrer para se encaixar nos padrões inalcançáveis e nada sadios impostos pela sociedade. Nós queremos dar a você, consumidora, a **liberdade de ser quem você é, usar o que você deseja, se sentir confortável e linda da cabeça aos pés.** E não importa se você é casada, solteira, mãe, tia, professora, dona de casa, empresária, jovem, idosa, descolada, conservadora, roqueira, social... **há sempre um calçado Usaflex perfeito para o seu estilo!** (grifos nossos).

Na materialidade linguística dos recortes selecionados sublinhamos os sintagmas que determinam os espaços ocupados pela mulher leitora do *Blog da Usa*. No recorte **R16**, o texto determina a mulher que merece um calçado que não machuque os pés como aquela que trabalha fora, sintagma retomado mais adiante pela palavra “trabalhadoras”. Também determina como “merecedora” do calçado confortável a mulher que é dona de casa ou faz a dupla jornada. Nos recortes **R16** e **R17** são apresentados, na materialidade linguisticamente do texto inúmeras posições que representam lugares sociais (trabalhadora, dona de casa, consumidora, casada, solteira, mãe, tia, professora, dona de casa, empresária, jovem, idosa, descolada, conservadora, roqueira, social). No entanto, considerando que esta mulher está inserida em uma formação social capitalista e que se constitui sujeito atravessado pela ideologia capitalista neoliberal, o lugar que se coloca em evidência é o de “consumidora”. E como diz o post, “não importa” se essa mulher é casada, solteira etc., importa é que ela é consumidora e, mais importante, que ela se torne consumidora da marca *Usaflex*. Mas esse dizer é dissimulado, no discurso em análise, por uma simulação dos dizeres das pautas de gênero, pautas essas que trazem questões sobre o merecimento/reconhecimento do lugar da mulher, sobre a liberdade de ser quem é e vestir-se como quiser sem medo de sofrer assédio ou

violência, entre outras. Essa (dis)simulação não se trata de uma ocultação ou um engano, mas de um processo próprio da ideologia, em que “os sentidos são fixados historicamente em uma *direção determinada*” (Orlandi, [1990] 2008, p. 117).

Ademais, compreendemos que o empoderamento feminino, que no início do texto era formulado com sentidos relacionados a uma ação coletiva, além de ser uma condição “dada” à mulher, desliza para uma ação individual, já que quem investe a mulher, individualizadamente, de poder é o calçado específico para aquela mulher, já que “**há sempre um calçado Usaflex perfeito para o seu estilo**”. Desse modo, para ter esse poder, conferido pelo uso do calçado, a mulher precisa ser não apenas trabalhadora, mas também consumidora com poder de aquisição do calçado da marca, que acompanha, “de brinde”, o poder (que se presentifica pela autoestima elevada, pelo sentimento de beleza, de elegância, de conforto) que a transforma em uma mulher empoderada. Opera-se, assim, o silenciamento dos sentidos sobre mulher empoderada e empoderamento feminino pelo funcionamento da interdição, visto que o post constrói a imagem de mulher empoderada e de empoderamento feminino relacionando-a apenas às mulheres que podem comprar o calçado da marca, excluindo aquelas que, por não serem trabalhadoras ou por não estarem na mesma faixa econômica das consumidoras da marca, ficariam impedidas de serem empoderadas pelo calçado da marca. Podemos dizer, assim, que no *Blog da Usa* funciona uma contradição discursiva, já que há uma inscrição, em um primeiro momento, em uma formação discursiva dos movimentos sociais e que, no fio do discurso, se contradiz ao enunciar de uma formação discursiva capitalista de ideologia neoliberal.

Diante do gesto de análise empreendido, poderíamos dizer, portanto, que “empoderamento feminino” no/para o *Blog da Usa* é comprar o calçado da *Usaflex* e, apesar de “toda brasileira” merecer se sentir confortável e elegante, “da cabeça aos pés”, comprar o calçado *Usaflex* não é para todas, mas apenas para aquelas que tem o poder econômico para consumir o produto. Há, assim, um esvaziamento do político dos sentidos sobre empoderamento, reduzindo este conceito teórico a mais uma ferramenta de marketing, a serviço do mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sei que, às vezes, uso  
Palavras repetidas  
Mas quais são as palavras  
Que nunca são ditas?

*Legião Urbana*

Árdua é a tarefa de dar por finalizado o trabalho que ainda pode percorrer muitos caminhos e com tantas palavras para ainda serem ditas. Mas, ainda que não haja o esgotamento de uma análise ou um encerramento com a resposta de todas as questões que foram levantadas, é necessário formularmos um efeito de fechamento.

A partir dos conceitos teóricos que apresentamos no capítulo sobre a Análise de Discurso enquanto empreendimento teórico, pudemos compreender que o discurso é constituído por diferentes gestos de leitura, conforme as formações discursivas com as quais os sujeitos estão identificados e em dadas condições de produção. O analista de discurso, não obstante a orientação teórica de seu gesto de análise, é afetado ideologicamente desde a seleção do *corpus* de sua pesquisa. Entretanto, como alerta Orlandi (2000), a posição de interpretar, que é posição ética e política, é, para o analista de discurso, uma posição de responsabilidade. Para isso, nos apoiamos em teorias e métodos para nos inscrevermos, de forma explícita, no arquivo que construímos para falar da produção de sentidos sobre empoderamento feminino no discurso mercadológico e lexicográfico.

A complexidade da forma como se dão os processos de (dis)simulação ideológica neoliberal nos discursos sobre empoderamento feminino nos levou a buscar compreender como se dá a apropriação do discurso sobre as lutas quanto às desigualdades de gênero com objetivo de manutenção de sentidos das estruturas patriarcais de dominação de classe e gênero, que são inscritos/(dis)simulados em uma discursividade mercadológica, sobretudo por textos em circulação na/pela mídia digital. Em Análise de Discurso, o texto, segundo Orlandi (1999):

é a unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar da relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. Mas é também, e sobretudo, espaço significante: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade” (Orlandi, [1999] 2020, p. 70).

Compreendemos assim, a partir da formulação de Orlandi, que o texto objeto de nossa análise, texto publicitário-jornalístico, digital, tem, como seu constitutivo, uma dispersão de sentidos inscritos em discursos distintos.

Partindo da citação direta do verbo ‘empoderar’ no post objeto de nossa análise e da paráfrase da definição de ‘empoderamento’ no **Michaelis**, o texto publicitário-jornalístico “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, buscamos compreender como são determinados os sentidos de empoderamento no dicionário **Michaelis online** e do dicionário **Aurélio** digital. A partir dos gestos de leitura e interpretação do verbete dicionarístico, apontado por Rute Baquero (2012) como um neologismo em alta circulação, em especial nas discursividades relacionadas à luta por igualdade de direitos, em virtude do avanço dos estudos identitários, levantamos questões sobre o possível silenciamento das minorias. A partir de uma discussão sobre a história interna da palavra ‘empoderamento’, discutimos a sua complexidade e instabilidade de sentidos e, pela etimologia da palavra ‘empoderamento’ e sua formação a partir do latim e do grego, analisamos os efeitos de sentido produzidos pelo prefixo em- e pelo sufixo -mento. Considerando os sentidos inscritos nos afixos em relação ao significado da palavra-polo de nossa pesquisa, tentamos estabelecer, a partir da Lexicografia Discursiva, como o **Michaelis** e o **Aurélio** definem ‘empoderamento’.

Pelas leituras das definições nos dicionários **Aurélio** e **Michaelis**, colocadas como recortes em correlação, pudemos observar e compreender o funcionamento do silenciamento, da política do silêncio, materializado nos dicionários pelas lacunas que são constitutivas do verbete ‘empoderamento’, em especial no **Michaelis**. O **Michaelis** apresenta apenas uma única entrada, cuja definição de ‘empoderamento’ é ancorada no discurso científico da Sociologia, em um movimento de apropriação de dizeres de outro campo de saber. Não observamos, portanto, quanto ao verbete em tela, efeitos de sentido produzidos em relação a questões de gênero ou de classe.

Em movimento distinto, o **Aurélio** apresenta o verbete com entradas diversas e amplia a definição de empoderamento, produzindo efeitos de sentido em relação à ideia de conscientização em algumas das entradas. Essa ideia de necessidade de conscientização sobre as relações de poder que oprimem sujeitos e desestabilizam a sociedade é, como vemos ao longo deste trabalho, pauta constante na luta em defesa das minorias. Ao silenciar sobre os sentidos de “empoderamento” como um processo de efeito de conscientização, pela linguagem, para causar fissuras em uma dada estrutura social e suas relações de poder, o sujeito-lexicográfico toma uma posição e, conforme Nunes (2010), ao fazer o dicionário o sujeito estabelece uma relação específica com as palavras, selecionando-as e produzindo um discurso sobre elas.

Além disso, podemos pensar, a partir da nossa análise, que a estrutura do verbete ‘empoderamento’ no **Aurélio**, com entradas distintas, pode indicar uma possível tentativa de organização da dispersão dos efeitos de sentido nas discursividades contemporâneas (movimentos sociais, educação, ciências, mercado etc.), que produz um efeito de não homogeneidade em relação à estrutura apresentada para o verbete no **Michaelis**.

Em nossa análise do post “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”, compreendemos que é pelo funcionamento da ideologia, pelo mecanismo da (dis)simulação, que observamos a produção de um imaginário de igualdade e liberdade das mulheres na constituição de suas próprias práticas cotidianas na atualidade ou, segundo Berth (2020, p. 51), suas próprias ações e escolhas individua(liza)das como ferramenta de empoderamento individualizado.

Outrossim, é importante compreendermos que, apesar da profusão na circulação da palavra nos discursos de resistência à dominação patriarcal, há que se considerar uma deriva que se dá pelas tentativas de recobrimento da divisão de sentidos sobre a mulher (guerreira, consumidora, trabalhadora, mãe, dona de casa etc.), fabricando um consenso (Orlandi, 2004) sobre o empoderamento feminino em relação ao mercado, a partir de um efeito de homogeneização de sentidos. Dito de outro modo, é pela ausência de uma discussão voltada às relações de classes que se dá uma abertura para a apropriação desses sentidos em outras discursividades, como a midiática.

Observamos também, nos recortes em que o post referencia o dicionário **Michaelis**, o mecanismo da (dis)simulação próprio do discurso mercadológico, aqui materializado no texto publicitário-jornalístico do *Blog da Usa*. Compreendemos, desse modo, que há um efeito de (dis)simulação produzido em dois movimentos. No primeiro movimento (o efeito de dissimulação) há apenas uma encenação do dizer do dicionário sob o modo de funcionamento da referência (efeito de citação indireta) “segundo o Dicionário Michaelis”, havendo, no entanto, o silenciamento dos dizeres do discurso lexicográfico do **Michaelis** sobre o verbete ‘empoderamento’. No segundo movimento, opera um efeito de simulação de uma “informação”, significada como uma divulgação de conhecimento ao construir sua própria definição de ‘empoderamento’ como conceito teórico, situando-se como o lugar de legitimidade do dicionário. Desse modo, ao leitor/leitora resta o efeito de que a “fórmula definatória” enunciada no texto do *Blog da Usa* é a definição registrada no **Michaelis**, produzindo um efeito homogeneizante, próprio da chamada língua de algodão.

A seção em que descrevemos e analisamos a constituição da palavra ‘empoderamento’ e sua etimologia a partir dos dicionários, pudemos compreender que existem algumas possibilidades de descrição linguística quanto a sua formação (derivação sufixal e parassintética, tradução, neologismo) e que, pelo viés da morfologia, não há como dar conta da historicidade da palavra, mesmo porque os afixos também significam e acabam por limitar as possibilidades de sentido para ‘empoderamento’, todavia, pela definição da palavra, conforme Dias (2012), há uma abertura para a polissemia. Entendemos, assim, que considerar a palavra como um neologismo, pela perspectiva dos estudos em Análise de Discurso, no entremeio com a História das Ideias Linguísticas, possibilita-nos outras formas de ler essa palavra e seu funcionamento produzindo sentidos.

O trabalho permitiu a análise das definições de “empoderamento feminino”, na publicidade, visto que compreendemos o post analisado como um texto publicitário, posto haver anúncios dos produtos da *Usaflex*, além de identificarmos um viés jornalístico, já que simula a divulgação de conhecimento e “informação” sobre um tema que já é objeto de estudo teórico de diversos campos de saber. Nossas análises se fundamentam, desse modo, nesse efeito de imbricação do discurso publicitário com o jornalístico, da ordem do digital, com os sentidos sobre mulher

empoderada e empoderamento feminino reivindicados pelo mercado, no ambiente tecnológico.

Entendemos que há também, no texto publicitário-jornalístico, um silenciamento de outros dizeres sobre a mulher empoderada e sobre empoderamento feminino, operado pela interdição. Ao nosso ver, esse silenciamento, no *corpus* analisado, é constitutivo do processo de (dis)simulação ideológica neoliberal.

Cabe ainda dizer que o *post* do *Blog da Usa* recorta um eixo discursivo que se relaciona com as discursividades do movimento feminista, direcionando o que pode ser dito sobre a mulher (des)empoderada de acordo com as formações imaginárias a partir das quais o sujeito pressupõe um destinatário, designando os lugares que tanto os sujeitos mulheres quanto os sujeitos leitores/leitoras do *blog* se atribuem mutuamente e a imagem que fazem de si e do outro, enquanto lugares na estrutura social (dona de casa, trabalhadora, mãe, professora etc.). Estes lugares sociais são determinados pelas relações de classe dentro da sociedade capitalista e implicam em relações de gêneros (Saffioti, 2015, p. 113), já estas são postas sob a perspectiva econômica, caracterizando uma complexidade composta por modos de produção diversos e “reestruturada em função da dominância dos modos de produção” (Robin, 1973, p.108).

É necessário ao funcionamento do discurso neoliberal, pois, silenciar a impossibilidade histórica de uma conciliação entre as classes sociais e uma reestruturação social do poder. É necessário, para a ideologia neoliberal, que haja uma identificação do sujeito com a proposta de um mundo em que haja igualdade de oportunidades e divisão justa de poder para homens e mulheres, de todas as classes sociais. Portanto, em nossa análise, o texto publicitário-jornalístico, ancorado no discurso de luta de gêneros, presente no imaginário social e acionado pela memória discursiva, constrói a imagem do sujeito “mulher empoderada” como uma mulher que se empodera comprando seus calçados na Usaflex. Há um efeito de ilusão produzido pelo texto no sujeito leitor/leitora, que se materializa nos dizeres publicitários sobre a necessidade de agir para que homens e mulheres tenham as mesmas condições, “antecipando para a atualidade uma imagem ideal de futuro, embora este nunca chegue, nunca aconteça” (Tenório; Ericsson, 2020, p. 425), o que é próprio da (dis)simulação ideológica neoliberal. Assim, interpretamos, a partir

de nossas análises, que os sentidos produzidos para mulher empoderada são direcionados, pelo funcionamento da ideologia neoliberal, para construir um imaginário de mulher empoderada-consumidora, ou seja, o poder a que se refere os dizeres do blog é o poder econômico, o poder de consumo. É a criação da demanda de elevar a autoestima feminina, ficar confortável, se sentir segura, bonita e elegante e, portanto, empoderada, mas se atender a comanda: a compra do calçado *Usaflex*.

Consideramos, outrossim, que temos outro olhar para essa expressão, “empoderamento feminino”, nos conduzindo a importantes reflexões sobre o que é o poder, dividido, materializado nas relações de sentido entre os dicionários e publicidade, nos possibilitando apontar para uma nova ordem dos discursos que se apropriam de palavras em circulação em pautas identitárias, lhes esvaziando os sentidos pelo recobrimento do político. Esperamos, assim, que nossos gestos de análise possam contribuir para outras maneiras de se ler a materialidade de um texto publicitário-jornalístico, determinado por uma ideologia neoliberal e inscrito em uma discursividade mercadológica, assim como os dicionários, deslocando-os desse lugar de completude da língua e fonte de todo o dizer.

Encerramos esperando que este trabalho possa, de alguma forma, auxiliar na “desconstrução dos discursos desideologizantes” (Grigoletto, 2021) e homogeneizantes do mercado, não só sobre empoderamento feminino, mas também sobre o que é ser mulher empoderada na contemporaneidade, transformando a atual banalização de termos tão caros às pautas sociais, de luta de classes e gênero, em reflexões sobre a necessidade de um debate social não só sobre o que é empoderamento feminino e por que ele é importante, mas sobre tantas outras palavras e expressões que ressignificam os dizeres sobre o sujeito-mulher.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Sabrina; RODRIGUES, Alexsandro. **O valor semântico do prefixo em- em verbos parassintéticos**: análise de livros didáticos. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista Lume, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96354>. Acesso em: 10 out 2023.

AUROUX, Sylvain. **Histoire des idées linguistiques**. Bruxelas: Editions Mardaga, 1989.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad: Orlandi, Eni. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 12, maio/ago. 2006. p. 77-93.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual  
**Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./abr. 2012. p.173-187.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **Língua, arquivo, acontecimento**: trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2016.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1999] 2002.

BRANCA-ROSOFF, S.; GUILHAUMOU, J. De “société” à “socialisme”: l’invention néologique et son contexte discursif. **Revista da ABRALIN**, v. 1, n. 2, p. 9-50, dez. 2002.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. São Paulo: J. Ozon, 1968.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

COSTA, M. **Um olhar pela tela sujeito, celular e(m) conexão**: gestos de leitura do(no) discurso humorístico para as práticas histórico-sociais na contemporaneidade. Tese de doutorado. UFF, 2017.

COSTA, Thaís. Ideias linguísticas. *In*: MARIANI, Bethania (org.) **Enciclopédia virtual de Análise do Discurso (Encidis)**. Niterói: UFF, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/@endicis>. Acesso em: 04 abr 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 1981 [2009].

COURTINE, Jean-Jacques. **Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso**. University of Auckland (New Zealand). Trad.: Flávia Clemente de Souza - Universidade Federal Fluminense e Márcio Lázaro Almeida da Silva - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Policromias. Junho/2016. p. 14-35.

DELA-SILVA, Silmara. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. Tese (doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, SP, 2008.

DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. *In*: **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Flores, Giovanna G. Benedetto *et al* (orgs). Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 213-232.

DELA-SILVA, Silmara. Efeitos de imbricação em discursos da/na mídia. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 9, n. 22, p. 47–63, 2021. DOI: 10.22484/2318-5694.2021v9n22p47-63. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/4902>. Acesso em: 20 jul 2024.

DIAS, Juciele Pereira. **Um gesto de interpretação na história do conhecimento linguístico brasileiro**: a definição do nome gramática. Tese (doutorado). Santa Maria: UFSM, 2012. 245 p.

DIAS, Juciele Pereira. Tecnologia da linguagem I. *In*: MARIANI, Bethania (org.) **Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso (Encidis)**. Niterói: UFF, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/@endicis>. Acesso em: 14 abr 2024.

DIAS, Juciele Pereira. Tecnologia da linguagem II. *In*: MARIANI, Bethania (org.) **Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso (Encidis)**. Niterói: UFF, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/@endicis>. Acesso em: 14 abr 2024.

DIAS, Juciele Pereira; NOGUEIRA, Luciana; FONSECA, Rodrigo Oliveira. **Discursos em análise do/no presente**. Andréa Rodrigues, Bruno Deusdará, Juciele Pereira (orgs). Curitiba: CRV, 2023. (Coleção PPLIN Presente, v. 5), p. 87-98

**DICIONÁRIO AURÉLIO**. Curitiba: Positivo [recurso eletrônico].

DOLAR, K. Os dicionários colaborativos on-line: objetos metalinguísticos profanos. *In*: BARONAS, Roberto Leiser; GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros; SANTOS, Júlio Antonio Bonatti. (org.). **Linguística popular**: contribuições às ciências da linguagem. Tradução: Baronas, Roberto Leiser. Araraquara: Letraria, 2021

**ENCICLOPÉDIA Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)**. Niterói: UFF, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/@endicis>. Acesso em: 10 out 2023.

FERNANDES, Carolina; VINHAS Luciana Iost. **Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico**: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 19, n. 1, jan/abr, 2019. p. 133-151. Disponível em: [https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/6985/4296](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/6985/4296). Acesso em: 20 abr 2023.

FERREIRA, Ana Cláudia; AQUINO, José Edicarlos de. Ideias linguísticas. *In*: **Na movência dos conceitos...** Medeiros, Vanise *et al.* Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra. [1978] 2021.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Trad: Adriana Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1986] 2013.

FREITAS, Érica dos Santos Soares de. **Em busca do mento perdido**: análise semântico-diacrônica do sufixo –MENTO, no português. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de São Paulo, 2008. 506 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29092008-151130/pt-br.php>. Acesso em: 15 out 2023.

FREITAS, Ronaldo Adriano de. Uma análise do processo de migração de dicionários de papel para a web. **Anais do VIII Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF – Estudos de Linguagem**, 2017, p. 767-774.

FREITAS, Ronaldo Adriano de. **Instrumentação linguística em rede**: análise discursiva de dicionários online. Tese (doutorado). Niterói: UFF, 215 p. 2020.

FURLANETTO, Maria Marta. **Formações neológicas e discurso**. Santa Catarina: UNISUL, 2008. Disponível em: [https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/02\\_12.pdf](https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/02_12.pdf). Acesso em: 25 jun 2024.

GAFFIOTI, Félix. Le Grand Gaffiot: **Dictionnaire Latin-Français**. Paris: Hachette-Livre, 2020.

GODOI, Izabella de. **A dimensão de gênero nas cadeias globais de valor (cgv) da indústria fastfashion**: um estudo de caso sobre a Índia. 2021. p. 2. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22025/3/DimensaoGeneroCadeias.pdf>. Acesso em 26 mai 2024.

GRIGOLETTO, Evandra. Sou mulher de verdade, empoderada, feminina: a identificação de gênero entre os engodos ideológico e tecnológico. Maceió: **Leitura**, n. 69, mai./ago. 2021 – Dossiê Especial “Discurso, Gênero, Resistência” p. 187-205

GRIGOLETTO, Evandra; VENTURNI, Maria Cleci. “É preciso resetar”: o funcionamento da interdição pelo poder do porta-voz no discurso de André Valadão. **Anais do XI SEAD**, 2021.

GUILBERT, Thierry. **Le discours idéologique ou la force de l'évidence**. Paris: L'Harmattan, 2007.

GUILBERT, Thierry. **Discours d'évidence**: Constitution discursive des normes et des connaissances. CURAPP-ESS. Normativités du sens commun, PUF, pp.275-300, [2009] 2013.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. BARONAS, Roberto Leiser (org.). Araraquara: Letraria, 2020. p 17-39.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969)**. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2014. p. 11-38.

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, [1966] 2015. p. 21-54.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. Campinas: **Revista Rua**, n. 1, [1968] 1995. p. 63-89

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOTLER, Philip *et al.* **Marketing 4.0**: do tradicional ao digital; tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. recurso digital. p. 9-48.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. *In: O léxico em estudo*. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 157-171.

MAGALHÃES, Belmira; MARIANI, Bethania. **Linguagem em (Dis)curso**. Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391-408, maio/ago. 2010.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso: (re)ler Pêcheux hoje**. Campinas, SP: Pontes editores, 2017.

MARIANI, Bethania. **Fundamentos teóricos da Análise do Discurso: a questão da produção dos sentidos**. Cadernos de Letras: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras. Niterói. Volume 15, 1997. p. 33-46.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Campinas: Revan & Ed. Unicamp, 1998. p. 145-223.

MARIANI, Bethania; LUNKES, Fernanda Luzia. A felicidade (necessária) no/do Rio de Janeiro: a produção de imaginários sobre o espaço urbano e sobre o sujeito carioca. **Dossier Análisis del Discurso en Brasil: teoría y práctica**. Signo y Señá, número 24, diciembre de 2013. Facultad de Filosofía y Letras (UBA). p. 35-55. Disponível em: <http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>. Acesso em: 23 dez 2023.

MENDONÇA, Daniela Mello. Efeitos de sentido da palavra “patriarca” nos dicionários brasileiros: por um gesto de análise. **Monografia** (especialização). Niterói: UFF, 59 p. 2022.

**Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/empoderamento/>. Acesso em: 31 ago 2023.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia portuguesa**. 4 ed. Campinas: Pontes editora, 2002.

MOREIRA, Carla. Censura. *In: MARIANI, Bethania (org.) Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)*. Niterói: UFF, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/@endicis>. Acesso em: 02 abr 2024.

MOREIRA, Carla. Censura 2 - Evidenciamento. *In: MARIANI, Bethania (org.) Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)*. Niterói: UFF, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/@endicis>. Acesso em: 04 abr 2024.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, sujeito e relações de trabalho: a posição discursiva da Petrobras**. Tese (doutorado), Campinas: Unicamp, 2015. 338 p.

NOGUEIRA, Luciana; DIAS, Juciele Pereira. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Sentidos em disputa na lógica das competências. **Revista Investigações**, Vol. 31, n. 2, dezembro/2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/238170>. Acesso em: 14 abr 2024.

NUNES, José Horta. Dicionarização no Brasil: condições e processos. *In*: NUNES, José Horta; PETTER, Margarida (Org.). **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro**. São Paulo: Humanitas, Pontes, 2002. p. 99-120

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD)**: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>. Acesso em: 20 dez 2023.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

NUNES, José Horta. Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário. *In*: Orlandi, Eni. (org). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 163-181.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngues no Brasil. *In*: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 353-374.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras** (Taguatinga), v. 3, 2010, p. 06-21.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes Editores, 1983 [2023].

ORLANDI, Eni. Segmentar ou Recortar. *In*: **Série Estudos 10**. Uberaba: FIU, 1984.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1990] 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13 ed. Campinas, SP: Pontes editores, [1999] 2020.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas: Editora Unicamp, [1992] 2007.

ORLANDI, Eni. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, [1995] 2012, p. 111-118. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ORLANDI, Eni. Exterioridade e ideologia. *In: Cad. Est. Ling.* Campinas, (30): 27-33, jan./jun. 1996.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, [1996] 2020.

ORLANDI, Eni. O próprio da Análise de Discurso. **Série Escritos**: discurso e política, n. 3, Campinas: Editora da Unicamp, 1997. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/publicacao/verpublicacao?id=4> laboratório de Estudos Urbanos-LABEURB. Acesso em: 18 ago 2024.

ORLANDI, Eni. Lexicografia Discursiva. *In: Língua e Conhecimento Linguístico*: para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, [2002] 2013. p. 113-134.

ORLANDI, Eni. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Cad. Est. Ling.** Campinas, Jan/Jun, 2002, p. 21-40.

ORLANDI, Eni. Políticas Públicas de ensino. *In: Eni P. Orlandi. (org.). Discurso e Políticas Públicas urbanas*: a fabricação do consenso. 1 ed. Campinas: Editora RG, 2004, v. 1, p. 85-99.

ORLANDI, Eni. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Lingua(gem)**. Vitória da Conquista: n. 1, junho, 2005, p. 9-13.

ORLANDI, Eni. **Discurso e textualidade**. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, [2006] 2017, p. 13-36.

ORLANDI, Eni. Do sujeito na história e no simbólico. *In: Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, [2008] 2022, p. 101-110.

ORLANDI, Eni. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência**, Campinas, n. 101, 2008. Disponível em: [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=es&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000400007&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 17 jan 2024.

ORLANDI, Eni. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. *In: ORLANDI, Eni (Org.) Discurso e políticas públicas urbanas*: a fabricação do consenso. Campinas, SP: RG, 2010. p. 11-42.

ORLANDI, Eni. Conhecimento e informação na vida social contemporânea. *In: ORLANDI, Eni. Eu, Tu, Ele* – Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 237-259.

ORLANDI, Eni. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais**: o Brasil. Disponível em: <https://www.discursousead.com.br/conferencias-i-sead>. Acesso em 12 dez 2023.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad: Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, [1969] 2014. p. 59-168.

ORLANDI, Eni; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad: Bethania Mariani *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2014. p. 159-250.

ORLANDI, Eni. Foi “propaganda” mesmo que você disse? *In*: **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, [1979] 2015, p.73-92

ORLANDI, Eni. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1982 [1997].

ORLANDI, Eni. **Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. 7 ed. Campinas: Pontes Editores, [1983] 2015.

ORLANDI, Eni. Papel da memória. *In*: **Papel da memória**. ARCHAD, Pierre *et al.* Trad: José Horta Nunes. 4 ed. Campinas: Pontes editores, [1983] 2015.

ORLANDI, Eni. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, [1988] 1995.

ORLANDI, Eni. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. **Anais do I SEAD**, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/VerliFatimaPetriDaSilveira.pdf>. Acesso em: 07 mai 2024.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da análise de discurso. *In*: **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. PETRI, Verli *et al* (org.). Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2013 [ebook].

PETRI, Verli. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Revista Conexão Letras**, nº 13(19), 2018, p. 47-58.

PETRI, Verli. O que pode uma palavra: Reflexões sobre a história da palavra dicionarizada produzindo efeitos de sentidos na contemporaneidade. *In*: **Dicionários em análise**: palavra, língua, discurso. Verli Petri *et al* (org.). Campinas, SP: Pontes editores, 2020, p. 37-62.

SAID ALI, M. **Grammatica historica da lingua portugueza**. 2. ed. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1964.

SAFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular/ Fund. Perseu Abramo - Partido dos Trabalhadores, 2015.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2006.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Questões teóricas genéricas. *In*: **Dicionários na teoria e na prática**: como e para quem são feitos. Orgs: XATARA, Cláudia; BEVILACQUA, Cleci Regina; HUMBLÉ, Philippe René Marie. São Paulo: Parábola Editorial, 2011, p. 29-37.

SILVA, M. V. Instrumentos linguísticos: língua e memória. **Revista Letras**. Santa Maria: UFSM/PPGL, n. 27, 2003, p. 109-116.

SILVA, Natália Rodrigues. **Biblioteca e(m) sociedade**: por uma análise do processo de produção de sentidos na ordem do digital. Dissertação (Mestrado). FUVS, 2018. Disponível em: <https://www.fuvs.br/repositorio/detalhes/565>. Acesso em: 19 jan 2024.

TENÓRIO NETO, João Francisco; ERICSON, Sóstenes. “**Uma ponte para o futuro**”: efeitos de sentido do discurso neoliberal no Brasil. *Revista Abralín*, v. XIX, n. 3, 2020.

TFOUNI, Fábio Elias V. **O interdito como fundador do discurso**. *Letras & Letras*, Uberlândia, n. 22 (1), jan/jun 2006, p. 127-137.

WANDERLEY, Rita de Kássia Kramer. **Da inspiração à interpelação: o discurso fitness no Instagram**. Tese (doutorado). Recife: UFPE, 271 p. 2020.

## ANEXO A – Texto “O que é empoderamento feminino e porque ele é importante?”

O que é o empoderamento feminino e porque ele é importante?

Por [Usaflex](#) 06/07/2021



Nos últimos anos, pautas referentes à igualdade de gênero e ao direito das mulheres à liberdade completa e irrestrita tornaram-se tema de discussões ao redor do mundo. O empoderamento feminino é um bom exemplo desse fenômeno. Leia mais sobre este movimento!

Apesar de estar sendo comentado frequentemente nas mídias – tradicionais e digitais -, o empoderamento não é totalmente compreendido por grande parte do público. Mais do que uma expressão forte e bonita, o empoderamento feminino é um movimento que requer ação e, para agir, é preciso conhecer.

Então, este post será dedicado a explicar a você, leitor e leitora, o que é o empoderamento feminino, seu impacto na sociedade, como este tema está presente na moda e o que todos podem fazer para empoderar mais mulheres.

### **O que é empoderamento feminino?**

O verbo “empoderar”, segundo o dicionário Michaelis, significa investir (se) de poder, a fim de promover ações que possam provocar mudanças positivas no grupo social.

Ao consultar a palavra “empoderamento”, o dicionário vai ainda mais além e nos dá uma definição sociológica.

Podemos dizer, então, que o [empoderamento feminino](#) é um esforço coletivo para promover a independência das mulheres, dando-lhes mais poder político, social e econômico. Assim, diminuiremos a desigualdade e chegaremos a uma igualdade de gênero. Vale lembrar que o empoderamento feminino existe porque houve – e ainda há – uma diferença muito grande entre as oportunidades dadas aos homens e às



mulheres ao longo da história.

8 de março, dia das mulheres, dia de luta das mulheres trabalhadoras. Registro da marcha de Curitiba em 2018.

Mas como empoderar as mulheres? Bem, uma forma é dar total acesso à educação, saúde e segurança, promover e apoiar políticas públicas que diminuam a desigualdade, dar às mulheres mais oportunidades de se tornarem independentes financeiramente, entre outras coisas. No dia a dia também podemos dar poder às guerreiras a nossa volta reconhecendo o trabalho e o valor de cada uma.

### **Por que o empoderamento feminino é importante?**

Ainda que tenhamos evoluído nos últimos anos, o cenário atual ainda está longe de ser o ideal. De acordo com os dados mais recentes do IBGE, as mulheres ganham 77,7% dos salários dos homens. Isso significa que, se um homem ganha 1.000,00 reais por mês, uma mulher ocupando o mesmo cargo ganhará 770,00 reais. O valor

torna-se ainda menor quando comparamos cargos de chefia, pois, neste caso, as mulheres ganham apenas 61,4% do salário dos homens.

### **Combatendo desigualdades**

As desigualdades não param por aí. Também notamos um abismo na representatividade quando comparamos o número de mulheres e homens na política. Na Câmara de Deputados, por exemplo, apenas 14,8% das cadeiras são ocupadas por representantes femininas. Ou seja, as chances de pautas voltadas para as mulheres serem votadas, ou até mesmo apresentadas, são pequenas, porque não há quem se identifique com elas.

E nós nem precisamos falar aqui sobre a divisão de tarefas em casa, não é mesmo? Ainda que a mentalidade esteja mudando e os homens estejam se dedicando mais às atividades domésticas, as mulheres ainda são as maiores responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos, dos companheiros e, em alguns casos, dos parentes idosos. Sendo assim, além de trabalhar fora, a maioria das brasileiras ainda têm uma jornada extra no lar.

Todas questões citadas são causa e/ou efeito de outras tantas, como a violência doméstica e o abuso sexual, em que as principais vítimas são mulheres. Ou mesmo o analfabetismo, uma vez que muitas garotas, principalmente nas cidades mais pobres, são privadas da educação formal, pois alguns pais acreditam que “estudar não é coisa de menina”.

Diante desse contexto, empoderar mulheres – ou seja, investi-las de poder – é uma forma de tornar a sociedade mais igualitária, justa e, conseqüentemente, próspera. Por isso é um trabalho coletivo que envolve a comunidade, os governos e as empresas também.

### **Empoderamento feminino na moda**

Claro que o empoderamento feminino também deve estar presente no mercado da moda, uma vez que este setor é dominado pelas mulheres. Você sabia que, além de serem responsáveis pela maior parte do consumo, o público feminino ainda faz parte de 75% da força de trabalho da indústria da moda globalmente? Pois é! Por esse motivo, medidas nesse setor têm impactos importantes.

Na Usaflex, nós buscamos incessantemente utilizar a moda para dar mais poder às consumidoras. Todos os nossos produtos são desenvolvidos com o intuito de tornar a vida da mulher mais confortável, saudável, leve e bonita.



Tênis da coleção de inverno 2021 Usaflex.

Toda brasileira que trabalha fora, é dona de casa e/ou faz a jornada dupla merece um [calçado que não machuque os pés](#), causando incômodos e problemas futuros. As mulheres merecem sapatos que tornem seus caminhos mais leves e seguros. As trabalhadoras merecem se sentirem elegantes e bonitas, pois parte do empoderamento é elevar a autoestima.

Chega de sofrer para se encaixar nos padrões inalcançáveis e nada sadios impostos pela sociedade. Nós queremos dar a você, consumidora, a liberdade de ser quem você é, usar o que você deseja, se sentir confortável e linda da cabeça aos pés. E não importa se você é casada, solteira, mãe, tia, professora, dona de casa, empresária, jovem, idosa, descolada, conservadora, roqueira, social...há sempre um calçado Usaflex perfeito para o seu estilo!



Tênis com tira vermelha da coleção de inverno 2021 Usaflex.

Porque, não podemos esquecer, a moda é uma forma de expressar a sua identidade para o mundo. Então, não tenha vergonha de se mostrar ao universo na sua melhor versão. Se deseja usar um modelo, mas nunca teve coragem pois acha “muito ousado” ou “muito conservador”, permita-se experimentar ao menos uma vez. Não deixe que a opinião dos outros defina as suas escolhas!

### **Mulheres empoderadas para inspirar**

#### **Naomi Campbell**

Naomi é uma das modelos mais famosas dos anos 1990 e 2000. A britânica, além de arrasar nas passarelas, também dedicou-se à atuação e ao mundo dos negócios. Ela se tornou um símbolo de empoderamento não só por sua carreira de sucesso, mas também por lutar contra o racismo. Sua representatividade no mundo fashion abriu espaço para que outras garotas negras brilhassem nesse mercado da moda.



### **Mary Shelley**

Mary Shelley foi uma grande escritora britânica do século XVIII. Ela é famosa pela autoria da obra Frankenstein, que até hoje é inspiração para filmes, séries e peças de teatro. Apesar de viver em uma época em que muitas mulheres ainda eram proibidas de estudar e trabalhar, Shelley era de uma família mais moderna e que valorizava a educação feminina. Se não tivesse recebido os incentivos do pai, talvez a autora não tivesse conseguido mostrar ao mundo todo o seu brilhantismo.



### **Malala Yousafzai**

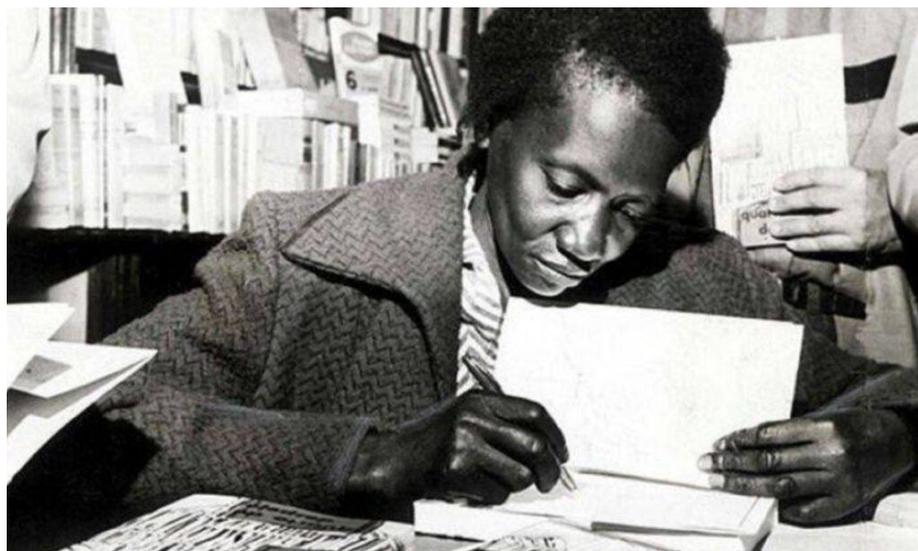
A paquistanesa Malala é a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz. A ativista muçulmana ficou conhecida após sofrer um atentado enquanto saía da escola. Ela participou de manifestações em seu país contra as regras que proibiam as mulheres de estudar. Apesar do tiro que levou na cabeça, ela não desistiu de

lutar pelo direito de aprender: “podem atirar no meu corpo, mas não podem atirar nos meus sonhos”.



### **Carolina Maria de Jesus**

Carolina é umas das maiores escritoras brasileiras. Nascida em Minas Gerais, no ano de 1917, essa mulher empoderada derrubou as barreiras do preconceito racial e de gênero com a sua poesia. Seu livro mais famoso é o Quarto de Despejo, que foi traduzido para o inglês, em 1962, e vendeu mais de 300 mil cópias. A brasileira também ficou conhecida na Europa, depois que uma TV alemã produziu e exibiu um documentário sobre Carolina de Jesus, em 1975.



## ANEXO B – Quadro "Formações imaginárias"

Quadro - Formações imaginárias

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B^{(B)}$	imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B^{(A)}$	imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: **Análise Automática do Discurso**, Michel Pêcheux, 1969.